



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em visita  
ao Retiro de Itaici - CNBB**

**Indaiatuba – SP, 1º de maio de 2003**

Inicialmente, eu quero cumprimentar o nosso querido companheiro dom Jayme Chemello, presidente da CNBB,

Dom Lourenço Balisseri, núncio apostólico,

Dom Marcelo Carvalheira, grande companheiro de Guarabira,

Dom Raymundo Damasceno,

Dom Gilberto Lopes, arcebispo de Campinas,

Meus companheiros ministros que estão aqui, José Dirceu, Cristovam, Dulci, Gushiken, Graziano,

O nosso querido companheiro senador Eduardo Suplicy,

O deputado Luiz Eduardo Greenhalgh,

O deputado Salvador,

O prefeito de Indaiatuba, Reinaldo Nogueira,

A nossa querida prefeita de Campinas, Isalene Tiene,

Antonio Mentor, deputado estadual,

Quero cumprimentar os cardeais que estão aqui. Um deles esteve comigo hoje, de manhã, na Missa do Trabalhador, em São Bernardo do Campo,

Quero cumprimentar todos os bispos, dos funcionários aos cozinheiros, que fizeram uma comida maravilhosa.

Quero cumprimentar os padres que estão aqui,

E quero, ainda, cumprimentar, todos os funcionários da CNBB.

Eu me lembro que, na última vez em que estive aqui, havia um debate interessante. Nós estávamos discutindo a consulta popular. E é importante



dizer para vocês que, naquele dia, eu participei de uma Mesa em que a grande discussão era se nós deveríamos acreditar que, através do processo eleitoral, nós conseguiríamos chegar ao Governo rapidamente, ou se nós tínhamos que preparar a organização da sociedade para que, dali a alguns anos, nós pudéssemos ganhar.

Eu me lembro que havia vários companheiros aqui, sindicalistas, do movimento popular. Alguns eu sabia que iam ser candidatos. E eu me lembro que fiz uma pergunta naquele dia. A pergunta que eu fiz foi a seguinte: “Se nós vamos ter que esperar 30 anos para organizar 30% da sociedade socialista, o que eu faço com quem quer ser candidato agora? Até porque eu não posso esperar mais 30 anos, ou seja, a minha disputa tem que ser por esses dias”. E graças a essa visão de que o processo eleitoral poderia ir abrindo espaço para que nós pudéssemos ganhar uma vaga de vereador, uma vaga de prefeito, uma vaga de deputado e ir colocando a população organizada para participar do poder, é que nós chegamos à Presidência da República.

Logicamente que entre chegar à Presidência da República e exercer o poder em sua plenitude, há uma diferença muito grande. Eu, um pouco antes da posse, li uma entrevista do presidente Sarney nas páginas amarelas da revista “Veja” em que ele dizia que lamentava que 80% das ordens do Presidente não eram cumpridas, porque não chegavam onde ele queria que chegassem. Ora, não levando isso a ferro e fogo, a verdade é que você tem uma estrutura burocrática dentro da máquina governamental, e não é fácil trabalhar com ela. É delicado.

E as mudanças se dão, também, ao longo do tempo, não tem como fazer imediatamente uma ruptura com uma estrutura de máquina que funciona do mesmo jeito há muitos anos. Na verdade, nós somos os intrusos dentro da máquina, ou seja, a máquina não foi feita tal como ela está para nós governarmos. Cabe a todos nós, agora, irmos criando a possibilidade de fazer as mudanças e ir adequando essa máquina a um funcionamento democrático,



que crie espaço para a sociedade poder, definitivamente, dizer como é que as coisas devem acontecer neste país.

Quero dizer algumas coisas a vocês, porque muitos aqui podem me conhecer de ouvir falar. Outros, durante algum tempo, quem sabe, tiveram medo do “bicho-papão” que o Lula era neste país. Eu, que já fui chamado de tantas coisas, que já causei tanto medo – mas a compensação é que causei esperança em outras pessoas – eu gostaria de dar um testemunho pessoal, antes de dizer algumas coisas de Governo.

Acho que é importante todos saberem que eu sou um retirante nordestino, filho de uma mulher que teve oito filhos. Na verdade teve 12, mas quatro morreram, oito sobreviveram. Filho de um retirante que veio para São Paulo arriscar a sorte como tantos vieram, na década de 50, e que por aqui casou outra vez e deixou minha mãe sozinha. E que ela veio para São Paulo, por teimosia. Ela foi enganada para vir para São Paulo, porque quem disse que era para ela vir foi um irmão meu, que mandou uma carta, sem que meu pai, – que não queria que ela viesse –, soubesse da carta. E, para nossa surpresa, quando chegamos aqui, meu pai estava casado com outra mulher e já tinha mais quatro filhos.

Eu tenho um total de 26 irmãos, 12 de minha mãe e 14 da outra mulher do meu pai. Eu não sei quantos estão vivos. Da minha mãe sei que há sete vivos. Mas eu tive a sorte, que hoje a molecada não tem, a meninada não tem, de arrumar, 1960, a possibilidade de fazer um curso no SENAI. Fiz um curso de torneiro-mecânico e esse curso me deu alguns privilégios, que tinham os trabalhadores que possuíam uma profissão.

Primeiro, eu fugi do salário mínimo. Eu passei a ser torneiro-mecânico e isso era uma profissão muito boa na época. Não era como o Gilberto Carvalho, que se meteu a largar o Seminário para ser operário e virou soldador. Eu era torneiro-mecânico. E aquilo me fez ganhar um salário razoável. Em alguns momentos, acho que ganhava mais do que o salário de médico, na época. E,



por isso, eu fui o primeiro filho, dos oito da minha mãe, a ter um diploma profissional, a ter um carro, a ter uma geladeira, a ter uma televisão, a ter uma casa. Eu era avesso à política, não gostava de política, como, quem sabe, muitos padres, muitos bispos falam que não gostam de política. Eu odiava política. Eu ainda dizia, por ignorância, que não gostava de política e não gostava de quem gostava de política. Isso era a ignorância elevada à quinta potência.

Eu fui para o sindicato na marra. Eu não gostava do sindicato também. Eu achava que lá só tinha comunista. Eu tinha 21 anos de idade. Meu irmão era militante, era muito atuante e tentava me convencer, todas as vezes, mas eu nunca tive vontade de ir para o sindicato.

Mas, como na vida acontece, um belo dia eu fui convencido a ir ao sindicato. Eu fui e cheguei no momento de uma briga de uma chapa contra a outra. Quiseram bater no meu irmão. E aí, por conta disso, eu passei a gostar do sindicato. E isso foi em 1967, minto, em 1968. Isso foi em agosto de 68. Em setembro eu já estava filiado e, em 69, eu já estava eleito diretor. Mas nunca me passou pela cabeça que eu fosse dirigente sindical, como nunca me passou pela cabeça que eu fosse Presidente do sindicato. Eu fui eleito Presidente. Quando anunciavam o meu nome, eu já ficava vermelho de vergonha. E é por isso que eu digo que a vida ensina muito, porque eu consegui me transformar num dirigente sindical razoável, porque tinha que sobreviver. Não só o enfrentamento que fazia com os empresários, mas sobreviver ao trabalho que a oposição fazia para tentar me derrotar no sindicato.

Depois, eu me lembro que nós tivemos um momento glorioso no movimento sindical, que foi a questão da reposição salarial de 1977, a famosa reposição dos 34,1% que tinham nos roubado. Foi dali que começou uma certa projeção do movimento sindical junto aos órgãos de comunicação e à imprensa. Foi daí, então, que começou a minha aproximação muito forte com a



Igreja.

Eu estava comentando hoje, na missa, que com o padre Adelino eu até tive uma divergência. Se pegarem a revista “Isto É”, de 1978, há matéria ali sobre uma divergência minha com o padre Adelino e, depois, nós não só ficamos grandes amigos, como a Igreja passou a ser o palco de todas as nossas lutas, porque em toda greve o sindicato sofria intervenção e a gente corria para dentro da Igreja e lá estava a porta da Igreja aberta, estava o salão paroquial aberto e era lá que a gente fazia a nossa distribuição de alimentos, era lá que a gente arrecadava alimentos, ou seja, a Igreja passou a ser um sindicato adjunto, por falta do sindicato legalmente constituído.

E eu sempre disse que a minha história é a história do PT, embora alguém possa não gostar ou não querer, mas foi exatamente isso, tem muito a ver com a Igreja. Mesmo que vocês não queiram, jamais escaparão de ter a vinculação da história do PT muito ligada à Igreja e, sobretudo, à Igreja Católica. Digo isso com orgulho, porque eu sei que, muitas vezes, a imprensa acusou o PT de ser apoiado pela Igreja, e eu sempre dizia: a Igreja, enquanto instituição, nunca apoiou o PT ou qualquer outro partido. Mas nós tivemos a primazia de vocês criarem Comunidades de Base, de vocês criarem Pastorais Operárias, de vocês criarem Pastorais de Imigrantes, de vocês criarem Pastorais da Juventude, de vocês criarem uma série de movimentos de base com leigos. E, à medida em que foram aprendendo com vocês, foram tendo consciência política e apareceu o PT, e essas pessoas viam no PT o espaço político para se manifestarem.

A verdade, meu querido dom Jayme, é que, mesmo sem uma decisão da Igreja, vocês nos deram de presente a mais bela organização de base que este país já teve durante esses anos todos.

Às vezes, eu chegava num lugar e as pessoas falavam: “Olhe, Lula, nós somos da comunidade tal, somos do movimento tal. O bispo é meio conservador, não quer conversar com você. Nós pedimos para ele receber



você, mas nós queremos participar”. O PT nasceu assim, onde houvesse um padre que gostasse de uma boa luta, um bispo que gostasse de uma boa briga e um militante de base com consciência política. O PT nasceu rapidinho, por conta disso. Por que Getúlio não conseguiu criar um partido – mesmo sendo Presidente da República – com a força do PT? Por que, por exemplo, apenas como fato histórico, o Brizola não conseguiu criar um partido nos moldes do PT? Por que nenhum outro conseguiu e nós conseguimos? Porque nós conseguimos o milagre da multiplicação dos seres humanos. Cristo multiplicou os pães e nós multiplicamos os seres humanos. Foi a junção mais perfeita que Deus permitiu nascer na organização política: era o que havia de melhor no movimento sindical, o que havia de melhor no movimento social e o que havia de melhor no trabalho de base que a Igreja Católica fez neste país.

É por isso que, lá pelo ano de 1979, quando a gente estava pensando em organizar o PT, lá estava o Lula em Guarabira, fazendo assembléia para ver se conseguia mexer com o rebanho do dom Marcelo e trazer um pouco para o nosso lado.

Bem, isso fez com que o Partido se transformasse no Partido de maior organização no meio do povo, na história do Brasil. As pessoas podem gostar ou não do PT, mas não tem similar na história política do nosso país, ou seja, estamos enraizados naquilo que existe de mais organizado.

Dom Jayme falava assim, para mim, na entrada: “Por que essas mulheres do PT gostam tanto do Lula?” Não é do Lula que elas gostam. É porque há muitas mulheres aí que estão no movimento há uns 30 anos, 20 anos. E não sou nada mais, dom Jayme, do que o resultado da junção da esperança que esse povo vem acumulando ao longo de tantos anos de sofrimento. Eu sempre disse que não sou o resultado da minha inteligência, o resultado da minha capacidade; eu sou o resultado da média do grau de consciência política da sociedade brasileira. E chegamos aqui porque acho que é obra de Deus, porque, veja: em 78, por exemplo, eu era totalmente apolítico.



Seis meses depois, eu já estava apoiando o Fernando Henrique Cardoso para candidato ao Senado, aqui em São Paulo, porque, na época, ele era um intelectual vindo do exterior, progressista, e era uma novidade.

Tem gente que era de Esquerda há 30 anos e, hoje, está na direita; tem gente que era de Direita. O exemplo maior que eu cito sempre é o Teotônio Vilela. Teotônio Vilela foi um homem que pegou em metralhadora para acabar com comício de comunista nos palanques de Alagoas e terminou sua vida sendo um dos mais dignos brasileiros que nós conhecemos na luta pela anistia, na luta pelos direitos humanos.

Eu acho que é com essa mobilidade e essa flexibilidade que a gente tem que ver o mundo. A gente nunca pode exigir que as pessoas sejam perfeitas como nós pensamos que somos. É melhor a gente se adaptar a aceitar e conviver com as pessoas como elas são, tentando tirar proveito daquilo que cada um tem de bom para oferecer. Nem todo mundo é 100% bom – só Deus – e nem todo mundo é 100% ruim. Então, nós temos que aproveitar essa sabedoria para tentar conviver com mais facilidade.

Pois bem, de 80 para cá, vocês já conhecem o resto da história. Vocês já conhecem a história porque é uma história que está na imprensa: o resultado das greves, as campanhas e os acontecimentos.

Quero que vocês saibam o seguinte, para a gente poder se entender do jeitinho que o dom Jayme falou. Eu não quero que a CNBB seja uma correia de transmissão do meu governo, como não quero que meu governo seja uma correia de transmissão da CNBB. O que quero é que a gente aproveite tudo que sonhou e aprendeu na vida para, agora que a gente está no Governo, tentar criar os espaços e as possibilidades de as políticas públicas serem executadas, apoiados na experiência acumulada que a Igreja Católica tem neste país. É isso que, para mim, é fundamental e é muito importante.

Quem for eleito Presidente, secretário-geral da CNBB, jamais vai me ver na porta da sede da CNBB pedindo para apoiar publicamente uma política do



governo. O que queremos é ter um espaço democrático, tanto para chamar a CNBB para conversar como para ir conversar com a CNBB e apresentar as nossas propostas. Agora, por exemplo, vai haver um momento excepcional, dom Jayme, que é a discussão do Plano Plurianual do governo. O Plano Plurianual é uma “peça de ficção” que o Presidente da República faz por meio do Ministério do Planejamento, e manda para o Congresso Nacional. Ninguém nunca se interessou por aquilo e aquilo é aprovado. Então, aparece na imprensa: “O Governo vai gastar 50 trilhões de reais e tal”, aquele negócio todo e ninguém sabe o porquê.

Nós queremos fazer diferente. Nós, agora, queremos envolver a sociedade brasileira. O tempo é curto, mas nós vamos, agora, querer envolver todas as entidades de caráter nacional deste país, para fazer um orçamento participativo. E vamos querer que as pessoas digam claramente que tipo de Plano querem, porque nesse Plano acho que vamos discutir uma coisa sagrada, que é o desenvolvimento regional, sem o qual não acredito que haja planos que possam fazer um país da dimensão do Brasil dar certo. Então, aí, sim, nós vamos chamar a CNBB, entregar um projeto e dizer: “nós gostaríamos que a CNBB discutisse isso, que desse sua sugestão, que colocasse no papel”. E vamos ouvir a CUT, a Força Sindical, a OAB, a CGT. Ou seja, quem for possível ouvir nós vamos querer ouvir. É essa relação, democrática, fraterna, que eu quero.

Uma outra coisa que vamos precisar da Igreja e vamos precisar muito: mesmo que não fosse por inteligência nossa, mas porque o mundo mostra que temos que saber utilizar é o potencial e as raízes que vocês já têm na elaboração e na execução de políticas sociais neste país. Se o Governo se meter a ser esperto demais e começar a criar instituições e aparelhos para tentar fazer política social sem aproveitar na sociedade aquilo que ela já criou, o Governo cometerá o erro histórico que outros já cometeram. Por isso é que temos que conversar abertamente sobre o que pode ser feito.



E fiquei feliz, porque o Cristovam estava me dizendo que quase fez um acordo, ali, no jantar, para, nessa campanha de alfabetizar 20 milhões de brasileiros, o Governo, através do Ministério da Educação, fazer um convênio com a Igreja, que tem uma política de alfabetização há muito tempo. Então, o Cristovam, por mais esperto e inteligente que é, não vai se meter a criar uma nova coisa. Ele vai oferecer à Igreja uma parceria, para que a Igreja possa aperfeiçoar os seus projetos de alfabetização. E isso vale para muitas coisas que temos que fazer neste país. O acordo é com o pessoal do MEB, Movimento de Educação de Base da Igreja Católica.

Mas tem outras dezenas de coisas. Há saúde, há experiência em cuidar de crianças; em cuidar de deficientes; em cuidar de velhinhos; em cuidar de migrantes. Ou seja, tem tanta coisa que, ao invés de a gente inventar, o que temos que fazer é tentar propor parceria, sem que a gente tenha ingerência, até porque, por inteligência, a gente tem que saber que, através das entidades, pode-se fazer com que um real valha dois. Ou seja, a gente pode utilizar com muito mais competência o dinheiro público tão escasso neste país. Então, podem ficar certos de que, em cada cidade, em cada diocese, vocês vão ver o Governo procurando por vocês para fazer parceria. É essa relação fantástica que quero criar.

Mas quero dizer para vocês que há outra responsabilidade, dom Jayme – e, aí, já é de gente do seu rebanho, como eu –, que é o seguinte: nós temos que ter consciência de que o Brasil não elegeu apenas um Presidente da República. Nós temos que ter noção de que alguma coisa diferente aconteceu neste país e temos que meditar sobre isso. Por que aconteceu alguma coisa diferente? Não estava prevista em nenhum livro de sociologia política recente a possibilidade de eu ser eleito Presidente da República. E eu só fui eleito Presidente da República por causa do que eu disse anteriormente: por causa do trabalho de base dos chamados setores organizados da sociedade brasileira. E a expectativa que criamos internamente e externamente na



sociedade brasileira, na América do Sul, na América Latina, na África e em alguns países da Europa é algo que, muitas vezes, me assusta.

É por isso que tenho repetido todas as vezes: eu não posso errar e não vou errar, porque um fracasso do meu governo será um fracasso de uma parte da história de pessoas que lutaram durante 30 ou 40 anos. Alguns morreram, não chegaram a ver este momento. Outros ficaram pelo caminho. Milhões de trabalhadores perderam o emprego neste país. Então, nós chegamos ao governo. Agora, qual é a nossa responsabilidade? É fazer com que aquilo que a gente sonhou a vida inteira possa ser colocado em prática, com a cautela necessária, com os critérios mais democráticos possíveis, mas que a gente dê passos consistentes para que possamos, no final de um mandato, fazer uma avaliação daquilo que aconteceu no país nos últimos 20, 30, ou 40 anos.

E por que digo isso? É porque, não sei se vocês sabem, eu sou o candidato preferencial do povo argentino. Na última pesquisa, tive 60% dos votos na Argentina. Só que não sou candidato na Argentina. E isso significa o quê? Significa que o povo perdeu a esperança na liderança deles e vêem na nossa vitória, – por causa até da nossa relação sindical de muitos e muitos anos –, um exemplo de dirigente que poderia haver na Argentina, que, se Deus quiser, um dia eles vão construir. Mas, se a gente vai a qualquer país da América do Sul, é o mesmo.

É por isso que nós, do Governo, temos consciência de que não temos o direito de não fazer as coisas com que, a vida inteira, sonhamos.

E me lembro de uma coisa que eu dizia em 82. Perguntavam-me por que eu queria ser candidato a governador e eu dizia: “porque quero ver se sou capaz de atender às minhas próprias reivindicações”. Essa é a coisa gostosa de ser governo. É que, agora, vou ter que demonstrar que sou capaz de fazer aquilo que eu alimentei na minha consciência durante 30 anos de militância política. E fazer com muito mais competência, sabendo que não posso deixar de fazer.



Vamos ter que fazer a reforma agrária melhor do que já foi feito em qualquer outro momento da história deste país. Eu disse a dom Jayme, outro dia: “nós precisamos mudar um pouco a nossa concepção de reforma agrária, porque precisamos ter um duplo trabalho”. Primeiro, você tem que fazer o assentamento. Mas, ao mesmo tempo, você tem que ter consciência de que 80% dos assentamentos hoje existentes neste país – e dom Tomás Balduino deve saber muito bem disso – estão, praticamente, vivendo de cesta básica.

Não é possível que você utilize a reforma agrária apenas como transferência de miseráveis urbanos para continuarem miseráveis rurais. Não. É preciso tornar essas companheiras e esses companheiros produtivos, é preciso organizá-los em cooperativas, é preciso criar agroindústrias, para que a gente possa facilitar a conquista da cidadania, melhorar a vida dessas pessoas.

Esse é um trabalho imenso, e não é apenas uma questão de dinheiro. É mais uma questão de organização, porque, se você não estiver organizado, não tiver preparado um projeto bem feito para aquilo, as coisas não acontecem.

Nós sabemos disso. Sabemos que precisamos alfabetizar esse povo. Eu disse, durante a campanha, que o emprego era a minha obsessão e nós vamos ter uma política de geração de empregos muito agressiva. Nós íamos lançar hoje, no dia 1º de maio, e resolvemos não lançar, porque queremos prepará-la melhor. Queremos discutir com outros setores, para saber se vai colher o resultado que estamos esperando colher.

E por que transformei o emprego numa obsessão? Porque, hoje, quem vive, como vocês vivem, andando pela periferia deste país, visitando as igrejinhas nos menores e mais pobres lugares do Brasil, sabem que um dos grandes problemas que temos hoje, além do econômico, é um processo de desagregação dos valores da estrutura da própria família. A gente sabe o que é isso. É uma tarefa tão imensa ou até mais difícil do que o econômico, que é voltar a mexer com valores de jovens que não acreditam mais em nada; que não acreditam na Igreja; que não acreditam nos partidos; que não acreditam



nos sindicatos; que não têm mais referência para nada. É pai brigando com mãe; é filho brigando com pai; é filha brigando com mãe. É a destruição da base, da célula principal de uma sociedade.

Fico imaginando como é que fui criado por uma mãe sozinha, com oito filhos, morando num quarto-e-cozinha, no fundo de um bar, onde as pessoas começavam a ficar bêbadas no sábado, às 9 horas da manhã, e não paravam até às 3 horas da manhã. E minha mãe conseguiu criar oito filhos – todos, homens e mulheres – trabalhadores e honestos. Por quê? Porque havia uma estrutura e uma referência que era ela. Ela tinha valores. E olhem que ela morreu analfabeta. Minha mãe não sabia fazer um “o” com um copo. Entretanto, ela tinha valores que havia herdado da mãe dela e que passou para nós.

Hoje, o que a gente percebe? Isso está desaparecendo aos poucos. Numa escola pública, uma criança não respeita mais o professor, não respeita mais a professora. Se a professora briga, a mãe vai à Associação de Pais e Mestres e já faz um processo. A criança chama mais três ou quatro e batem na professora. Na escola do meu bairro, Assunção, que é um bairro de classe média, sabem o que fizeram, no começo deste ano? A molecada subiu e destruiu a caixa d’água e os banheiros. E fica todo mundo com medo de mexer, com medo de apanhar, com medo de alguém dar um tiro na saída. Ou seja, essa tarefa de recuperar os valores é uma tarefa revolucionária para cada um de nós. E vamos ter que fazer. Vai custar muito, mas vamos ter que fazer. É por isso que o emprego é uma obsessão para mim, como a educação.

Eu confesso a vocês: tenho cinco filhos. De vez em quando, digo para os meus amigos: “me arrependi de não ter colocado meus filhos para estudarem no SENAI, como eu estudei, e de não os ter colocado para trabalhar com 15 ou 16 anos, pelo menos por meio período, para que eles pudessem ir dando valor às coisas que eles fazem”.

Esse é um trabalho que não é de Governo, dom Jayme. O Governo



pode ser o indutor. Esse é um trabalho que, se a sociedade não arregaçar as mangas e não assumir para fazer, ninguém vai fazer neste país. Não há políticas públicas, através de Ministérios, que consigam resolver um problema dessa dimensão. E cuidar dessa meninada é um desafio excepcional que temos que fazer para recuperar alguns valores.

Vamos ter que resolver os problemas dos índios neste país, de uma vez por todas. Nós fizemos uma Constituição maravilhosa, mas, até hoje, não foram demarcadas todas as terras e, naquelas que foram demarcadas, não foram dadas as condições para que eles pudessem trabalhar condignamente e pudessem manter a sua cultura acesa e viva. Nós vamos ter que cuidar disso com carinho. E sabem por que vamos ter que cuidar disso com carinho? Porque, se não cuidarmos, nós vamos nos sentir frustrados, porque isso faz parte da nossa vida. Afinal de contas, são 30 anos acumulando trabalho, discussão com essa gente.

A questão do negro no país. Nós criamos uma Secretaria para ver se a gente consegue acabar com os preconceitos, porque somos uma sociedade preconceituosa. Nós acabamos com a escravidão há um século e meio. Entretanto, grande parte dos negros ainda vive segregada neste país. É uma questão cultural. Mesmo dentro de uma fábrica, o negro tem dificuldade de ser chefe.

Esses são valores que vamos ter que começar a recuperar.

Meus amigos e minhas amigas, eu acho que é para essas coisas que poderemos estabelecer as grandes parcerias deste país, as grandes reformas, as grandes transformações que temos que fazer no Brasil. E, possivelmente, nem eu e nem vocês vejamos o resultado de algumas delas, porque não podemos continuar fazendo política como sempre se fez no Brasil. O Brasil é pensado apenas de quatro em quatro anos, ou seja, eu ganho as eleições e tenho que fazer um monte de coisas, tenho que fazer bastante pirotecnia, porque tenho a minha reeleição pela frente. Eu não quero pensar o Brasil para



quatro anos. Quero que a gente pense no Brasil para 20 anos, para 30 anos. Quero que a gente plante hoje o que vamos deixar para as futuras gerações neste país.

Todos vocês – e sei que a CNBB tem extraordinários especialistas e analistas econômicos e políticos, porque também leio os documentos da CNBB, sabem a situação em que nós recebemos este país. E sabem que a teoria básica era a seguinte: “se ficar, o bicho come; se correr, o bicho pega”. E a gente já sabia que era ruim durante o processo eleitoral. Quando entramos na transição, descobrimos que era pior do que a gente imaginava. E, mesmo assim, não perdi meu otimismo. Sabem por quê? Porque, se a situação deste país fosse boa, eu não seria Presidente da República. Só fui eleito Presidente da República porque a situação estava tão ruim que eu passei a ser a grande esperança desse povo. E é este o desafio que acho que temos que encarar com maestria.

É por isso que acordo, todo santo dia, dom Jayme, mais otimista do que quando fui me deitar. Não há números, não há nada que apareça na imprensa que mexa com a minha cabeça e que me tire um milímetro da expectativa de que a gente vai fazer muita coisa neste país.

Quando começamos o Governo – e começamos com o Programa Fome Zero –, o que eu quis sinalizar? É que, se a pessoa não comer, tudo mais será difícil para ela. Se ela não comer, terá dificuldade de estudar. Se ela não comer, vai ser uma pessoa fragilizada e doente. Se ela não comer, não terá possibilidade de trabalhar. E nós sabemos que, se uma criança não comer bem até os seis anos de idade, vai ficar com seqüelas cerebrais que, possivelmente, não se recuperam mais. É por isso que, de vez em quando, a gente lê nos jornais que a Organização Mundial da Saúde diz que no Brasil há 15 milhões de pessoas com algum problema de deficiência mental.

Fiquei mais horrorizado, Lúcio, quando, em Roma, em 1995, foi feito um acordo, entre os Presidentes de mais de 120 países, para, em 15 anos, até



2015, diminuir a fome em 50% no mundo. Os cálculos da FAO, hoje, são de que a incompetência dos governantes foi de tal ordem que, agora, de 2015 passou para 2050.

Estamos tentando juntar agora – e acho que, no próximo mês, teremos uma grande reunião –, com personalidades do Fórum Social Mundial, personalidades do Fórum de Davos, porque queremos construir uma proposta de combate à fome no mundo. E uma das idéias – o Deda já discutiu com companheiros e já me deu algumas idéias – mas uma coisa certa é que a gente tem que balançar o mundo. E estou indo, no dia 1º de junho, para a França, para participar do encontro do G-7, mais África do Sul, mais México, mais Índia, mais China e mais Nigéria. Nós queremos apresentar uma proposta concreta. Querem combater a fome? Vamos, pelo menos, dar 1% do que cada país gasta em armamento neste mundo para que a gente possa resolver o problema da miséria no mundo.

Nós, dom Jayme, tivemos um primeiro momento, em que assumimos um compromisso de fazer uma boa política para o Mercosul. Se vocês analisarem, vão perceber que nós já fizemos, em quatro meses, mais reuniões com os Presidentes dos países da América do Sul do que foi feito nos últimos 20 anos neste país. Só faltam, agora, o Uruguai, no dia 12 de maio, e o Lúcio Gutierrez, do Equador, que vai ser no dia 27 de maio.

E nós, pela primeira vez, estamos construindo uma verdadeira posição de integração da América do Sul. Eu tenho dito para todos os países: “se vocês imaginarem que os Estados Unidos vão atender a demanda de vocês, vocês vão continuar sendo pobres e vão continuar sendo endividados como são. Nós precisamos começar a acreditar em nós”. Recuperar a auto-estima do povo significa antes recuperar a auto-estima dos governantes dos países da América do Sul e não agir de forma subserviente diante desse mundo globalizado. E isso está sendo uma coisa extraordinária.

O nosso segundo passo, dom Jayme, o ministro Celso Amorim começou



a dar ontem: vamos nos voltar um pouco para a África, que nunca deveríamos ter abandonado. O Brasil tem suas raízes na África. Mas acontece que a cultura brasileira, durante 500 anos – é só olhar o mapa do Brasil –, se a gente pegar o mapa do Brasil, a gente vai perceber que, nesses 500 anos, o Brasil ficou de olho apenas no chamado Velho Continente. Ou seja, o Brasil ficou subordinado a quem o descobriu, ou à Coroa Portuguesa ou à Coroa Inglesa, e, nos últimos 50 anos, aos americanos. Nós nunca demos importância nem para a América do Sul.

Vou dar um exemplo a vocês: nós, agora, fizemos um convênio para construir uma ponte em Assis Brasil, na fronteira com o Peru. É Assis Brasil, do nosso lado, e Iñapari, do lado do Peru. Uma ponte que vai custar apenas 4 milhões de reais, uma ponte de 150 metros, mas sem a qual não há integração. A Bolívia, para ter acesso ao rio da Prata, precisa que o Brasil ajude com um financiamento de, quem sabe, 40 ou 50 milhões. Isso está por fazer há séculos e nunca se fez. Se queremos falar em integração, vamos ter que fazer, senão, não há integração. Fica só no discurso, naquela relação sentimentalista, porque é muito bonito – não é? – a gente falar em integração. Todo mundo aplaude. Mas o dado concreto é que se fala e não se faz. Então, nós, agora, queremos fazer a ligação Brasil-Peru, a ligação Brasil-Bolívia, a ligação Brasil-Venezuela, a ligação com todos os lugares em que for possível fazer, porque, aí, vai haver integração de verdade.

E a África? Imaginem vocês que há países na África onde nós não temos embaixada, não temos nem escritório em países de língua portuguesa. Então, se nós quisermos nos respeitar, precisamos começar a fazer a nossa lição de casa, que é manter as nossas relações com os iguais. Eu comecei a minha vida, dom Jayme, fazendo um boletim no sindicato, que era assim: eu fazia um feixinho de varas e falava: “um graveto é fácil quebrar, mas um feixe de gravetos é difícil”.

A saída para os países pobres é se juntarem, para poderem lutar na sua



relação com os ricos. Se ficar cada um achando que, sozinho, vai encontrar a solução, não vai haver solução. E o Brasil pode jogar o papel de liderança. Não aquela liderança hegemônica, aquela liderança que quer mandar, que quer dar palpite, que quer que os outros façam somente o que ela gosta, mas aquela liderança generosa, que faça parceria, que ceda quando tiver que ceder. É assim que a gente faz as coisas acontecerem no mundo.

E nós estamos conscientes disso. Temos consciência do privilégio que temos na relação com a América do Sul. Depois, temos com a África. Depois, temos com a América Latina, sem perder de vista a importância da relação Brasil-Estados Unidos, da relação Brasil-Europa. Mas temos que abrir espaço com a Índia, com a China, que são países que podem colaborar muito com o Brasil.

Dom Jayme, eu queria, apenas para terminar, porque sei que vai haver um debate agora, dizer a vocês que estou com muita esperança.

Nós tomamos algumas medidas, uma coisa que a gente vem construindo. A primeira coisa que nós queríamos fazer era criar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Por que a gente queria criar um Conselho? Porque não queríamos permitir que fosse criado no nosso Governo um movimento contrário a ele. Quero dizer para vocês que aí é a arte de fazer política do José Dirceu, do Gushiken, do Dulci, de tantos companheiros. Constituimos um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, com 82 pessoas e, agora, vamos ter 90 pessoas. Era para colocar várias representações da sociedade, para que a gente pudesse ter uma representação do conjunto da sociedade discutindo políticas públicas junto com o Governo. E, para minha surpresa, está funcionando de forma extraordinária.

Depois, resolvemos criar algumas Secretarias, que já eram promessas nossas, muito antes do tempo. A Secretaria que nós transformamos, praticamente, com caráter de Ministério, que é a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, em que colocamos a companheira Matilde como Secretária.



Depois, elevamos a Secretaria da Mulher ao *status* de Ministério; mantivemos a Secretaria de Direitos Humanos nas mãos do companheiro Nilmário, mas também com *status* de quase Ministério; criamos o Ministério das Cidades, porque era uma vergonha neste país a cidade ser tratada numa Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Criamos a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, porque o Brasil tem 8 mil quilômetros de costa marítima, além das 200 milhas, e a questão da pesca era tratada numa vírgula de um artigo no Ministério da Agricultura e o Brasil tinha que importar peixe do Peru ou do Chile. Criamos uma Secretaria e colocamos um outro católico, que é o José Fritsch, lá de Chapecó.

E quando lançamos o Programa Fome Zero – aqui está o ministro Graziano –, quero dizer para vocês o seguinte: Esse programa tem uma parte estrutural que depende da nossa capacidade de investimento, mas tem uma parte emergencial e também estrutural que vai depender muito da sociedade brasileira. Coloquei o Frei Betto junto com o Graziano, coloquei o Oded Grajew, que é para tentar envolver a sociedade nisso. Além do Consea, onde estão as representações de quase todos os lugares.

A sociedade assume para si a responsabilidade, ou seja, nós vamos ter que provar se temos ou não capacidade de construir um milhão de cisternas, que a ASA pede há tanto tempo neste país. Será que não é possível o Brasil inteiro construir um milhão de cisternas? Obviamente, não vai resolver o problema do Brasil, nem do Nordeste, mas somente quem não passou sede não dá valor a uma cisterna.

No Nordeste, a gente não tinha nenhuma educação para entender que tinha que ferver a água, que tinha que coar. Bebia daquele jeito. É por isso que, quando cheguei a São Paulo como migrante, eu só tinha barriga. As perninhas dessa grossura e a barriga desse tamanho assim, de verme.

Então, a cisterna, é uma coisa fantástica. Não vai resolver o problema da irrigação, mas a água de beber para uma família no Nordeste é uma bênção



que nós não temos o direito de negar àquelas pessoas. Até porque é preciso diminuir a indústria da seca, a indústria dos caminhões-pipa, neste país.

Eu até brincava que, se eu não tivesse sido eleito Presidente, eu iria montar uma “Lula-Pipas”, porque tem gente que está rico com caminhão-pipa. É preciso acabar com isso e é o que os prefeitos mais pedem quando a gente vai lá.

Eu quero dizer de viva voz, aqui, para os companheiros da CNBB: nas outras campanhas, muitas vezes, me obrigaram a ir ao marco-zero da Santarém/Cuiabá, para que eu assumisse o compromisso de que iria construir a Santarém/Cuiabá e eu me recusei a isso. Também, perdi as eleições. Mas eu não ia por uma questão de princípio. Eu não podia, em cada lugar que chegasse, ficar fazendo uma promessa. Vejam o destino: eu, que não assumi compromissos, vai ficar nas minhas costas fazer a Santarém/Cuiabá. Da mesma forma que eu sempre me recusei a discutir a transposição das águas do jeito que muita gente queria discutir, sem antes discutir como recuperar o rio São Francisco, como recuperar seus afluentes, como recuperar a sua cabeceira.

Houve nota de protesto e de repúdio contra mim, em plena eleição, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Ceará. E serei eu – prestem atenção ao que eu estou dizendo, e eu não posso mentir na frente de tantos bispos e cardeais aqui –, serei exatamente eu, que nunca assumi um compromisso, que vou fazer a transposição das águas para o Nordeste brasileiro.

E vamos estudar com muito carinho a bacia do Tocantins e vamos fazer, porque a gente não pode permitir que o nordestino fique mais um século subordinado, como vítima da seca. Se a seca é um fenômeno da Natureza, a fome causada por ela é falta de vergonha de quem governou este país durante tantos e tantos séculos. Então, nós vamos tentar fazer esse reparo, porque é justiça que a gente vai ter que fazer com o Nordeste brasileiro.

E, por último, eu queria dizer para vocês que descobri uma coisa



fantástica no Governo: é que, por menos que a gente tenha dinheiro, a gente tem dinheiro. Quando era prefeito de Ribeirão Preto, o Antônio Palocci falava assim para mim: “Lula, não se preocupe. Se você ganhar as eleições, você vai perceber, a gente vai passar um aperto no começo, mas, depois, você vai perceber que um real na mão deles vale dois reais na nossa mão.”

Quando houve o corte no Orçamento, eu falei para os ministros: “eu não estou preocupado, porque, se a máxima do Palocci valer, que cada real na mão deles vale dois na nossa mão, então estou com o dobro do Orçamento que penso que estou. Então, eu vou ter que fazer e pedir a Deus que me ajude a fazer o milagre da multiplicação do Orçamento”.

Mas podem ficar certos de que, neste ano, vocês vão ver que o dinheiro do Pronaf vai sair no tempo certo e vai sair mais do que sempre saiu. Vocês vão ver que o dinheiro para o plantio vai sair no mês de maio, não vai esperar agosto, quando as pessoas já plantaram. Nós fomos a Buíque, Pernambuco, fazer o lançamento de um programa em que a gente está se comprometendo: se o produtor plantar, nós compramos o que ele plantou, para ele não ficar vítima dos preços.

Vai dar para fazer muita coisa. Vocês podem ficar certos de que não ficarão frustrados com este Governo. E o que eu quero, dom Jayme, é pedir a todos os bispos, até pela relação de amizade que eu tenho com muitos, que membros do meu Governo têm com muitos aqui, o que eu quero pedir para vocês é o seguinte: o verdadeiro amigo não é aquele que fica dando tapinha nas costas. De vez em quando, o verdadeiro amigo é aquele que faz uma crítica, é aquele que chama a atenção. Esse é, muitas vezes, mais amigo do que aquele que fica só “Ah, está maravilhoso. É bonito. Está extraordinário”. Então, eu não quero isso. Eu quero uma relação de lealdade, uma relação de companheirismo, uma relação em que cada um de nós não perca a referência daquilo que nós somos, não perca a referência da nossa autonomia, mas, ao mesmo tempo, que a gente não perca a noção de que resolver os problemas



do Brasil não é problema de um Governo. É mais do que isso. É um problema da sociedade brasileira. E vocês sabem tão bem o quanto isso é verdadeiro, nas dificuldades que vocês passam, no trabalho pastoral que vocês fazem por este país afora.

Pode ficar certo de uma coisa, dom Jayme: qualquer um que seja eleito Presidente da CNBB ou secretário-geral pode ficar certo de que a relação com o meu Governo será uma relação fraternal, cordial, sincera, e que tanto a CNBB quanto outras entidades de caráter nacional vão, muitas vezes, ser consultadas sobre as políticas que nós queremos fazer neste país. Para não dizer que eu acho que há muito tempo um Presidente da República não vinha fazer um debate com tantos bispos juntos. Isso já é uma mudança e um sinal de que alguma coisa mudou de verdade neste país.

Portanto, dom Jayme, muito obrigado por esta oportunidade. E vamos agora ao debate, que é o que vocês estão esperando.

### **NO ENCERRAMENTO DO DEBATE**

Olhem, há várias coisas para serem respondidas. Algumas, eu acho que cada ministro, aqui, respondeu, ou nós levaremos para a Presidência da República e, depois, responderemos. Como tem o nome de cada pessoa que perguntou, a gente responde por escrito e envia, porque depois a CNBB pode querer utilizar isso em outros debates.

Quero dizer para vocês, também, que este aqui é apenas o início de uma série de debates que acho que vão acontecer por este país afora. Obviamente, a pauta de assuntos é muito mais ampla do que essa de hoje. Há muito mais coisas para serem discutidas. E quero dizer que estamos totalmente à disposição.

Quando eu digo “nós estamos totalmente”, não se pode pensar que o



Presidente está disponível todo dia para um debate. Mas o que tem de gente do Governo disposta a debater! Nós estamos ávidos por debates. Ninguém vai pegar no nosso pé: “Convidamos e não vieram”. Não. Convidou, estamos lá, para fazer o debate, porque é disso que vão resultar os acertos da nossa política.

Com relação à Sudene, dom Marcelo Carvalheira sabe que é um compromisso histórico de 89, 94, 98 e 2002. Não posso ter prometido uma coisa durante três eleições e, agora que ganhei, como diria o Magri, “desprometer”. Pelo contrário.

A Sudene vai ser peça fundamental no modelo de desenvolvimento regional que nós queremos para o Brasil. Da mesma forma que nós vamos também tratar de recuperar a Sudam, porque a Amazônia tem que ser pensada de forma mais carinhosa.

E, aí, vamos criar o Conselho de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste do país, que não existe. Vamos anunciar – aliás, eu já anunciei para os governadores – nós vamos criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que vai ficar com 2% de todos os impostos federais, que serão destinados para o Fundo de Desenvolvimento Regional. Porque o Brasil tem que ser pensado nacionalmente, regionalmente e setorialmente. Se não houver este tripé de pensamento sobre o Brasil, a gente não consegue dar dimensão a um novo modelo de desenvolvimento que queremos para este país.

E, certamente, essas coisas todas são difíceis, são complicadas, porque o Brasil não tem cultura de trabalhar com planejamento de longo prazo e, muito menos, nunca se respeitou a questão do desenvolvimento regional. A pessoa, quando pensa no país, pensa que o país é homogêneo, que todo mundo é igual, que todo mundo tem a mesma cultura, que a terra é a mesma. Basta andar um pouco. Lamentavelmente, para tristeza de todos vocês e nossa, brasileiros, o último Presidente da República a andar neste país, antes deste candidato – quando eu era candidato andei muito – foi Juscelino Kubitschek,



em 1955.

Depois disso, se vocês pegarem a agenda de todos os governos militares, se vocês pegarem a agenda de Fernando Henrique Cardoso, de Itamar, de Collor, de Sarney, de Figueiredo, de Médici, de quem vocês quiserem, vão perceber que eles visitavam Brasília, o seu estado natal, e Brasília. De vez em quando, o Rio de Janeiro. De vez em quando, iam a uma capital e voltavam. O Juscelino foi o único que, quando no mandato, viajava pelo Brasil. E eu tive a primazia de viajar pelo Brasil antes de ser eleito, porque, como perdi três eleições, eu aproveitei e já andei pelo Brasil à vontade. Mas não é por causa das eleições, porque, nas eleições, a gente também não conhece. Em eleição, a gente desce no palanque e não conhece nem quem está apresentando a gente. Foi por causa das caravanas da cidadania que me deram um conhecimento profundo sobre o Brasil

Na questão das instituições de desenvolvimento regional, podem ficar certos de que as que não existem ainda nós estamos criando e queremos anunciar logo, porque já queremos que haja dinheiro para o próximo Orçamento.

A questão da dívida externa e das dívidas sociais, são dois problemas complicados. Primeiro, porque, todo mundo aqui sabe da vulnerabilidade da economia brasileira. O Brasil está com uma economia muito frágil porque, durante muito tempo, acreditou-se em mentiras e o Brasil, então, ficou dependendo do dinheiro que vinha para cá. E nós não só aumentamos a nossa dívida interna como temos uma dívida externa pesada, sendo que 60% dela são da iniciativa privada. Mas, também, quando é da iniciativa privada, traz problema para o Governo, porque, se um grande grupo econômico tiver uma dívida externa e não puder pagá-la, vai ficar na mão do Governo: “Deixa quebrar ou empresta dinheiro?” Sempre cai na mão do Governo. O Governo funciona como um pai funciona para os filhos. Todo filho pensa que é independente, pensa que pode fazer o que quiser, pensa que pode ir para a



noite. Agora, quando acontece alguma coisa, volta para casa, pedindo para o pai e para a mãe: “Por favor, me socorram.” Então, é assim. A dívida é dos empresários, mas, no fundo, nós somos uma espécie de avalista, porque somos o Governo, temos interesses e porque a nós não interessa que nenhuma grande empresa nossa quebre, porque senão será um desastre.

Eu estou tentando convencer os países da América do Sul de que nós poderíamos apresentar uma proposta de renegociação da dívida externa. Agora, isso tem que ser muito conversado, porque não é fácil a gente convencer um Presidente de um país a aceitar fazer um jogo conjunto. Eu até agradeço a Deus pelo comportamento que os Presidentes têm tido comigo. Olhem, eu já fiz reunião com o presidente Duhalde, da Argentina, com o Presidente da Colômbia, com o Presidente do Equador, com o Presidente da Venezuela, com o Presidente da Bolívia, com o Presidente do Peru e todos eles estão pedindo que o Brasil lidere a América do Sul, num processo de desenvolvimento.

Eu quero convencê-los, também, a elaborar uma proposta que faça com que os países ricos assumam a responsabilidade de uma parte dos juros que eles têm que pagar da dívida, transformem aquilo em títulos para criar recursos para o desenvolvimento na América do Sul. Isso não é fácil porque, primeiro, tenho que convencer os Presidentes a concordarem. Depois, eu tenho que convencer os outros, lá, a aceitarem isso.

Eu acredito numa coisa. Quando eu falei, aqui, no começo, que não acredito que todo mundo seja mau ou que todo mundo seja 100% bom, é porque, durante quase 20 anos da minha vida, eu passei fazendo negociações, em situações adversas, em situações delicadas. E eu acho que é possível a gente convencer o mundo de que é preciso começar a mudar, inclusive as orientações do FMI para os países do Terceiro Mundo. Se não acreditasse na capacidade do convencimento, na capacidade da persuasão, eu não seria Presidente da República. Eu acredito que é possível. Há uma nova lógica no



mundo, hoje.

E vejam o que isso significa. Vocês estão lembrados do que era o Brasil em dezembro. E vocês ouviram, aqui, dizer que o companheiro Palocci está melhor do que o Malan. Sabe o que acontece? É que credibilidade você pode conquistá-la com facilidade, mas você pode perdê-la com facilidade. O Brasil chegou a uma situação, no ano passado, apesar da “boa pinta” dos homens que dirigiram a economia deste país. Nem no tempo da moratória do Sarney, em 1986, cortaram o crédito para as exportações brasileiras. E agora, com o Malan, com quinhentas vindas do FMI aqui, com todo mundo sendo amigo de todo mundo, com Fernando Henrique Cardoso viajando 365 dias, em oito anos, para o exterior, eles, simplesmente, desde agosto do ano passado, cortaram toda e qualquer linha de crédito para as exportações brasileiras. E, sem isso, você não exporta, porque você não tem capital de financiamento.

Ora, o que aconteceu? O terrorismo que “venderam” sobre nós desapareceu com algumas medidas sensatas que nós tomamos. Porque falar, às vezes, é mais fácil do que fazer. Em economia, a gente, muitas vezes, faz e não fala, porque, se falar, não faz.

É preciso ter muito cuidado. O jogo é muito delicado e nós vamos fazer. E vamos fazer sabendo que o que está em jogo não é apenas a economia do Brasil, é a nossa história. Eu não quero ser lembrado pela história do Brasil, daqui a cinquenta anos, porque há um quadro com o retrato de alguém que foi Presidente, no Salão Nobre do Palácio do Planalto. Sabem aquelas figuras que a gente nem lembra quem foram? Eu não quero ser lembrado por isso. Eu devo ser lembrado pelo que o conjunto da sociedade brasileira poderá fazer neste país. E nós vamos criar as condições para mudar as relações. Mas este é um jogo político. Nós temos que fazê-lo com esperteza e sabedoria, porque, em política, a gente não pode arrumar muito inimigo ao mesmo tempo. Quando você arruma um, você ganha outro amigo. Você tem que ter sempre um contraponto para não tomar bordoadas de todo mundo.



Vejam o que aconteceu com Hugo Chávez, na Venezuela. O Chávez é uma belíssima figura. Se vocês conhecerem o Chávez, todo mundo vai gostar. A Igreja de lá não gosta dele. Vocês vão “adorar” o Chávez. É simpático, agradável. Agora, como ele tem uma formação militar e não política, ele não faz política. Então, ele briga com todos. Ele é capaz de brigar com todos vocês ao mesmo tempo. Eu, se quiser brigar com dom Jayme, vou ficar de bem com dom Cláudio. Eu vou querer dividir os meus adversários para poder ter uma força.

Na questão do latifúndio, é a mesma coisa, viu, meu querido dom Tomás Balduino. Nós temos que medir, concretamente, cada passo que a gente vai dar. Imaginem que estou com bursite nos meus braços, nem lutar boxe eu posso mais. Então, eu sei cada passo que tenho que dar. Sei que vou dar esses passos. Mas vou dar calibrado, porque eu não posso dar um passo e voltar atrás, porque, se voltar atrás, eu fico desmoralizado. E determinadas coisas delicadas a gente só vai colocar no Congresso Nacional quando tiver a certeza de que vai ganhar a votação, porque senão, você perde uma, perde duas, perde três, e você fica desmoralizado na sua relação com o Congresso Nacional. E eu não estou aqui para isso. Vamos fazer um jogo bem feito.

E a questão da dívida externa? Nós vamos ter que resolver, nós vamos reduzir juros. Será que alguém neste país imagina que eu não tenha vontade de reduzir os juros com uma medida provisória? Agora, há fragilidade. Isso é como um doente: se a pessoa está frágil, você não pode nem tirá-la do lugar, nem transportá-la para um hospital melhor. Não é isso? Você tem que deixá-la deitada, dando remediozinho ali, até criar oportunidades. E nós vamos mudar, porque senão nós não mudamos o modelo econômico.

Mas vejam uma coisa, vejam o que é bom: ontem, vocês sabem que os títulos brasileiros alcançaram o maior valor de toda história dos títulos brasileiros? Eu, que era o “monstro” que ia acabar com a economia brasileira... Nós colocamos 1 bilhão de reais. Apareceram compradores para 6 bilhões.



Nós nem quisemos vender. Aí já esnobamos, também: agora, vamos devagar. Tinha gente que dizia que o dólar iria subir para 5 reais. Tinha deputado que esbravejava, no Congresso Nacional, inclusive do meu querido PT: “O salário mínimo tem que ser, no mínimo, 100 dólares”. Se “brincar”, daqui a um mês, vai estar, porque o dólar vai cair para 2,40.

Eu sou uma pessoa que digo sempre: sou abençoado, porque Deus foi muito generoso comigo. E eu brinco sempre, sem nenhum demérito ao Cristovam, que é economista, ao Suplicy, que é economista, quem mais é economista aqui na Mesa? O Graziano, que é economista. O José Dirceu, não. O José Dirceu é advogado. Eu tive a sorte de ter um médico no Ministério da Fazenda. Eu tive sorte, porque o jogo da economia é muito pesado. Tem uma parte dele muito teórica. E, na hora em que você coloca um médico, que está acostumado a lidar com gente que está morrendo, que tem que ter mais carinho... O Palocci é o mais jeitoso de todos nós para fazer essas coisas. Não veio aqui porque foi jogar bola comigo e se machucou, não agüentou disputar comigo, perdeu. Mas ele está disposto a discutir também. Ele já veio à CNBB. Se vocês, um dia, quiserem convidar o Palocci para discutir economia, não tem tempo ruim. Ele vai a qualquer lugar, porque nós queremos fazer este jogo com a maior clareza possível.

E, por último, a questão da dívida social. Esta é a razão da minha entrada na política. Eu só entrei na política, eu só criei um Partido, porque acredito nessas coisas. E este é um compromisso que não é programático, não. É um compromisso ético, é um compromisso cristão, é um compromisso de um ser humano que viveu isso na pele. Eu tenho sensibilidade. Eu vejo, nos olhos das pessoas, quando me vêem na rua, principalmente os mais pobres, o grau de expectativa que nós geramos. Então, eu sei que não posso frustrar isso.

E vocês vão ver, a partir de junho, quando a gente já vai ter um mapa dos seis meses. Possivelmente, em seis meses tenhamos liberado mais



recursos para política social do que foi liberado em muitos outros anos. Só para se ter uma idéia, de 1 bilhão de reais e pouco que havia no ano passado para saneamento básico, foram liberados apenas 19 milhões. Nós já liberamos, neste ano, 1 bilhão e 400 milhões reais para saneamento básico. Agora, é o Governo liberar e depois tem que ter 500 para fiscalizar, para saber se o dinheiro saiu. Porque você libera, a Caixa autoriza e, depois, tem que passar por tanta gente que termina o ano e não se gastou o dinheiro. Isso se a gente não tiver, da sociedade, gente denunciando, gente cobrando que não saiu.

Qual é o problema do Pronaf? É que o Banco do Brasil liberava o dinheiro e já ficava com quase 40 centavos para cada real emprestado. Depois, o coitado do pequeno tinha que passar por tanta gente que ele desanimava. Então, nós já decidimos que vamos acabar com a burocracia. E o Presidente do Banco do Brasil assumiu essa responsabilidade. Vai depender, agora, de a gente fazer acordo com os Sem-Terra, com a Contag, com a Fetraf-Sul, para que eles denunciem, se não estiver acontecendo. Se o Governo anunciou, na televisão: “Vai liberar”, na semana seguinte, não saiu. “Tudo bem, não saiu na semana seguinte, o Governo é novo”. Na outra não saiu, espera aí. Já tem coisa errada. E se ninguém denuncia, ninguém sabe. Porque, às vezes, perto de um Presidente ou perto de um ministro só chega notícia boa. As pessoas têm medo de dar notícia ruim para a gente.

Eu acho que a denúncia faz parte de um processo de não permitir que a gente caia no esquecimento, porque a máquina é envolvente. Olhem, esses “meninos” todos, aqui, estão entrando às 8 horas da manhã e muitos saem à meia-noite, uma hora da manhã e não atenderam todo mundo que tinham que atender. Nós precisamos nos livrar um pouco da máquina. O José Dirceu já anda reclamando que estou viajando muito. Viajar muito significa que vai acumulando serviço na Pasta dele, porque ele tem que preparar um monte de coisas para eu assinar. Mas eu acho que todos os ministros vão ter que viajar mais do que já viajou. Viajar muito, para que a gente não perca o pé no chão



que nos elegeu. Se a gente achar que o mundo se resume ao Palácio do Planalto, a gente acabou. Nós temos que perceber que o mundo está lá, nas palafitas do rio Amazonas, de Manaus, nas palafitas de Recife, e daí por diante.

E esse compromisso, meus companheiros cardeais e bispos, funcionários que estão aqui, companheiras, eu quero que vocês saibam o seguinte: nós estamos à disposição, 24 horas por dia, para qualquer discussão.

Muito obrigado. E que Deus abençoe a todos nós. Obrigado, dom Jayme.

</rss/cms/lrj/vpm>



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da Termelétrica da Companhia Energética Santa Elisa**

**Ribeirão Preto – SP, 02 de maio de 2003**

Maurílio Biaggi Filho, presidente da Santa Elisa,  
Meu caro e querido companheiro Eduardo, da Única,  
Meu companheiro Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura,  
Minha querida companheira Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia,  
Meu querido companheiro Graziano, ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome,  
Meu caro Gilberto, prefeito de Ribeirão Preto,  
Meu caro José Alberto Gimenez, prefeito de Sertãozinho,  
Demais prefeitos aqui presentes, já citados pelo nosso locutor,  
Trabalhadores, jornalistas,  
Meus companheiros e minhas companheiras,

Eu quero, em primeiro lugar fazer justiça porque alguém, com um pouco de má fé, pode dizer que o Maurílio está me convidando para vir a Santa Elisa, porque eu sou Presidente da República. E eu quero fazer, de público, Maurílio, o meu agradecimento, porque, em 1998, eu estava na disputa eleitoral quando você, aqui, nesta mesma empresa, me recebeu, junto com o companheiro Palocci, numa demonstração de que há muito tempo você se mostrava um empresário aberto, democrático e que, possivelmente, receberia tantos quantos candidatos quisessem visitar a sua usina.

Eu acho que isso é importante porque, obviamente, é sempre mais fácil você receber depois de a pessoa ser eleita. Antes de eleito você tem problemas diversos. Eu quero lhe dizer que, no setor da cana-de-açúcar, eu me sinto muito à vontade, porque, mesmo quando vários segmentos do setor tinham medo do Lula, nós



tínhamos definido, enquanto partido político, enquanto candidatura, uma priorização na recuperação do álcool como matriz energética alternativa, geradora de empregos, menos poluente e, possivelmente, uma das coisas pela qual o mundo ainda vai agradecer ao Brasil é por deter essa tecnologia.

Graças à relação do Palocci com os empresários da região, graças à relação do nosso querido prefeito de Piracicaba, o companheiro José Machado, graças a amigos como José Pessoa, que está aqui no nosso meio, vocês sabem que há muito tempo a gente vem dizendo e afirmando, de forma muito categórica, que nós vamos recuperar o álcool nesse país. E não apenas nós, enquanto candidatos ou enquanto Presidente da República. Se vocês analisarem – e o Maurílio conhece bem –, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tem uma proposta de renovação de frota. E dentro da proposta está a inclusão do carro a álcool como uma alternativa para o nosso querido Brasil.

Então, eu quero fazer esse agradecimento de público e dizer que o meu compromisso com o setor não é apenas para defender esse ou aquele interesse. É, sobretudo, porque eu acho que nesse mundo poluído, nesse momento em que os países começam a se sentir pressionados pela sociedade para poluírem menos o mundo, os países ricos, mais cedo ou mais tarde, vão ter que utilizar o álcool misturado na gasolina para poluir menos o planeta. O Brasil precisa estar preparado porque, numa dessas, nós podemos pegar uma grande fatia do mercado internacional e, quem sabe, produzir, num médio prazo, o dobro do que estamos produzindo hoje, gerando os empregos que nós precisamos gerar, as divisas que precisamos gerar, e a melhoria na qualidade de vida que nós precisamos ter no nosso país.

É muito engraçado, porque a vida é cheia de prós e contras, e às vezes contraditória. Eu acho que Deus deu inteligência ao ser humano para que nós aprendêssemos a resolver esses problemas que muitas vezes parecem insolúveis.

Por exemplo, em sua consciência, nenhum ser humano pode ser contra os avanços tecnológicos. A tecnologia melhora a capacidade produtiva de uma



empresa, aumenta a rentabilidade, torna essa empresa mais competitiva. E qual é o lado ruim do avanço tecnológico? É que ele pode significar milhares de trabalhadores no olho da rua.

A inteligência do ser humano existe para solucionar isso, e esse é o papel do Governo; esse é o papel do empresário; esse é o papel do sindicato. É para que a gente, não se colocando contra os avanços tecnológicos, toda vez que tiver que substituir um conjunto de trabalhadores por uma máquina mais avançada, nós, enquanto Governo, enquanto empresário, enquanto prefeito, enquanto sindicato, pense em como fazer para que os trabalhadores que vão ser substituídos não fiquem no olho da rua e possam viver condignamente.

Esse é o desafio que está colocado para nós: uma combinação da sensatez do dirigente político, do governante, do empresário, dos trabalhadores, dos sindicatos, para que a gente possa, numa mesa de negociação, encontrar solução, tendo sempre a certeza de que nós não podemos deixar mais trabalhadores desempregados neste país e que precisamos ter consciência de que, se há uma coisa que dá dignidade a um homem e a uma mulher, é trabalhar e com o suor do seu trabalho sustentar a sua própria família.

Olhando para a nossa política de comércio exterior, essa situação entre trabalho e tecnologia está bem colocada de uma forma, eu diria, até um pouco irônica. Quando ganhamos as eleições, alguns mais pessimistas diziam que o dólar ia chegar a 5 reais, e veja que nós tomamos posse com o dólar a 4 reais, tomamos posse com o risco-Brasil acima de dois mil pontos, e tomamos posse sem que o Brasil tivesse um único dólar para o financiamento das nossas exportações.

Ao contrário do que os pessimistas falavam, o dólar está caindo e graças a Deus está caindo, e agora, ironicamente, a gente vê o quê? A gente vê um grupo de companheiros que exportam querendo que o dólar não caia muito; do outro lado a gente vê companheiros, que importam, querendo que o dólar caia. E qual é o papel do Governo? O papel do Governo é afirmar a todo e qualquer momento que a nossa lógica é que o dólar vai continuar flutuante, e quem determina o seu preço é o



mercado. O Governo não vai “meter o dedo” na questão do dólar.

Não existe o valor do dólar “simpático” ao Presidente da República. Eu, de vez em quando, ouço gente dizer: “seria bonito que ele fosse R\$ 3,60; seria bonito que ele fosse R\$ 3,20”. Eu acho que não existe o dólar bonito. O dólar bonito para nós será quando ele atingir um patamar de estabilidade e a gente puder trabalhar o ano inteiro sabendo que o dólar vai estar estável e que nós, então, vamos poder fazer os nossos negócios sem medo da oscilação da moeda. Essa é a lógica.

E essa ironia só acontece por conta das incertezas que tomaram conta do nosso país durante muito tempo. Afinal de contas, nós passamos quatro anos alertando o ex-presidente da República de que era preciso mudar a política cambial, porque não era verdade que o dólar valia 1 real. Quase quebramos o nosso país por conta dessa teimosia. E hoje eu estou aqui feliz. Feliz, Zeferina, porque eu não fui cortador de cana, mas fui torneiro mecânico. E você sabe que, por conta de eu ter aprendido uma profissão – o primeiro filho de uma família de oito –, fugi do salário mínimo. Eu fui o primeiro na família a ter uma casa, uma televisão, uma geladeira, um carro. Tudo isso por conta de uma profissão. E eu sempre sonhei que era possível melhorar a situação da classe trabalhadora. Entrei no sindicato, me tornei um dirigente sindical importante no país. Acho que participei dos momentos mais importantes da história do movimento sindical.

Um dia, Zeferina, eu descobri que o sindicato era pequeno, que eu queria mais. E queria mais, não para mim. Eu queria mais para os trabalhadores. Eu achava que, se nós trabalhadores éramos a maioria da sociedade, porque é que a gente, então, não poderia pleitear governar o país? Nós descobrimos isso e criamos um partido político. Vinte anos depois nós ganhamos as eleições para Presidente da República. Você sabe que levou muitos anos para que 26 milhões de negros, na África do Sul, descobrissem que eram mais do que os seis milhões de brancos. E quando tomaram consciência disso, os negros votaram nos negros e o Mandela foi eleito presidente da República da África do Sul.

Ora, então este é o fato de nós termos chegado onde chegamos, de você sair



da posição de uma cortadora de cana e ganhar a São Silvestre, disputando até com o Suplicy, que é um “massa de homem forte”, mas que só chega no dia seguinte da prova. É quando um “toquinho” de gente como você, que não deve ter comido todas as calorias e as proteínas necessárias na sua infância, chega ao topo do esporte, fazendo parte da elite brasileira. Sabe o que um amigo meu, um negro, prefeito de uma cidadezinha pequenininha aqui perto, chamado Ju, sabe o que ele falava para mim? “Lula, o homem e a mulher têm que ser do tamanho do seu sonho. E se a gente sonha pequeno, a gente sempre vai ser pequeno, a gente tem que sonhar grande, a gente tem que buscar algo grande e ir atrás que a gente conquista”. E você, minha querida Zeferina, é o exemplo de que não tem limite para ninguém, para nenhum ser humano, desde que ele acredite.

Quando eu venho a Santa Elisa e ouço dizer, na inauguração de uma termelétrica, com tecnologia brasileira, que trabalhadores que eram cortadores de cana viraram empresários e fizeram coisas maravilhosas, isso é um alento para cada um de vocês, que estão aí de macacão e que não podem nunca se sentir menores do que ninguém na face da Terra.

Eu já ouvi do Presidente da Volkswagen, eu já ouvi do Presidente da Mercedes, eu já ouvi do Presidente da Scania, eu já ouvi de uma centena de empresários estrangeiros que o trabalhador brasileiro é, possivelmente, o mais competente do mundo. Já cansei de ouvir. Eles dizem, inclusive, que os trabalhadores da Alemanha, os trabalhadores da Inglaterra não têm a mesma criatividade e a mesma capacidade de produção que tem o trabalhador brasileiro.

Se nós somos capazes de fazer isso, se nós somos capazes de fazer o que nós fazemos neste país, e se nós somos capazes de ter trabalhadores como vocês, de ter uma Zeferina, de ter um Pelé, de ter um Ayrton Senna, significa que nós podemos muito mais. É por isso que nós precisamos acordar todo santo dia acreditando que a gente tem capacidade de fazer mais do que a gente fez no dia anterior. E andar de cabeça erguida, brigar pelos nossos direitos. É assim que a gente constrói uma Nação, é assim que a gente constrói uma cidadania, e é assim



que a gente recupera a nossa auto-estima.

Por isso meus amigos, companheiros e companheiras, eu quero, na frente desses trabalhadores, Maurílio, dizer que quando eu chamei os empresários para conversar, é porque eu passei 25 anos da minha vida fazendo negociação. Coisa que não era hábito no Brasil, coisa que a imprensa desconhece, porque, muitas vezes, no Brasil, é mais fácil viver de futrica do que fazer coisa séria. E eu disse a vocês o que eu tenho dito a todos os empresários: não há problema que não tenha solução. E não há lugar melhor para a solução dos problemas do que colocar aqueles que estão em conflito em torno de uma mesa e conversar, um olhando no olho do outro, para a gente encontrar a solução. Vai ser assim no Brasil daqui para a frente.

Eu digo sempre, Maurílio, que não há nenhum ser humano 100% bom. Também não há nenhum ser humano 100% ruim. O que nós temos que fazer é aprender a conviver com aquilo que as pessoas têm de bom, tentar extrair das pessoas aquilo que elas podem oferecer, para a gente construir um mundo mais justo, mais fraterno, mais solidário. É com essa crença que eu estou governando este país. É com essa crença que eu trabalho 14, 15, 16 horas e ainda faço os ministros trabalharem 18, 19 horas por dia, porque eu não quero passar para a história do Brasil, apenas porque vou ter no salão nobre do Planalto a minha fotografia como Presidente, para daqui a vinte anos, passar alguém e falar “quem foi esse aí?”.

Um homem não é marcado pela quantidade de anos que ele vive ou pela quantidade de anos em que ele fica no mandato. Um homem é marcado pela grandeza da sua obra, e a minha obra é recuperar a auto-estima do povo brasileiro e colocar o Brasil no mundo de cabeça erguida, porque nós não somos uma raça inferior, nós somos iguais a qualquer outro no mundo e precisamos entrar nas negociações, sejam políticas, culturais ou comerciais de cabeça erguida. Quem tem que resolver o problema do desemprego no Brasil somos nós, quem tem que fazer a reforma agrária somos nós, quem tem que acabar com o analfabetismo somos nós,



quem tem que cuidar do salário com carinho especial somos nós, e isso, pode ter certeza, nós vamos fazer e, se Deus quiser, essa será a grande obra do nosso Governo. E para isso, tenho certeza, vou contar com o apoio dos trabalhadores brasileiros e com o apoio dos empresários brasileiros.

Aquele que não quiser, não tem problema, mas eu não tenho dúvida, pelo que eu tenho sentido, que nós vamos ter o apoio de mais de 90% da sociedade brasileira para fazer o que precisa ser feito neste país, para que o Brasil deixe de ser um país emergente e passe a ser um país efetivamente grande, competitivo e que possa estar inserido dentre os países mais ricos do mundo.

Meus parabéns Maurílio, parabéns trabalhadores e parabéns ao povo brasileiro.

/rss/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de inauguração da 69ª Expozebu**

**Uberaba - MG, 03 de maio de 2003**

Meu caro companheiro e amigo, governador do estado de Minas Gerais, Aécio Neves,

Meu caro José Olavo Borges Mendes, Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Zebu,

Meus caros embaixadores acreditados junto ao Governo brasileiro,

Meu caro Kleber de Andrade, vice-governador de Minas Gerais,

Deputados aqui presentes,

Meu companheiro Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura,

José Graziano, ministro da Segurança Alimentar e Combate à Fome,

Miguel Rossetto, ministro do Desenvolvimento Agrário,

José Fritsch, secretário especial de Aquicultura e Pesca,

Companheiros diretores da ABCZ,

Eu vim aqui no ano passado e o José Olavo fez, naquela ocasião, parte do discurso que fez hoje. Inclusive algumas reivindicações. Eu quero dizer aos empresários da agropecuária brasileira, à Direção da ABCZ, que comecei o meu Governo dizendo que nós vamos fazer o necessário, depois vamos fazer o que é possível e, quando menos se imaginar, estaremos fazendo o impossível.

E por que eu afirmei isso na minha posse? Primeiro, porque conheço razoavelmente bem o meu país e sinto orgulho de dizer que só houve alguém neste país que andou parte do que andei, que foi o nosso saudoso Juscelino Kubitschek, quando Presidente da República. E por conhecer o Brasil, eu tenho uma confiança neste país que duvido que alguém tenha mais do que eu, pode ter igual. Eu acredito na capacidade dos trabalhadores brasileiros, na capacidade dos estudantes



brasileiros, na capacidade dos empresários brasileiros, na capacidade dos agricultores brasileiros e, agora, o que nós precisamos, de verdade, é acreditar na capacidade dos governantes do nosso país.

A primeira coisa que nós temos que ter em conta é que um país do tamanho do Brasil precisa se fazer respeitar nos fóruns de negociações, sobretudo nos fóruns internacionais. Neste mundo globalizado, ninguém estará preocupado se há uma criança morrendo de fome no nosso país ou se há milhões de desempregados. Esse é um problema nosso. E esse é um problema que nós temos que colocar na mesa e encontrar soluções para ele.

Durante muito tempo nós ficamos nos tratando como se fôssemos uma nação pequena, como se fôssemos um paisinho do Terceiro Mundo e achando que a culpa pela nossa miséria é dos países ricos. Ouso dizer aqui que é verdade que a relação comercial nem sempre é a mais igualitária, mas eu acho que nós não poderemos continuar a jogar a culpa da nossa incompetência histórica em cima dos outros. Nós precisamos saber, concretamente, quais os nossos principais problemas e decidir como solucioná-los, porque a solução está dentro do Brasil e nas nossas mãos. E disso, meu caro José Olavo e meu caro governador Aécio, eu não abro mão.

Eu acho que o nosso país pode, deve e vai andar de cabeça erguida. Vai brigar na Organização Mundial do Comércio para que a relação comercial entre Brasil e União Européia, entre o Brasil e Estados Unidos, seja, efetivamente, igualitária, e que eles acabem com o subsídio nos produtos deles para que a gente possa ser mais competitivo. E, se eles disputarem em igualdade de condições, eles sabem que nenhum país do mundo tem condições de competir com o nosso. Se nós soubermos trabalhar corretamente, a nossa carne vai ocupar um espaço no mundo e nunca mais perderá, porque é um privilégio de uma nação como o Brasil poder oferecer a um mundo moderno com as suas “vacas loucas” o nosso boi verde, saudável, para que eles possam comer sem risco de qualquer doença.

Nós vamos antecipar, em um mês, o financiamento da safra agrícola este ano. E vamos fazer mais. Nós saímos este ano, meu caro José Olavo, de R\$13



bilhões, no ano passado, para R\$17 bilhões para a agricultura. E no Pronaf, nós saímos de R\$1,3 bilhões, no ano passado, para R\$1,8 bilhões este ano. Com o compromisso de que não basta anunciar nos jornais, nem tampouco anunciar na televisão, esse dinheiro tem que estar na boca do caixa para que as pessoas possam retirá-lo quando chegar o tempo de plantar. Não dá para liberar o dinheiro depois, porque depois não vai acontecer nada.

E vocês, como agricultores sabem que, na agricultura, a natureza cuida do tempo como ninguém. Sabem que a gente tem que plantar na hora certa. Se deixar passar o tempo, não planta mais. A gente tem que colher na hora certa, porque, se deixar passar, a gente perde. No Governo, eu quero agir mais ou menos assim: tudo tem o seu tempo. Eu disse, aqui, que vou fazer a reforma agrária mais tranqüila e mais pacífica que este país já viu na sua história. Eu vou fazer, e há o tempo certo para isso acontecer. Estamos preparando, e no momento certo vocês vão perceber que, numa mesa de negociação, vamos anunciar ao Brasil o começo da reforma agrária neste país. Mas reforma agrária não é só colocar mais gente no campo, não. É, sobretudo, cuidar de milhões de pessoas que já estão no campo e que durante muitos anos não receberam o dinheiro na hora certa para financiar a sua agricultura.

E nós queremos mais. Nós queremos dar à agricultura familiar a noção de que é preciso se modernizar, do ponto de vista tecnológico; de que é preciso se organizar em cooperativas. E outro compromisso que assumi na campanha, José Olavo e governador Aécio Neves, é que este país será, no final do meu mandato, o país mais importante em organização de cooperativas do mundo. Eu acredito e vamos fazer, porque temos um ministro que conhece isso a fundo. E nós achamos que o pequeno tem que ter aspiração de ser grande. O pequeno não pode se contentar em ser pequeno. Nós não podemos nos contentar em ficar choramingando as nossas misérias, a nossa pobreza. Nós temos que sonhar grande, pensar grande, para realizar grande. Este é um compromisso de que eu não abro mão, e vamos fazer.

É por isso que, ontem, na Agrishow, de Ribeirão Preto, nós anunciamos o



financiamento da estocagem do álcool neste país, porque queremos que não falte álcool nos postos para a sociedade brasileira.

Da mesma forma, meu caro governador Aécio Neves, já está 99% pronta a questão das opções do leilão do café. E nós vamos assumir isso. Nós temos clareza da importância da cafeicultura no nosso país. E nós vamos fazer de tudo para que um setor importante, que gera riqueza, que gera tanto emprego neste país, não sofra por conta das oscilações de um mercado de que nem sempre nós temos controle.

Portanto, eu queria dizer a vocês que as coisas vão ser feitas no seu tempo. É importante lembrar que nós estamos há apenas 120 dias no Governo. Havia quem pensasse que o dólar iria para 5 reais quando eu ganhasse as eleições. Já tem gente pedindo para o dólar não cair mais.

Quando nós tomamos posse, José Olavo, não havia uma linha de crédito. Nem no tempo do Sarney, quando ele fez o Plano Cruzado e depois fez a moratória, nem naquele tempo houve falta de financiamento para as nossas exportações. Hoje, graças a Deus, esses créditos estão voltando. Da mesma forma que os títulos brasileiros valiam 40% do seu valor, quando nós tomamos posse. Essa semana nós conseguimos vender títulos pelo mais alto valor de toda a história dos títulos brasileiros no exterior, atingindo 87% do seu valor. Isso chama-se conquista de credibilidade, que você precisa ter na relação política.

Da mesma forma que não pensei um minuto em convidar todos os governadores. Sabe o governador Aécio Neves que eu vou tratá-lo como se ele fosse meu irmão, como se ele fosse do PT. Eu quero tratar todos os governadores em igualdade de condições, ninguém será marginalizado por não pertencer ao meu Partido, à minha religião ou por não torcer pelo meu time. Porque, mesmo se eu tiver divergência com um governador, eu tenho que respeitar o povo do estado dele governador e, por isso, eu tenho que tratá-lo condignamente.

Quero aproveitar a presença do governador Aécio Neves aqui para dizer que foi muito importante o comportamento dos governadores em atender ao meu



chamamento para duas reuniões. E o Aécio tem responsabilidade por isso. As duas vezes que eu convidei os governadores, eles compareceram. Compareceram para entregar as propostas, e vocês estão lembrados que eu tinha anunciado mandar as propostas de reforma no segundo semestre. Mandeï no dia 30 de abril. Agora, eu acho que cabe a todos nós trabalharmos juntos com os deputados e senadores, para que elas sejam votadas o mais rapidamente possível. Porque, se não votarmos este ano, no ano que vem temos eleição para prefeituras, estará todo mundo em guerra, e as reformas ficarão para um segundo plano. Eu acho que nós temos que ter responsabilidade com este país. É preciso deixar a questão pessoal no segundo plano e, uma vez na vida, pensar em respeitar 175 milhões de brasileiros que estão esperando que nós façamos alguma coisa a mais do que chorar, dizendo que não temos dinheiro.

Eu estou convencido de que, mesmo tendo pouco dinheiro, a gente vai poder fazer muita coisa. Na agricultura brasileira, que já é motivo de orgulho para todos nós, podem ficar certos que nós vamos crescer muito mais. A agricultura vai ter muito mais importância no PIB. A gente vai exportar muito mais por conta da nossa agricultura e, quem sabe, a gente confirme aquilo que eu venho dizendo desde 89: enganam-se aqueles que acham que a agricultura não tinha mais importância na economia brasileira. Ela não só tem muita importância, como é hoje motivo de orgulho para as nossas exportações, porque, se não fosse a agricultura, nós estaríamos numa situação muito delicada.

E agora se apresenta, para nós, a questão da carne. Nós vamos ter que zerar essa questão da febre aftosa. É por isso que, pela primeira vez na história deste país, Roberto Rodrigues e eu, mais o Ministério da Saúde, participamos do ato em que doamos 1 milhão de vacinas para o Paraguai cuidar do seu gado, e doamos 500 mil vacinas para a Bolívia cuidar do seu gado. E vamos fazer isso com todos os países fronteiriços, porque ajudando-os nós estaremos defendendo o nosso rebanho e estaremos valorizando o produto que nós temos para vender no exterior.

Por último, eu quero dizer a todos vocês: não haverá, no Governo, nenhum



momento de dificuldade quando o setor quiser conversar conosco. Eu dizia para vocês que um Presidente da República não tem obrigação de conhecer todos os assuntos. No Brasil exige-se que o Presidente seja quase que um candidato a Deus. Ele tem que conhecer de 500 assuntos. E eu sempre disse que um Presidente da República tinha que fazer o papel, ou de um bom maestro ou de um técnico de futebol. Ele não tem que ser um grande jogador, ele tem que saber montar uma grande equipe. E eu estou certo de que montei uma das melhores equipes que um governo brasileiro já teve. E, sobretudo na agricultura, eu não tenho dúvida de que pode haver igual, mas não há melhor que o nosso companheiro Roberto Rodrigues nessa área.

Da mesma forma, o Miguel Rosseto para o Desenvolvimento Agrário, porque as duas coisas caminham juntas, e nós queremos provar que a agricultura familiar não é incompatível com a agricultura empresarial.

E eu acho que este gesto da ABCZ, José Olavo, de contribuir na arrecadação para o Projeto Fome Zero, mostra claramente que nós estamos, rapidamente, nos tornando uma sociedade civilizada. Os preconceitos foram jogados na lata do lixo.

Ontem, na reunião que tivemos no Agrishow, eu dizia aos empresários: “quantas reuniões vocês já fizeram para falar mal de mim? E quantas eu já fiz para falar mal de vocês também?” E, hoje, nós vencemos o preconceito, porque não gostávamos uns dos outros sem nos conhecermos, por ouvir dizer. Se o Aécio falasse mal de mim, ou eu falasse mal do Aécio, isso virava uma verdade. Então, eu quero que vocês saibam que não há preconceito.

Nós sabemos o papel importante que têm os deputados ligados à área rural, à área da agricultura. O Roberto Rodrigues, o Miguel Rosseto manterão estreito contato, porque nós não vamos deixar a nossa agricultura retroceder. Podem ficar certos de que quem chegou ao patamar de 114 milhões de toneladas este ano, a tendência agora, meu caro, é só subir, porque a matéria-prima mais importante de que o homem está precisando hoje é exatamente alimento. São um bilhão de famintos.



Estou indo agora, no dia 1º de junho, à França, a convite do G-7, mais a África do Sul, mais o México, mais a Índia, mais a China. E lá eu pretendo apresentar uma proposta de combate à fome no mundo. Fico imaginando, José Olavo, o dia em que cada brasileiro puder comer um bife por dia neste país, como a gente vai poder aumentar o nosso rebanho! Eu fico imaginando o dia em que o brasileiro puder comprar os alimentos que nós produzimos, no supermercado. O que a economia deste país vai crescer! E é disso que nós queremos cuidar com muito carinho. E é por isso que eu afirmo: eu não quero, não posso e não vou errar. Eu tenho quatro anos e quero dedicar cada minuto desse tempo para provar que o Brasil precisa apenas de uma chance. E nós é que temos que dar essa chance aos empresários, aos trabalhadores, aos estudantes, aos intelectuais, e a todos aqueles que tenham estima por este país, que não merece ser tratado de forma menor.

Por isso eu quero, mais uma vez, agradecer o convite para vir a esta Expozebu e dizer a você que estarei aqui o ano que vem, e, se puder, estarei em todas elas.

Por último, aqui, um aviso, que não é nenhuma promessa. Ontem eu viajei com o ministro Cristovam Buarque e estávamos discutindo uma reivindicação antiga aqui da região, que é a criação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Há concordância do Ministério da Educação. Nós vamos apenas ver a questão das formalidades e, se Deus quiser, o mais rápido possível, fazer essa mudança, porque eu acho que esta aqui é uma das regiões que todo brasileiro deveria conhecer. Deveria também conhecer o sul de Minas Gerais, uma parte do interior de São Paulo, uma parte do Rio Grande do Sul, uma parte de Santa Catarina, e uma parte do Paraná, para ver o potencial que este país tem.

Eu acho que a minha participação nessas feiras é para ver que o Brasil tem coisas boas também. Para ver que o Brasil tem coisas excepcionais, porque às vezes a gente fica muito ligado somente à questão da miséria e isso é vendido no exterior. No exterior sabem que o Brasil é bom de carnaval, bom de futebol e tem violência. Nós temos que mostrar que nós temos tudo isso, mas temos muito mais.



Nós temos capacidade de competição tecnológica, na indústria, na agricultura e temos coisas boas para mostrar. E é isso, meu caro José Olavo, que nós vamos fazer.

Podem ficar certos de que vai acontecer muita coisa boa neste país nesses próximos quatro anos. Não há nenhuma razão para pessimismo. Não há nenhuma razão para a gente ficar achando que as coisas vão dar errado. Eu acho que sou o mais otimista dos seres humanos. Eu, todo dia, quanto pior é a manchete do jornal, mais estou convencido de que este país vai dar um salto de qualidade excepcional. Eu tenho certeza de que contarei com o apoio dos empresários ligados à agricultura para que a gente possa ocupar um espaço, no mundo, que é nosso, e que nós, ainda, timidamente, estamos disputando.

Muito obrigado a todos vocês. E muito obrigado pela presença dos deputados e senadores.

/rss/vpm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de Outorga da Medalha do Mérito Serigy**

**Aracaju - SE, 06 de maio de 2003**

Meus amigos e minhas amigas de Aracaju,  
Meus companheiros e minhas companheiras de Sergipe,

Eu quero agradecer a presença do governador João Alves, dos nossos deputados, dos nossos vereadores, dos nossos prefeitos, dos secretários da prefeitura, do nosso querido companheiro e senador Antônio Carlos Valadares, dos ministros que estão aqui, dos companheiros Ciro Gomes e Olívio Dutra. E dizer para vocês uma rápida palavra.

O Brasil, todos vocês sabem, é um país que trata de forma desigual a sua população. E qual é a tarefa que nós temos que fazer? Como nunca existe dinheiro para fazer tudo, eu sempre digo que um governante tem que se comportar como uma mãe, porque nada no mundo é mais justo do que ela. Se uma mãe tiver, na sua casa, três crianças para comer e tiver três bifês, podem ficar certos de que nenhuma mãe vai deixar uma criança comer dois bifês e a outra ficar sem nenhum. Ela vai garantir que cada um tenha o seu bife para comer. E se tiver, dentro da casa, um mais fraco ou doentinho, ela vai dedicar àquele que está fragilizado muito mais carinho do que aos outros que estão com saúde.

Nenhum governante precisa fazer pós-graduação em Ciência Política para saber uma coisa elementar: se o Estado tem pouco dinheiro, se o dinheiro é pouco, na hora em que nós tivermos que decidir gastar, nós temos que gastar com aquela parte da população que mais necessita do Governo, que não são os ricos.

E essa avenida aqui, segundo o companheiro Deda, é um exemplo disso. Há outras coisas para serem feitas, possivelmente em lugares de classe média que também necessitam de obra. Mas a verdade é que quem está conseguindo comer



duas vezes por dia tem mais chance de sobreviver do que quem está sem comer nenhuma vez por dia. Então, nós precisamos dedicar 99% das nossas prioridades para ver se a gente consegue fazer algumas coisas para o povo pobre deste país.

Primeiro, nós temos que melhorar a qualidade das casas onde as pessoas moram. E melhorar em qualidade significa melhorar a qualidade da rua, significa a gente se preocupar com a saúde das pessoas, significa a gente pensar e se preocupar com a educação dessas crianças e com a qualidade da alimentação que estão tendo. Porque se uma criança não comer bem até os seis anos de idade, pode ficar com alguma seqüela. Nós precisamos cuidar, porque isso significa cuidar das futuras gerações deste país. Nós precisamos cuidar da geração de empregos porque o que dá mais dignidade a um homem ou a uma mulher é ter um emprego para trabalhar. É poder levantar de manhã, trabalhar, voltar para casa à tarde, encontrar a sua mulher e os seus filhos e, no final do mês, comprar o que comer, às custas do seu trabalho, sem ficar dependendo de uma cesta básica da prefeitura, do governo do estado ou do governo federal.

E nós, meus companheiros e companheiras, queremos fazer isso com carinho, e eu digo sempre: quero tratar cada homem e cada mulher deste país, seja branco ou preto, católico ou crente, pobre, rico, e, de preferência, as pessoas mais pobres da população, como se eu estivesse tratando do meu próprio filho.

Eu quero tratar cada pessoa com o carinho com que eu trato a minha família. Sabem por quê? Aqui há vários companheiros que já foram governadores, prefeitos e, Marta, na hora em que a gente está pedindo voto, quem se aproxima da gente, quem trabalha para a gente é a parte pobre da população, que se mata de trabalhar.

Se a gente não toma cuidado, quando a gente ganha, quando chega ao poder, Ciro, quem tem acesso à gente não é mais a parte pobre. E nós ganhamos as eleições para mudar este país, para fazer a diferença neste país, para dar a certeza aos pobres deste país de que eles vão andar de cabeça erguida, vão comer três vezes por dia, vão ter escola, vão ter saúde e oportunidade de trabalhar. Vocês sabem que nós só estamos há quatro meses no Governo, e eu sei que esse povo



tem uma paciência extraordinária. Esse povo sabe o que nós faremos neste país. Vocês podem ficar certos, com a fé com que eu estou olhando na cara de vocês: nós vamos fazer cada coisa que nós prometemos neste país.

Aos meus queridos companheiros sindicalistas que estão aqui, eu quero dizer: eu não esqueço a minha origem e, portanto, se eu não puder fazer o bem para o trabalhador, podem ficar certos de que o mal eu jamais farei, porque isto está no meu sangue e na minha origem.

Eu quero, companheiro Marcelo Deda, parabenizar você por essa obra. Essa obra, talvez seja para as pessoas que moram aqui a coisa mais importante, porque quantos candidatos a prefeito a prometeram e não a fizeram. Talvez você tenha sido o único que não prometeu e fez.

Portanto, eu quero lhe agradecer, e ao governador João Alves, a gentileza e o carinho. Enquanto povo de Sergipe, vocês têm o direito de aplaudir ou de vaiar as pessoas, com liberdade e democracia. Enquanto Presidente da República, eu tenho que tratar todos os governantes em igualdade de condições neste país. Não posso fazer discriminação. Será assim com todos os governadores nos estados onde eu chegar, na cidade onde eu chegar. Quem quer que seja o prefeito ou governador, o Presidente da República tem que respeitá-lo, tratá-lo condignamente, por que essa é uma atividade em que o institucional vale muito mais do que qualquer outra coisa.

Eu só quero dizer para vocês uma coisa: eu sou um homem que tem a memória boa. Se há uma coisa que eu tenho privilegiada é a minha memória. Não pensem que eu esqueço um nome ou uma coisa que eu prometi. Eu sei cada palavra com que eu me comprometi com o povo, em cada canto deste país. Sei cada palavra, até porque não foi uma única vez que eu disputei as eleições. Eu perdi três eleições.

O que eu quero dizer para vocês, meus companheiros e companheiras, é que podem ter fé, esperança, podem levantar a cabeça e saber: nós vamos melhorar a vida do povo brasileiro. Podem ter certeza de que nós vamos cumprir cada palavra com que nos comprometemos durante os vários anos em que fizemos política. É



importante ficar claro o meu reconhecimento ao povo de Sergipe. Primeiro, uma das primeiras pessoas indicadas no meu Governo foi esse companheiro aqui, Presidente da Petrobrás. E o Presidente da Petrobrás só não é mais importante que o Presidente da República porque a Constituição não deixa. Mas que tem mais dinheiro do que o Presidente da República, tem...

Hoje, eu fiz um outro reconhecimento ao estado de Sergipe: anunciei, na reunião dos Prefeitos, o companheiro Carlos Brito como ministro do Supremo Tribunal Federal do nosso país. Na verdade, não fiz nenhum favor, porque o Carlos Ayres Britto é das figuras jurídicas mais importantes deste país. Foi reconhecimento, foi fazer justiça a um homem da sua capacidade e qualidade jurídica.

No mais, do fundo da minha alma, muito obrigado. Que Deus abençoe cada um de vocês e, se Deus quiser, voltaremos aqui para anunciar muito mais coisas.

Até outro dia, meus companheiros.

/rss/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da 44ª Reunião da Frente Nacional de Prefeitos**

**Aracaju – SE, 06 de maio de 2003**

Excelentíssimo governador do estado de Sergipe, João Alves,

Meu caro Luiz Paulo Veloso Lucas, coordenador geral da Frente Nacional de Prefeitos e Prefeitas em Vitória, no Espírito Santo,

Meu caro companheiro Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional,

Meu caro companheiro Olívio Dutra, ministro das Cidades,

Meu caro companheiro Tarso Genro, secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,

Excelentíssima vice-governadora do estado de Sergipe, Marília Carvalho Mandarino,

Meu caro Antonio Passos Sobrinho, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe,

Excelentíssimo senhor Manuel Pascoal Nabuco D'Ávila, presidente do Tribunal de Justiça do estado,

Meu caro companheiro e ao mesmo tempo compadre, Marcelo Deda, prefeito de Aracaju,

Meu caro Paulo Zuilkosky, presidente da Confederação Nacional dos Municípios,

Meu caro José do Carmo, presidente da Associação Brasileira dos Municípios,

Companheiros e companheiras coordenadores da Frente Nacional de Prefeitos,

Meu caro companheiro José Eduardo Dutra, presidente da Petrobrás,

Meu caro companheiro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal,



Caro companheiro José Genoíno, presidente do PT,  
Meu caro senador Antonio Carlos Valadares,  
Meu caro João Bosco Costa, deputado federal,  
Meu caro companheiro Jackson Barreto, deputado federal,  
Meu caro Pastor Heleno, deputado federal,  
Meu caro deputado federal Heleno Silva,  
Meus amigos e minhas amigas,

Vocês perceberam que a nominata toma metade do discurso em uma reunião muito participativa como esta. Eu vim para este encontro com um discurso escrito, porque na reunião que eu fiz com os prefeitos, em Brasília, falei de improviso e com emoção. E terminei falando 49 minutos. E não é uma boa política falar tanto tempo, quando as palavras têm cada vez mais valor, na seriedade que a política brasileira está exigindo.

Eu não sei se é porque eu estou ficando velho e aos 57 anos a gente já está mais para a chegada do que para a partida, eu tenho adotado, como filosofia política, que um político bom é aquele que pensa e depois fala. E como dizem os mineiros: “Um político melhor é aquele que pensa e não fala”. Nós estamos vivendo uma situação, a meu ver, extraordinária no país. Eu, a cada dia, me levanto muito mais otimista do que quando fui me deitar. Eu não vejo nenhuma razão para que a gente não acredite que este país pode, deve e vai ser muito melhor do que hoje, num futuro muito breve.

E por que acredito nisso? Primeiro, porque eu acho que todos nós temos que pensar grande. A gente não pode fazer política menor e não pode pensar pequeno. Nós temos que dar uma certa dimensão de grandeza às coisas que nós queremos na vida, para que elas possam acontecer, porque se nós acordarmos todo santo dia pela manhã achando que está tudo ruim, que ninguém presta, que está tudo acabado, primeiro, vamos acordar com azia; segundo, não passamos otimismo para ninguém; terceiro, Deus não ajuda os pessimistas.



Se nós temos este país maravilhoso, este povo extraordinário, nós temos que acreditar que é possível fazer as mudanças necessárias sem a demagogia que às vezes se utiliza na política nacional. É preciso dar passos consistentes, na certeza de não se voltar atrás, na certeza de que se vai conseguir ir caminhando, mesmo que devagar, mas com passos firmes, para que possamos encontrar o nosso destino.

As reformas que eu estou propondo fazer poderiam ter sido feitas há vinte ou quinze anos, e por que não foram feitas? Nós tivemos Presidentes da República que chegaram a ter 450 deputados no Congresso Nacional. O problema não é de maioria ou minoria e, sim, o compromisso histórico com este país, é fazer as reformas que precisam ser feitas.

Se a política se consubstanciasse na matemática, nós não teríamos problemas. Não é uma questão aritmética, é uma questão de decisão: se você quer pensar na próxima eleição ou quer pensar na próxima geração. Essa não é uma decisão para qualquer um, é uma decisão para políticos que estejam desprendidos do seu futuro particular e que estejam comprometidos com o futuro da Nação.

Por que eu, que tenho quatro anos de mandato, teria que me preocupar em colocar as reformas para serem feitas agora, se o presidente Fernando Henrique Cardoso teve oito anos e não fez? Se outros ficaram vinte, trinta anos antes de mim e não as fizeram? Por que eu teria que fazer?

Eu pretendo fazer essas reformas porque acho que, ao contrário do que alguns dizem, é a única possibilidade de daqui a cinco, seis ou sete anos, termos dinheiro para pagar os aposentados, porque se não as fizermos agora, daqui a cinco ou seis anos, grande parte dos governadores deste país e de prefeitos de cidades importantes não terá dinheiro para pagar as aposentadorias.

Então, é saber se nós queremos fazê-las ou não! Eu estou cumprindo com a palavra que disse durante a campanha. Aliás, fiz questão de dizer, na entrega das propostas de reformas ao Congresso Nacional, que aquelas propostas eram do Presidente da República e dos 27 governadores de estado que, juntos comigo,



assinaram todos os documentos.

Elas não são propostas só do Presidente, até porque, a esta altura, o governo federal está em melhor situação de pagar os aposentados do que muitos estados brasileiros que não têm como sobreviver. Nós temos estados arrecadando 350 milhões ao ano e pagando 4 bilhões e meio ao ano. A Petrobrás, por mais competente que seja para fazer a prospecção em grandes profundidades, sabe que um dia o petróleo daquele local acaba. E nós sabemos que o dinheiro público está escasso. Então, é termos coragem de dizer isso ou não. Porque acabou o tempo em que o administrador público, de forma irresponsável, fazia dívida para a quinta geração, para o seu sucessor pagar. Acabou. Eu não posso contrair dívidas que impeçam o sucessor de administrar. As reformas precisam ser feitas também por causa disso. Eu sempre mostro para as pessoas uma comparação entre a reforma e a minha vida pessoal. Eu sempre fui um trabalhador razoavelmente remunerado, e ganhava um bom salário na Villares. Quando eu era solteiro, ganhava um salário, ia a bailes, comia bem em restaurantes. Depois fiquei viúvo. Então, o dinheiro dava para eu levar uma vida boa. Eu me casei. Se fosse pegar a média, o meu salário só estaria valendo, agora, 50%. Depois veio um filho, vieram dois filhos, três filhos, quatro filhos, cinco filhos, e eu com o mesmo salário. Então, eu tive que tomar uma decisão. A cada filho que nascia, eu ia cortando uma coisa, eu ia diminuindo o meu status. Já não ia mais a bailes, nem a restaurantes, ficava em casa no final de semana, não ia mais passear no final de semana, não ia mais a clubes. Eu fui aumentando a minha família e fui diminuindo as minhas despesas, que foi a forma que eu encontrei para sustentar minha família.

Qual é a diferença disso para a política que você faz nas prefeituras, para a política que fazem os governadores ou para a política que faz o Presidente da República? Eu tenho que adequar todos os meus gastos a duas coisas: à minha receita e à minha capacidade de endividamento. Fora disso, eu não estarei sendo governante, eu estarei sendo um irresponsável, contribuindo para afundar o país, o estado, o município. Por isso que as reformas são importantes. E o papel do Poder



Executivo foi o de entregar as propostas. Obviamente, os deputados, na sua autonomia de poder, vão realizar a discussão da forma mais democrática possível.

A única coisa que eu espero, e fiz questão de dizer no Congresso Nacional, é que as reformas não podem ser feitas sem significar mudanças, porque, aí, para quê reforma? Precisamos mudar para que a gente possa ter a certeza de que o meu neto, de que o neto de vocês, daqui a 35 ou 40 anos, vai ter dinheiro para se aposentar, se ele for funcionário público. Senão, meu caro, as coisas não funcionam. E nós temos que perceber que tudo exige sacrifício de alguém ou de uma parte das pessoas, mas é preciso que haja mudanças. Todo mundo tem o direito de ser contra, a favor ou “muito pelo contrário”. O que for a favor, tem que ter argumento para dizer por que é a favor. O que for contra, por favor, apresente de onde vai tirar o dinheiro para pagar, porque se alguém puder me dizer que há uma fórmula mágica que está guardada no bolso de alguém ou na gaveta do Presidente de algum partido ou na de algum deputado, pelo amor de Deus, diga, porque aí nós acabaremos com todos os conflitos e votaremos imediatamente.

A única coisa que eu quero dizer para vocês, é que nós vamos fazer essas reformas. E vamos debater em qualquer lugar. Não haverá fórum neste país em que o meu Governo se negará a debater: com empresários, com trabalhadores, com partidos políticos, com todo mundo, com quem gosta de nós e com quem não gosta. Nós vamos debater onde quer que seja, em qualquer fórum, em qualquer lugar. Vocês vão aprender que, neste Governo, nem os ministros e nem o Presidente da República têm medo de enfrentar qualquer debate ou têm medo de ser vaiados.

Eu acho que o Brasil está precisando dessa lição, é preciso fazer política de forma diferente, e aí eu queria só dizer ao meu governador João Alves que sou agradecido a São Paulo por tudo que essa cidade me deu e, possivelmente, igual a mim, ao que deu aos 6 milhões de nordestinos que lá vivem também. Agora, é verdade que a política tributária neste país foi injusta, mas a gente não pode criticar São Paulo, Minas ou Rio, sem lembrar que, muitas vezes, a elite do Nordeste ganhou tanto dinheiro quanto a elite de São Paulo, e não fez política social como



deveria fazer.

É importante lembrar que o Nordeste, durante muito tempo, foi muito rico, e que também a riqueza do Nordeste não ficou aqui. É só andar por esse Brasil afora que nós nos cansaremos de passar por usinas falidas, de pessoas que devem ao Banco do Brasil e não têm nem patrimônio para pagar mais. E não sabemos para onde foi o dinheiro. Obviamente em São Paulo também tem isso, como tem no Rio, em Minas, ou em qualquer estado.

Esse é um problema que nós temos que resolver, e é por isso que eu assumi um compromisso na reunião com os governadores de estado. Nós vamos fazer uma coisa que já deveria ter sido feita há muito tempo neste país: é a questão do desenvolvimento regional.

Começaremos, sexta-feira próxima, o primeiro debate lá no estado do Acre, com os governadores da região Norte do país. Depois, vamos fazer com a região Nordeste, com o Sul, o Sudeste e, além disso, cada ministro vai viajar por todos os estados; cada ministro vai pegar um ou dois estados, e nós vamos fazer debates sobre o desenvolvimento regional em todos os estados brasileiros, para que a gente possa ter consciência de que o problema do desenvolvimento do estado não se dará pela guerra fiscal, porque não é um terreninho que justifica uma empresa sair do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, para ir para outro estado.

A empresa tem que analisar se há mercado, se há mão-de-obra qualificada, se há infra-estrutura, e isso motiva uma empresa a transitar pelo Brasil, e quem deve ser o indutor disso é, exatamente, o governante.

Nós é que temos que ser um indutor dos investimentos para consagrar o desenvolvimento regional. Durante dez anos se disse neste país que não se precisava de política industrial, de desenvolvimento regional. Quando se pega um processo de corrupção da Sudene, ao invés de prender o corrupto, pune-se a instituição, e todo mundo sabe a importância que a Sudene tem para o Nordeste brasileiro. Nós vamos fazer as coisas que têm que ser feitas porque acreditamos que o tempo urge.



E, antes de ler o discurso que eu trouxe por escrito, aqui, eu queria dizer mais uma coisa, gente. Outro dia, no Senado – vocês sabem que há pessoas que ficam com síndrome, ouvem falar uma coisa a vida inteira e, depois, mesmo que eles escutem outra coisa, elas acham que escutaram aquilo que ouviram antes – quem estava no Congresso Nacional ... o governador estava, os ministros aqui estavam, o prefeito Marcelo Deda estava, vários deputados estavam ... eu falei que vou fazer a transposição e alguns entenderam que eu tinha dito que ia fazer transposição das águas do Rio São Francisco. Eu nem utilizei o nome do rio São Francisco, porque como eu conheço bem o Brasil, – e conheço razoavelmente bem a geografia deste país, eu sei que tem água em outros lugares – não é apenas no “Velho Chico” que tem água neste país. E o “Velho Chico”, se a gente não tomar cuidado, morrerá. A gente nem faz transposição e nem faz nada com ele. O “Velho Chico” precisa ser tratado com muito carinho, porque é preciso, como dizia o Ciro, revitalizá-lo, recuperar a sua cabeceira, recuperar as suas matas ciliares, recuperar algum afluente. E também ele não pode tudo.

O “Velho Chico” não pode salvar o Nordeste de tudo. O “Velho Chico” pode um pouco. E já está fazendo demais. E é preciso saber que, se ele está fazendo, está sendo feito de forma irresponsável, porque as pessoas pensam que a água nunca vai acabar. Então, nós vamos cuidar disso com carinho nós vamos fazer, podem ficar certos, meus companheiros nordestinos. Há quase 160 anos, a elite brasileira sabia de cor e salteado o projeto de Dom Pedro para fazer a transposição, que não foi feita. E ela não fez, não porque não tinha dinheiro, não fez porque a indústria da seca era mais rentável do que fazer a transposição das águas do rio São Francisco. E isso vai acabar. Quem é nordestino aqui sabe que isso tem que acabar.

O Nordeste pode não se desenvolver por outra coisa, mas nós temos que garantir, no mínimo, a essência para uma parcela da população, que é a água. E ao levar a água, temos que saber nas terras de quem que ela vai passar, para que ela vai ser utilizada. E se vamos, antes, fazer ou não a reforma agrária no Nordeste.



Então, tem muita coisa. E eu vou fazer porque acredito nisso.

Da mesma forma que outro dia eu falei para o Ciro: “pode ficar certo, a tão sonhada Transnordestina vai sair, e vai sair no meu Governo”. Porque eu acho que todo o Brasil merece tratamento, merece incentivo, mas a verdade é que o Nordeste não pode continuar sendo o eterno primo pobre desta Nação. Não pode. Nós vamos dar a chance que o Nordeste merece, há muitos séculos. E eu espero que nós saibamos aproveitá-la com muita correção.

Antes de eu falar o meu discurso, eu queria dizer a vocês que o meu carinho por este estado é tão grande que eu já tinha indicado o meu companheiro José Eduardo Dutra para presidente da Petrobrás. E eu quero, agora, em primeira mão, anunciar que este estado vai ter um ministro do Supremo Tribunal Federal, o advogado Carlos Ayres Britto. Bom, como ainda não foi empossado como autoridade, ele não poderá ficar à Mesa. Só vem aqui para eu lhe dar um abraço.

Meus amigos e minhas amigas, eu não vou ler mais o meu pronunciamento. Eu só queria lembrar a vocês o respeito que eu tenho pelas cidades brasileiras e pela priorização que nós temos que ter para com elas. É por uma máxima que todos nós acreditamos e constatamos que é na cidade que vive o povo; é na cidade que ele procura emprego; que ele procura saúde; é na cidade que ele fica desempregado e sofre. É na cidade que está a maioria das coisas que envolve o cotidiano do povo. Além disso, é muito mais fácil conversar com o prefeito do que com o governador. É muito mais fácil conversar com o secretário municipal do que com o secretário estadual. E é muito mais fácil encontrar com um vereador do que com um deputado.

É a cidade que merece receber grande parte da atenção das políticas públicas do governo federal. E eu já disse isso num discurso lá em Brasília, e vou apenas repetir aqui. Nós temos a chance de criar a mais verdadeira relação entre os entes federativos deste país. Nós temos a oportunidade de provar, na prática, que nunca houve tanta harmonia entre os prefeitos, os governadores, o Presidente da República e os ministros, como pode haver agora. E isso vai depender de uma ação



política nossa.

Uma das coisas que me levou a criar o Ministério das Cidades, além do compromisso de campanha, era a tristeza quando eu via, enquanto deputado federal, a quantidade de prefeitos que transitavam naquelas ruas de Brasília, naqueles Ministérios, semanas e semanas, sem ter acesso a um ministro, muito menos a um Presidente da República. E muito menos ao ministro da Fazenda. Então, nós criamos o Ministério das Cidades para ter uma espécie de extensão das cidades brasileiras lá em Brasília. E toda vez que eu conversar com o ministro Olívio Dutra quero conversar tendo a noção de que eu estou conversando com os prefeitos deste país.

Agora, nós temos que resolver algumas coisas ainda. O companheiro Olívio Dutra falou aqui da liberação dos recursos da Caixa Econômica, 5 bilhões e 300 milhões para habitação. A novidade é que muito desse dinheiro será direcionado para a parte mais pobre da população. E mais 1 bilhão e 400 milhões para saneamento. Mas isso vai ter que mudar, porque o que acontece é que se a gente não mudar determinadas normas vigentes, hoje, nós anunciamos o dinheiro e, quando chegar o final do ano, esse dinheiro não saiu. E nós vamos começar a discutir as mudanças, porque não podemos anunciar dinheiro e não liberar. É melhor não anunciar. Nós temos que ver onde estão as dificuldades para fazer as mudanças necessárias.

Uma outra coisa e a última que eu queria dizer para vocês é sobre a questão da segurança pública. Nós estamos convencidos de que os conselhos que estão sendo criados, dos quais vocês já estão participando, são peças importantes para essa relação. Mas nós estamos querendo envolver os nossos prefeitos numa política de segurança pública mais eficaz, nós estamos levando isso em conta na questão da política tributária. Nós queremos que todos possam participar junto conosco dessa questão da segurança pública, que é muito delicada. Há parcerias que podem ser feitas com o Ministério da Justiça para que possamos ajudar as prefeituras que já têm as guardas municipais.



Precisamos preparar melhor as guardas municipais, com equipamentos, com carros em condições de funcionar, para que a gente possa repartir o ônus e o bônus de tudo o que acontece no Brasil. Acabou aquela história de um governador ou um prefeito ficar na sua cidade, falando e jogando a culpa para o outro, por que é assim: o prefeito joga a culpa no governador, que joga a culpa no Presidente, que joga a culpa no FMI. Aí, o FMI joga a culpa na nossa incompetência e começa o círculo vicioso.

Primeiro, eu conheço as dificuldades de cada lado, mas eu estou convencido de que, se a gente parar de procurar culpados por nossos problemas e começar a procurar as soluções, vai ser mais fácil. Eu estou convencido de que, ao invés de a gente ficar querendo trabalhar imaginando o montante ideal de dinheiro que nunca vai ter, é melhor a gente começar a trabalhar como e de que forma gastar o que a gente tem.

Todo mundo gostaria de presidir um país com uma população igual a do Uruguai e com o PIB americano. Mas não é possível. Nós temos que administrar os nossos estados e as nossas cidades com o dinheiro que nós temos. Eu estou convencido – e estão aqui três ministros – de que nós temos que gastar o que nós temos, e é com isso que nós vamos ter que trabalhar.

E eu vou terminar dizendo a vocês, meus companheiros, prefeitos e prefeitas deste país, que estejam certos de uma coisa: nunca na história do Brasil houve a parceria que vai haver neste Governo com vocês.

Aqui, há prefeito já de mais de um mandato, há prefeito de dois, de três, de quatro não há ainda não, mas de qualquer forma eu duvido que, em algum momento da história, vocês viveram uma relação como essa que nós queremos estabelecer. O Brasil não é meu, não é de vocês individualmente, não é do governador João Alves, não é dos ministros. O Brasil é nosso. Todos nós, no lugar em que estivermos, temos que pensar sempre que cada gesto nosso, cada ação nossa, tem que causar o bem para alguém.

Nós temos consciência de que o nosso povo sofreu demais, que passa muita



privação, passa muita necessidade, e que tem muita paciência.

Portanto, eu acho que nós temos que tratar nosso povo com o carinho com que tratamos o filho da gente. Temos que tratá-lo da melhor forma que possamos tratar um ser humano, cada homem, cada mulher, cada criança, cada desempregado, cada empregado; e isso a gente trata na elaboração das nossas políticas públicas. É o que pode fazer um prefeito, é o que pode fazer um governador, é o que pode fazer o governo federal. Eu só quero dizer aos meus amigos prefeitos e às minhas amigas prefeitas: podem ter certeza de que vocês terão no Presidente da República e nos ministros que compõem o meu Governo, aliados para que a gente possa, cada vez mais, fortalecer os municípios deste país.

Aliás, como se tinha feito na Constituição de 88: é preciso ter os municípios mais fortes, para a União não precisar ter tanta força, e os prefeitos não terem que ficar mendigando dinheiro. Isso nós podemos tentar fazer, e já começar a andar com a política tributária, porque eu acho que os prefeitos deveriam ir a Brasília todo santo mês, para dar boas notícias ao Presidente da República e não para pedir dinheiro a ele, que, muitas vezes, está precisando mais do que os prefeitos.

Boa sorte e muito obrigado a todos vocês.

/rss/cms



**Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
inauguração do Hospital da Criança**

**Rio Branco - AC, 09 de maio de 2003**

Meus queridos companheiros e companheiras do estado do Acre,

Eu quero cumprimentar o companheiro governador Jorge Viana, a querida senadora, hoje ministra Marina da Silva; o nosso companheiro senador Tião Viana e a vocês todos do Acre, sobretudo o companheiro Cassiano, secretário da Saúde. Não houve na história do Acre nenhum momento em que um Presidente da República viesse aqui trazendo oito ministros e, ainda, fazendo uma reunião com todos os governadores da região Norte do Brasil.

E nós fizemos isso porque aprendemos tanto com vocês aqui, no Acre, quanto com o povo de outros estados. Viajando pelo Brasil, sei que a solução dos problemas de cada estado está na sabedoria de aproveitar a capacidade intelectual, cultural, profissional, e a criatividade de cada ser humano, na região onde ele mora. E em saber depositar confiança e fé na potencialidade de cada estado.

‘Vocês são testemunhas vivas do que era o estado do Acre antes do companheiro Jorge Viana e o que é o estado do Acre agora.

Companheiros ministros Olívio Dutra e Humberto Costa, vocês estão vendo aqui esta obra maravilhosa. É o Canal da Maternidade. Esta obra estava orçada em mais de 100 milhões de dólares. Chegaram a assassinar um governador do Acre, lá em São Paulo, por causa desta obra. Custava mais de 100 milhões de dólares, e foi concluída por apenas vinte e poucos milhões de reais. É uma obra gigantesca.

Você, meu caro Humberto, ministro da Saúde, e o companheiro Tião, que passa 24 horas por dia brigando para melhorar a saúde no Brasil, visitaram um hospital para crianças construído com o dinheiro do estado do Acre. A



impressão que a gente tem, na hora em que entra neste hospital, é que está entrando numa área de lazer e diversão e não num hospital.

Eu tenho certeza, meu companheiro Humberto, de que muitos hospitais como este serão construídos para que um dia, neste país, o povo seja tratado com a decência e com o respeito que merece todo homem, mulher e criança.

O mais importante é a gente poder provar que a obra pública não tem que ser de má qualidade, porque, habitualmente, a gente aprende que a obra pública é mal feita, não funciona, é suja, enquanto a obra privada é limpa. Este Hospital é a demonstração de que, quando o governante é sério e responsável, a obra pode ser feita com a maior decência e ser comparativamente melhor do que qualquer obra privada.

Quero terminar dizendo ao meu companheiro Jorge Viana e ao meu companheiro Cassiano que é importante apresentar os meus ministros para vocês. A Marina vocês já conhecem. O companheiro José Fritsch foi prefeito de Chapecó, é de Santa Catarina e é o secretário especial de Aquicultura e Pesca; nós criamos a secretaria para melhorar o setor. O Olívio Dutra, vocês sabem, foi governador do Rio Grande do Sul e, hoje, é ministro das Cidades.

O companheiro Luiz Dulci tem uma história importante aqui. Ele estava comigo e com o Jorge Viana quando saiu a notícia de que tinham cassado a candidatura do Jorge Viana. Então, eu falei para o companheiro Luiz Dulci: “Lamentavelmente, você não vai para casa. Você vai voltar com o Jorge Viana, porque nós não aceitamos que se casse a possibilidade desse homem concorrer às eleições de 2002”. O Dulci é o companheiro secretário-geral da Presidência da República e me ajuda 24 horas por dia.

Hoje, eu fui visitar os companheiros e as companheiras da Colônia Souza Araújo. Era uma dívida de gratidão que eu tinha, porque sempre entendi que o governante tem que conhecer o tipo de vida que leva o seu povo. E duvido que um Presidente da República ou um governador de estado que visite aquela colônia, aquela pequena comunidade, não saia de lá sensibilizado. O



meu companheiro Humberto Costa me disse, em Brasília, quinta-feira: “Presidente Lula, nós vamos ao Acre, vamos visitar a colônia de hansenianos e dizer que, em três anos e meio, vamos erradicar a hanseníase no nosso país, porque não é possível que, tendo cura desde 1945, a gente ainda permita que as pessoas sejam vítimas dessa doença”.

Amanhã, nós vamos a Xapuri. Depois, volto para São Paulo e não vou ver mais vocês. Mas quero dizer que eu tenho um carinho muito grande pelo estado do Acre, além do carinho que tenho pelo Jorge, pelos nossos deputados, pela Marina e pelo Tião.

Jorge, meus parabéns por este Hospital. Tenho certeza de que, até o final do seu mandato, o Acre vai estar muito mais bonito. A gente percebe que, ao invés de dessas pessoas estarem tristes porque moram longe do Sul do país, morar no Acre é sinônimo de alegria, de prazer e de orgulho.

Meus parabéns a vocês e muito obrigado.

/vpm/lrj



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento de programas de parceria entre os governos Federal e do Acre Casa de Chico Mendes, Xapuri – AC, 10 de maio de 2003**

Meu querido companheiro Jorge Viana, governador do estado do Acre, em cujo nome quero cumprimentar todos os companheiros que estão na tribuna, para que a gente não tenha que falar todos os nomes outra vez.

Em especial, eu quero cumprimentar três mulheres: a Hiamar, a companheira filha do Wilson Pinheiro, hoje vereadora e até presidente da Câmara; a nossa companheira Isamar, companheira do Chico Mendes; e a companheira Marina Silva, que simboliza um pouco o orgulho da mulher brasileira.

Aqui, temos o governador de Roraima. Aqui, temos senadores, a senadora de Rondônia. Aqui, temos o nosso querido Tião Viana, que fica sempre tão escondidinho nos cantos. Nós temos o Capiberibe, grande parceiro do estado do Acre, ex-governador do Amapá, hoje senador da República. Temos muitos ministros.

Mas o que é importante é encontrar velhos companheiros. Velhos, não, porque somos jovens. Meu querido Padre Luiz, meu companheiro Osmarino, companheiro Zuza, Raimundão, meu companheiro Júlio Barbosa.

A chegada do Júlio a prefeito de Xapuri é uma coisa que faz a gente acreditar que tudo que a gente quer é possível. Depois da chegada de Jorge ao governo, depois da minha chegada à Presidência da República, é a oportunidade que temos de tentar transformar os anos de sonhos que nós tivemos em realidade. E não é fácil. Não é uma tarefa fácil. Mas a convicção com que os representantes do movimento social, dos índios, dos seringueiros, dos sindicatos me receberam, hoje, na Igreja em que velamos o corpo do Chico Mendes, é a certeza de que estamos no caminho certo.

A única coisa de que tenho muita clareza é dos compromissos assumidos ao longo da história. Vocês podem ter certeza de que não esqueci um único



compromisso histórico que estamos assumindo. E, ao mesmo tempo, tenho consciência de que é possível cumpri-los.

Eu nunca admiti a história da impossibilidade de você fazer alguma coisa. O homem não nasceu para ceder às dificuldades. O homem nasceu para superar todas as dificuldades. O homem não nasceu para se contentar com a realidade. O homem nasceu para transformar a realidade.

E o que queremos fazer no Brasil é a transformação. É tornar o dia de cada criança, de cada mulher e de cada homem mais prazeroso. É tornar a vida um jeito mais gostoso de a gente viver. E eu, que venho aqui desde 1979, que já vim aqui muitas vezes, em campanha eleitoral, volto aqui hoje, e, orgulhosamente, sou obrigado a dizer para todos vocês: se o povo do Acre tivesse amadurecido antes, o Jorge Viana teria sido governador deste estado antes e as coisas estariam bem melhores do que estão.

E por quê? Porque eu, talvez, como venho de vez em quando aqui, vejo, a cada viagem minha, uma transformação. Vejo uma rua mais bonita, vejo uma escola mais bonita, vejo as mulheres e os homens mais bonitos, porque, na medida que vai melhorando a qualidade de vida da gente, na medida que a gente vai tendo acesso à comida, à saúde, ao dentista, a gente vai percebendo que não há ninguém 100% feio e ninguém 100% bonito. Ou seja, todo mundo pode ser melhorado, como melhoraram o nosso governador, o Presidente da República e tantos outros.

Mas nós estamos vivendo um momento excepcional no Brasil. Acho que há um amadurecimento na sociedade. Há, hoje, uma compreensão de que nós, dentro da sociedade, temos mais pontos em comum do que divergências, o que é preciso é ter competência para sentar e colocar no mesmo saco as convergências e deixar de lado as divergências.

Em alguns momentos, quando a gente vê a Pirelli vir aqui fazer um acordo com o Ministério da Educação e com o Governo do Estado, eu fico imaginando, ministro Cristovam, quantas empresas estariam dispostas a fazer esse tipo de convênio, para que a gente pudesse erradicar o analfabetismo no Brasil.



A minha cabeça hoje funciona, dizendo a mim mesmo: não há espaço para reclamar, não há espaço para ficar chorando aquilo que não foi feito, não há espaço para ficar chorando as dificuldades. Se a gente não pode fazer os dez, que seria o ideal, mas pode fazer um, vamos fazer esse um. Vamos acreditar que, no dia seguinte, nós iremos fazer dois, depois, três, quatro, até resolver os problemas.

Meu caro Giorgio Della Seta, muito obrigado e parabéns por essa atitude da empresa. Essa fábrica de preservativos pode ser uma obra importante não apenas para Xapuri, mas pode ser uma obra de referência mundial, não só pela história de Xapuri, e pela ligação com os seringueiros deste estado. Muitos outros produtos poderão sair de uma fábrica que já deveria estar pronta, mas que ainda não ficou. E nós vamos tratar, Jorge, de dar a nossa contribuição para essa fábrica sair. Quem sabe, um dia, Xapuri vai progredir tanto que a Pirelli vai trazer uma fábrica de pneus para cá e a cidade vai vender pneus para o Brasil inteiro.

Eu estou feliz por saber que as pessoas que sofreram há 22 anos estão felizes. A Hiamar era uma menina. Hoje, está uma mulher feita, bonita, corajosa, assumiu a responsabilidade de entrar na política. E tenho certeza de que o seu pai deve estar muito feliz. Então, não fique pensando apenas no passado. Lembre do passado porque é bom recordar, mas vamos à luta, Hiamar. Há muita coisa para a gente fazer neste país.

O companheiro Osmarino, companheiro dos mais brilhantes que eu conheci no estado do Acre, fez uma opção. Poderia ter feito a opção de ser um grande dirigente sindical nacional, mas fez a opção de ficar na floresta. E eu quero lhe dar os parabéns, porque você voltou para a floresta, mas continua sendo motivo de exemplo para todos nós que queremos mudar a história deste país. Vá em frente, Osmarino, que há muita coisa para a gente fazer juntos.

Ao companheiro Raimundão, eu só queria pedir que quando abraçar a gente e bater nas costas, pelo amor de Deus, vá mais devagar. Você tem muita força. Não é possível! Eu acho que a minha bursite foi consequência dos abraços que ele me deu em 79 ou em 80. Vou colocar uma luva na mão dele.



Eu quero cumprimentar todos os companheiros do movimento social, os nossos deputados que vieram de fora, os nossos ministros, os nossos prefeitos, e dizer a você, meu companheiro Júlio Barbosa, que, se havia uma certa preocupação se ia ou não administrar bem Xapuri, hoje, com seus seis ou sete anos de mandato, o povo já tem a certeza de que Xapuri pode ser medida antes e depois do companheiro Júlio Barbosa. Meus parabéns!

E, agora, eu quero terminar cumprimentando as mulheres. Afinal de contas, amanhã é o Dia das Mães e eu acho que as mulheres não são apenas maioria numérica na sociedade, mas estão se transformando, cada vez mais, numa maioria de consciência, querendo ocupar o lugar que têm, querendo ser parceiras de seus companheiros e não subalternas. Não basta a mulher avançar, é preciso que nós, homens, também avancemos e, ao invés de ficarmos brigando porque as mulheres querem conquistar mais espaço, devemos contribuir e ceder os espaços que elas deveriam ter ocupado há muito tempo. Feliz Dia das Mães a todas as mulheres do nosso querido estado do Acre, da nossa querida Xapuri.

E quero dizer a vocês: podem ficar certos de que não é a última vez que venho a Xapuri e ao Acre. Virei muitas outras vezes. E tenho certeza de que não virei mais para chorar o corpo do companheiro morto. Nós viremos agora, meu companheiro Jorge, para anunciar boas notícias, para anunciar desenvolvimento, para anunciar investimento, para anunciar parceria, porque acho que a Amazônia tem um potencial excepcional, mas, lamentavelmente, a cabeça dos dirigentes deste país só pensa de Brasília para o Sul e Sudeste, e o Norte é uma parte esquecida do país. Nós precisamos ter em conta que o Norte faz parte do território nacional e tem que ser cuidado com carinho.

Jorge, vou levar aquela frase sua avante. Quando alguém perguntar: “Você quer administrar o Brasil?” Não. Eu quero cuidar do Brasil. Eu quero cuidar do povo brasileiro. Quero cuidar deste país. Quero cuidar de cada criança como se eu estivesse cuidando do meu próprio filho.

Acho que um Presidente da República deve marcar sua passagem pelo



Governo pela quantidade de obras e pelo respeito com que tratou o povo. E tenho fé em Deus de que saberei fazer isso.

Gente, muito obrigado. Que Deus abençoe a cada um de vocês. Meu companheiro Jorge, que Deus lhe permita continuar com essa luz extraordinária. Companheira Marina Silva, companheira Isamar e companheiro Júlio, podem estar certos de que, onde eu estiver, vocês terão sempre da minha parte um companheiro, um irmão. Eu digo sempre que nem todo irmão é um companheiro, mas todo companheiro é um grande irmão. E vocês são meus companheiros.

Muito obrigado, gente. Até outro dia.

Eu queria, quebrando o cerimonial... Estou vendo, ali, um monte de companheiros em cima daquele pé de jambo. Eu sei que o pé de jambo pertence a alguém. Mas, se alguém pudesse pegar uns dois jambinhos e me trazer aqui, eu ficarei agradecido. Mas tem que ser agora. E cuidado para não se machucarem na árvore.

/lrj/vpm



**Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Uruguai, Jorge Batlle Ibañez**

**Palácio do Itamaraty, 12 de maio de 2003**

Excelentíssimo senhor Jorge Batlle, presidente da República do Uruguai,  
Senhores ministros, representantes da delegação uruguaia,  
Meus ministros,  
E meus amigos da imprensa,

Deu-nos muito prazer receber hoje, para uma visita de trabalho, o presidente Jorge Batlle. Tivemos uma longa e proveitosa conversa e avançamos muito em relação à nossa primeira troca de idéias, em dezembro de 2002, quando, na condição de Presidente eleito, tive a oportunidade de recebê-lo aqui. Estamos nos entendendo bem e, como não há contenciosos na nossa agenda bilateral, esse bom entendimento só pode resultar em um Brasil e Uruguai mais próximos, mais unidos e melhor integrados.

O presidente Batlle já morou e trabalhou entre nós, no Rio Grande do Sul. Fala português. Ele nos conhece muito bem, tão bem que não preciso sequer ficar mencionando o tema da amizade entre nossos dois países. Ele sabe, por vivência própria, que a amizade brasileiro-uruguaia não é uma figura de retórica, mas uma experiência cotidiana de dezenas de milhares de homens e mulheres nos dois lados de nossas fronteiras.

Conversamos sobre muitas coisas. Focalizamos, em particular, a América do Sul, onde temos que comemorar o bom andamento dos processos eleitorais, argentino e paraguaio, e uma certa melhora nas condições da economia. Focalizamos, depois, o Mercosul e, finalmente, nosso relacionamento bilateral.

Transmiti ao presidente Batlle minha percepção sobre o quadro internacional



de hoje. São muitas as interrogações na esfera política, depois da ação militar contra o Iraque, sem o aval do Conselho de Segurança da ONU. Por outro lado, nada indica que haverá rápido movimento de recuperação da economia internacional.

No comércio, também, as coisas pouco avançam: os países desenvolvidos continuam a prometer muito e a oferecer pouco. Seus mercados continuam fechados a grande parte de nossos produtos, em particular onde temos vantagens comparativas.

Para países como o Brasil e o Uruguai, essas distorções são particularmente intoleráveis no comércio agrícola. Somos dois países extremamente eficientes e competitivos nessa área e, juntos, deixamos de ganhar bilhões de dólares anualmente em exportações nesse setor.

O presidente Batlle e eu sabemos que a solução para o atoleiro em que se converteu o comércio agrícola mundial passa pela Organização Mundial do Comércio, sobretudo, no que se refere à eliminação dos subsídios. Precisamos desbloquear os impasses na rodada de Doha. Vamos lembrar a nossos parceiros que, sem concessões substanciais na área agrícola, temos pouco interesse em discutir os demais itens da rodada. Mas a questão dos subsídios e de outras barreiras não-tarifárias têm que ser enfrentadas também nas negociações da Alca.

Temos de exercer pressão. Conversei com o presidente Batlle sobre a conveniência de o Mercosul, unido, voltar a lutar pela liberalização do comércio agrícola internacional. O melhor momento para provocar essa questão será em Evian, na França, em junho, na próxima reunião do G-7, que são os países que mais dificuldades colocam na OMC. Eu estarei lá, como convidado. O recado que vou levar é que a melhor ajuda que deles podemos receber, para acabar com a fome e a miséria em nossos países, não é esmola ou tapinhas nas costas, mas o fim das barreiras à entrada de nossos produtos.

Concordamos em trabalhar juntos, também, na Alca, para que o processo negociador se dê de forma eqüitativa e equilibrada, levando em conta os diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social dos países do Hemisfério.



É essencial pensar na construção de uma arquitetura política do Mercosul e na expansão e fortalecimento das instituições hoje sediadas em Montevideu. Esse caminho repercutirá tanto em cada um de nossos países, quanto no relacionamento da América do Sul com o resto do mundo.

O presidente Batlle e eu vamos continuar trabalhando para aumentar o comércio intrazonal, para consolidar a União Aduaneira e transformá-la num verdadeiro Mercado Comum. Só assim teremos êxito na negociação com outros países e blocos.

O Brasil é sensível às dificuldades econômicas pelas quais atravessa o Uruguai e está disposto a ajudar. Vamos conceder o apoio financeiro do BNDES e de bancos regionais para estimular as exportações uruguaias, realizando investimentos e criando novas oportunidades para a retomada do crescimento e do emprego. O importante é ajudar o país a melhor se integrar nas cadeias produtivas do Mercosul.

Apoiamos os trabalhos realizados no âmbito da iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (LIRSA), para a integração física e para o incremento dos intercâmbios comerciais.

Registramos, ainda, a retomada dos entendimentos relativos à integração elétrica entre nossos dois países na fronteira Rivera/Santana do Livramento. Decidimos retomar os estudos para a construção da represa de Talavera e a extensão do gasoduto "Cruz del Sul" até o estado do Rio Grande do Sul.

O Uruguai, por suas tradições e independência, é um sócio essencial do Mercosul. O Uruguai é um parceiro político que interessa ao Brasil ver economicamente estável. As demandas uruguaias não podem ser olhadas puramente sob o prisma da vantagem econômica de curto prazo.

Há muitas oportunidades comerciais por explorar. Os dois governos estão dispostos a fazer a sua parte, incentivando a utilização do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos como mecanismo para facilitar as operações comerciais.

Vamos incentivar a criação de "joint ventures" entre nossas empresas,



inclusive com o apoio de linhas de financiamento de bancos oficiais brasileiros. O empresariado brasileiro continua disposto a investir no Uruguai. Prova disso são os empreendimentos previstos na produção de malte, na indústria frigorífica e na mineração de quartzo e no beneficiamento de silício.

Reafirmamos, finalmente, a necessidade de combater o terrorismo e as ameaças à paz e à segurança internacional, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os instrumentos jurídicos em que são partes o Brasil e o Uruguai.

Quero dizer ao presidente Jorge Batlle que leve do Brasil a certeza absoluta de que, nos quatro anos de mandato que tenho, dedicarei grande parte deles para que a integração na América do Sul, para que o fortalecimento do Mercosul, deixe de ser apenas uma peça de discurso feita por muitos de nós em época de eleição. Quero dar a minha contribuição, a contribuição do Brasil, a contribuição do meu Governo para que a gente possa transformar a integração numa política concreta de investimentos e de ajuda mútua. E tenho certeza de que contarei com o apoio do Uruguai, porque, para nós, brasileiros, os uruguaios não são gente de um país diferente, mas verdadeiros irmãos.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega do Manifesto: “A Paz e o Futuro dos Jovens”**

**Palácio do Planalto, 13 de maio de 2003**

Primeiro, quero dar meus parabéns ao companheiro dom Luciano, com quem mantemos uma relação de amizade e um compromisso de luta, de muitos anos,

Ao nosso embaixador da Itália,

À minha esposa Marisa, que me suporta há 30 anos,

Ao meu companheiro José Alencar, vice-presidente da República,

E ao meu caro Ernesto,

Eu quero dizer aos jovens que vieram da Itália, que estamos apenas começando a fazer as coisas que acreditamos que precisam ser feitas no Brasil.

Há muitos desafios. O primeiro deles é o de tentar criar uma consciência de solidariedade no nosso país. Nenhum ser humano é 100% mau, e nenhum ser humano é 100% bom. O que precisamos fazer são duas coisas: primeiro, aprender a conviver com os defeitos dos outros, sem tentar adequá-los ao nosso modo de vida.

Segundo, extrair de cada ser humano aquilo que ele tem para oferecer de bom. Eu venho de uma solenidade onde um grupo de empresários, coordenados pela nossa amiga Viviane Senna, irmã do Ayrton Senna, assumiu a responsabilidade de cuidar da educação de 500 mil crianças no estado de Pernambuco. Esse é um exemplo de que, se nós procurarmos na sociedade, encontraremos muita coisa boa.

Houve um tempo em que eu era jovem e estava, como vocês, pouco acreditando nas instituições; então, eu resolvi criar um partido político. Não estou pedindo para vocês criarem um partido, porque cada país tem uma realidade. A minha foi essa e vinte anos depois, estamos governando o país.

Eu quero dar dois conselhos para os jovens que estão aqui. O primeiro é nunca dizer que não gosta de política, porque a desgraça de quem não gosta de



política é a de ser governado por quem gosta. E se quem gosta de política são apenas os maus, significa que a maioria boa vai ficar marginalizada.

A segunda coisa é que, quando vocês estiverem naquele momento de descrédito total, de que nada vale a pena, de que nenhum partido político presta, de que nenhum candidato presta, ainda assim, pelo amor de Deus, não desistam. Porque o político perfeito que vocês procuram não está dentro dos outros, e sim dentro de vocês.

Então, exercitem o político que cada ser humano é, na sua plenitude, porque somente assim nós mudaremos o mundo. A omissão não ajuda, apenas tarda a concretização dos nossos sonhos.

Quero agradecer a presença de vocês e do nosso amigo Ernesto, que está nessa cruzada há muitos anos. A luta pela paz não pode ser encarada apenas numa luta contra a guerra. A luta pela paz significa lutar contra a mortalidade infantil, a fome, o analfabetismo, a pobreza em quase dois terços do planeta. Eu acho que o que vocês estão fazendo é um exemplo excepcional que pode ser seguido por outros jovens.

E, por último, Ernesto, quero agradecer a extraordinária cantora que você trouxe aqui. Espero que venha mais vezes. O Palácio do Planalto estará aberto para ouvi-la quantas vezes ela quiser cantar.

Eu estarei no dia 16 de outubro em Roma, a convite da FAO, para discutir a questão da fome. Eu não sei se é a mesma época de Turin, vamos tratar de combinar, que eu irei com imenso prazer. Aliás, está no Brasil e veio me visitar o meu amigo Alberto Tridente, que é um companheiro de Turin.

Meus parabéns pela sua luta. Eu não estou com dó deles porque viajaram ontem à noite e vão voltar hoje. Eles são muito jovens. Em 91, eu peguei um vôo às 10 horas da noite para a Itália, cheguei lá quase às duas horas da tarde, fiz uma palestra às 17 horas e peguei um vôo de volta às 10 horas da noite; vocês são jovens, os seus corpos resistem ao cansaço muito mais do que o meu.

Meus parabéns e que Deus abençoe a cada um de vocês.



[/rss/cms](#)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do programa “Acelera Pernambuco”**

**Palácio do Planalto, 13 de maio de 2003**

Meu caro companheiro e vice-presidente da República, José Alencar,

Meu caro Cristovam Buarque, ministro da Educação,

Meu caro Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional,

Meu caro amigo Jarbas Vasconcelos, governador do estado de Pernambuco,

Nossa querida Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna,

Meu caro Marco Magalhães, representando aqui esse grupo de empresários,

Minha querida companheira Marisa,

Crianças de Garanhuns – poderiam ter trazido uma de Caetés, pelo menos,

Prefeitos,

Parlamentares aqui presentes,

Meus amigos empresários. Amigos, porque alguns eu conheço há muito tempo. E amigos, porque aqueles que eu não conheço terei de conquistar para ser um futuro amigo.

Quis a história que o Brasil fosse governado por dois homens, José Alencar e eu, que estivemos no “balaio” daqueles que tiveram menos oportunidades no país. Nem o José Alencar nem eu temos diploma universitário. Mesmo assim, o José Alencar se transformou num líder empresarial muito bem-sucedido e eu me transformei num modesto dirigente sindical também bem-sucedido.

E também quis Deus que, depois de muitos anos, nós dois nos encontrássemos, e, em apenas um ano, decidíssemos o que iríamos fazer juntos neste país. Eu precisava do José Alencar e ele precisava de mim. A nossa história se juntou como um “caso de amor profundo”, como “Romeu e Julieta”, cada um respeitando a sua individualidade. Eu disse, durante muito tempo, que precisaria



provar que resolver o problema da educação no Brasil é mais que uma revolução. É uma profissão de fé, é uma determinação que não poderá ser feita só pelo Governo.

Enganam-se aqueles que pensam que o Governo pode tudo. No Brasil, se quiséssemos medir a qualidade da escola pública, não precisaríamos fazer nenhuma pesquisa, minha querida Viviane, era só andar pelo país e perguntar quantos prefeitos colocam os seus filhos nas escolas públicas que eles mesmos dizem que são maravilhosas, ou quantos governadores colocam os seus filhos nas escolas públicas que eles dizem que são maravilhosas, ou quantos Presidentes da República tiveram os seus filhos nas escolas públicas que eles dizem que são maravilhosas. Ou seja, é maravilhosa para o filho dos outros, para o meu, eu vou procurar uma mais maravilhosa ainda.

E por que isso aconteceu no Brasil? Aconteceu porque, há muitos e muitos anos determinou-se que a educação de qualidade tinha que ser privilégio de uma parcela da sociedade. E isso, certamente, foi determinado como política de dominação. É por isso que o Brasil foi o último país do nosso continente a ter uma universidade. Era preciso aprender na Corte portuguesa, em Paris ou em Londres. Aos brasileiros, aos Silva, seria dado aquilo que sobrasse na educação.

Eu acho que nós não temos o direito de ficar reclamando aquilo que não foi feito. Quando a gente se casa com uma viúva, a gente não fica querendo saber da vida dela com o ex-marido, a gente vai cuidar da nossa vida. Nós casamos com o Brasil. E eu não estou preocupado com o que fez o governo antes de mim. Eu estou preocupado em decidir o que eu vou fazer daqui para a frente. E estou convencido de que dois assuntos são prioridade, acima de qualquer prioridade. Um deles é o combate à fome, porque, sem comer, uma criança não tem sequer disposição de aprender e, sem aprender, essa criança certamente terá o seu futuro incerto. Aquilo que nós nos recusamos a investir, na educação de hoje, possivelmente amanhã estejamos investindo em prisões, na recuperação de crianças e na redução da violência no nosso país.

Quando se discute educação, não se pode discutir custo. Educação significa



investimento. Se uma empresa investe em pesquisa, muitas vezes ela demora 20 anos para colher o resultado, que nem sempre é satisfatório. Mas é um investimento que todo Governo e todo empresário inteligente fazem, porque, se não fizerem, não têm chance de descobrir alguma coisa nova. Possivelmente, a educação seja o investimento mais barato que uma Nação faça.

Eu me lembro do tempo da “Guerra Fria”, das grandes matérias dos jornais brasileiros informando que os empresários iam para tal lugar, porque em tal lugar havia isenção de imposto; isenção disso e daquilo; financiamento para capital de giro. E eu pensava sempre: vai chegar um dia em que o Brasil vai poder ter os seus governadores oferecendo aos empresários, não terreno mais barato ou infraestrutura acabada, porque isso, quem sabe, tem um custo menor, mas infraestrutura para escoamento da produção, educação, com mão-de-obra altamente qualificada e mercado para os seus produtos.

Esses, sim, são três os componentes que interessam a qualquer empresário, de qualquer parte do mundo, para investir no país, e é para isso que nós precisamos nos preparar.

Eu também não quero chamar de projeto não, Viviane e Marcos, eu quero chamar de causa. Essa causa que vocês abraçaram pode ser um exemplo extraordinário de como o Brasil pode encontrar soluções para os seus problemas. Eu dizia ao companheiro Cristovam Buarque que, muitas vezes, as pesquisas são uma coisa abstrata, porque elas dão um número de pessoas que estão analfabetas ou que estão passando fome, mas muitas vezes, não detectam essas pessoas, até porque nem todo mundo tem coragem de dizer que é analfabeto, como nem todo mundo tem coragem de dizer que não comeu.

Eu dizia para o Cristovam: “que tal a gente envolver o mundo empresarial nessa solução, pesquisando, por exemplo, qual a atividade econômica em que há mais mão-de-obra semiquificada ou não qualificada? Qual a atividade econômica que mais trabalha com analfabetos?” A partir daí, nós poderíamos começar a introduzir, nessa relação capital e trabalho, o compromisso de que nenhum galpão



de obras públicas ou de qualquer empresa da construção civil seria montado se não contasse com um espaço para a formação do seu próprio trabalhador.

Isso poderia ser estendido a vários setores da atividade econômica, em parcerias, o Governo contribuindo com a sua parte, o empresário contribuindo com a sua parte e, quem sabe, daqui a dez anos, a gente deixasse de usar a Coréia como modelo de país que em 10 anos deu um salto de qualidade, e começasse a usar nossos estados e cidades que fizeram as coisas corretas neste país.

A história muitas vezes é ingrata, porque os grandes gestos, às vezes, só são percebidos historicamente alguns anos depois. O que vocês estão fazendo, hoje, é mais do que alfabetizar, é mais do que assumir um compromisso com o nosso querido estado de Pernambuco. Parece coincidência, e eu louvo a coincidência, mas o que vocês estão fazendo, na verdade, é transformar um pouco a história deste país.

Eu fico imaginando se cada um de nós na empresa, no Governo, parasse um dia e começasse a pensar o que foi o século passado, quais as oportunidades que perdemos, quais as que aproveitamos. Nós iríamos perceber que, se tivéssemos cuidado da educação na década de 50 do século passado, hoje o Brasil não estaria invejando nenhum país desenvolvido.

Acontece que se pensou pequeno por muito tempo. E agora chegou a hora de pensar grande. E pensar grande significa determinar objetivos, juntar os parceiros capazes de cumprir esses objetivos e colocá-los em execução.

Quero dar os parabéns e dizer que vocês começaram a escrever uma nova página na história do nosso país. Eu não tenho dúvida nenhuma de que o companheiro Cristovam, ministro da Educação e os governadores de estado, sabem, hoje, que nós temos que começar a procurar a sociedade organizada para poder fazer aquilo que o estado sozinho não tem condições de fazer.

Ter um sistema educacional em que as crianças não precisam de provas para saber se vão passar ou não de ano pode parecer moderno e muito bonito. Mas sem um sistema de aferição a gente não sabe a qualidade de ensino que essas crianças



estão recebendo. E vocês começaram corretamente, porque não adianta falar em boa educação se a gente não tiver, dentro da sala de aula, bons professores. Daí por que é preciso tratar os professores com o carinho que eles precisam, porque é uma profissão efetivamente nobre. Quem tem 50 anos, como eu, ou um pouquinho mais, sabe que a professora era uma espécie de “mãezona”, era uma referência para nós e que, ao longo do tempo, foi se banalizando pelo mau tratamento, pelo mau salário, pelas péssimas condições de trabalho, e as crianças, muitas vezes, vão para a escola muito mais no afã de comer do que de aprender. Então, eu acho que vocês começaram bem.

Primeiro, vamos preparar os educadores, dar a eles motivação e, depois, vamos colocá-los na sala de aula. Porque se o professor não tiver a co-responsabilidade de entender que aquela criança será, no futuro, o resultado daquilo que ele ensinou para ela, aí tudo será pior. Por isso, vocês começaram certo e nós precisamos – e o Cristovam sabe disso, na área da educação – cuidar com muito carinho de um processo de reciclagem dos nossos professores, de novos aprendizados, para que a gente possa melhorar a educação no nosso país.

Quero lhes dizer que o gesto de vocês é muito importante e tem grandeza. Eu espero que a gente consiga juntar outros empresários, em outros estados brasileiros, para que a gente possa sonhar em ter, daqui a algum tempo, os nossos estados, as nossas cidades e o nosso país como referência.

Eu digo, todo santo dia: o Brasil precisa dar uma chance a si mesmo, o Brasil precisa acreditar em si mesmo. Não há espaço para a gente ser pessimista. Nós seremos mais ou menos otimistas, a partir daquilo que nós estamos fazendo. Se nós estivermos fazendo coisas boas, seremos otimistas. Se nós não estivermos fazendo, seremos pessimistas. Eu acho que nós temos que ser otimistas, acreditar neste país. E acreditar neste país significa fazer o que vocês estão fazendo, junto com o Instituto Ayrton Senna: começando por onde tudo tem que começar, dando uma oportunidade. Essa é a palavra-chave, que valeu para o Ayrton Senna, que vale para vocês, empresários.



Quantos de vocês tiveram uma oportunidade para ser o que são? Imaginem se o Vicente Feola, em 1958, não tivesse dado uma oportunidade ao Pelé, com 17 anos, de entrar naquele jogo contra o País de Gales. Imaginem se eu não tivesse tido a oportunidade de ir para o Senai: eu não teria sido o dirigente sindical que fui. Imaginem o José Alencar, se tivesse saído de casa para dormir num banco de uma praça e não encontrasse alguém que lhe desse guarida, ele teve essa oportunidade.

Então, o que nós precisamos é de oportunidade. E eu acho que cada um de nós, do Presidente da República ao mais humilde brasileiro que aprendeu a ler e a escrever, temos que estender a mão para aqueles que ainda não tiveram oportunidade. Estender a mão significa que essas crianças não são responsabilidade apenas dos seus pais, ou do Governo. São da responsabilidade da sociedade brasileira.

Por isso, meus parabéns pelo papel que vocês assumiram. A causa é nobre e eu não tenho dúvida de que vocês irão dar conta do recado.

Muito obrigado.

/rss/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do “Grito da Terra” - Brasil 2003**

**Centro de Estudos Sindicais, Contag, Brasília - DF, 14 de maio de 2003**

Meu querido companheiro Manoel José dos Santos, nosso querido Manoel Serra, presidente da Contag,

Meus companheiros ministros Luiz Dulci, Miguel Rossetto, Jaques Wagner,

Meus companheiros deputados e senadores aqui presentes,

Eu queria começar dizendo ao companheiro Manoel Serra que a diferença que nós temos dos outros Governos, sem fazer julgamento daqueles que me antecederam é que, possivelmente, Maneco, você e muitos sindicalistas que estão aqui nunca mais vão ter contato com os ex-Presidentes da República, porque, normalmente, as pessoas mudam de destino quando deixam a Presidência da República ou mudam até de profissão.

No meu caso, a minha ligação com o movimento sindical está tão imbricada nas minhas veias que, mesmo quando eu deixar a Presidência da República, Maneco, você não vai se livrar de mim e muito menos os companheiros sindicalistas, porque continuarei andando por este país, falando as coisas que acredito que precisam ser faladas, porque acho que o Brasil vai precisar de muitos anos para que a gente possa construir a sociedade justa, fraterna e solidária que todos nós sonhamos para o Brasil.

A segunda diferença, Manoel, é que eu recebi você, há uns dois meses. Em nome da Contag, em nome dos trabalhadores rurais brasileiros, você me procurou, junto com vários companheiros da Direção da Contag, e vocês me entregaram um documento, em que vocês colocavam, aproximadamente, duzentas reivindicações.



E estou lhe trazendo, aqui, Maneco, não o atendimento de todas as duzentas reivindicações, porque você sabe da impossibilidade de, em tão pouco tempo, atender a coisas pelas quais a gente está brigando há pelo menos 40 anos, neste país. Mas, certamente, as principais estão atendidas.

E vou lhe entregar um documento, com item por item das coisas que você reivindicou, o andamento delas e o acompanhamento pelo Governo. E isso aqui, a partir de agora, passa a ser um documento de referência para que a Direção da Contag possa trabalhar, a cada mês, a cada dois meses, em cada reunião com Ministérios do meu Governo, seja o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Secretaria-Geral da Presidência ou o Ministério do Trabalho. Este aqui é um documento com o qual você vai poder acompanhar, de forma sistemática, o que está sendo atendido, no tempo em que está sendo atendido.

Então, vou lhe passar às mãos este documento, que passa a ter para você, agora, importância nos anais do Congresso da Contag e que você tem que ler toda noite para saber se o meu Governo está cumprindo e atendendo às reivindicações que você me fez em nome dos trabalhadores rurais brasileiros.

A terceira coisa que eu queria dizer é do prazer de estar, mais uma vez, aqui, na Contag que é, possivelmente, a mais importante entidade ligada aos trabalhadores rurais brasileiros; que tem história na luta do movimento sindical brasileiro; que tem lutado, de forma sistemática, ora para proteger os trabalhadores assalariados que ela representa, ora para proteger os trabalhadores assentados que ela assentou, e ora para organizar os trabalhadores que estão acampados, que ela espera que o meu Governo assente.

Eu estava vendo uma placa, ali, do acampamento de Itaúna. Os companheiros estão dizendo que estão acampados há quase seis anos, debaixo de uma lona preta, e querem agilidade no processo. Eu quero aproveitar e, um dos itens que quero falar aqui, é dizer aos companheiros que estão acampados, que vocês não perdem por ter um pouquinho mais de paciência, porque nós vamos assentar todos as pessoas que estão acampadas neste país, para que a gente



possa consagrar a reforma agrária. Nós sabemos quantos são, sabemos onde estão acampados, conhecemos as lideranças da maioria desses acampamentos e pretendemos começar o processo de reforma agrária assentando esses que já estão há mais tempo na fila esperando uma oportunidade.

Uma outra coisa importante é dizer para vocês alguns itens que o Governo preparou, com base nas reivindicações da Contag e que eu, agora, quero anunciar à Direção da Contag, aos trabalhadores e aos sindicalistas representados, Contag aqui. Primeiro, Manoel, possivelmente, na história do movimento sindical rural, nenhum Governo liberou a quantia de dinheiro que nós vamos liberar este ano, de várias fontes, para várias coisas ligadas à questão da agricultura. São praticamente 5 bilhões e 400 milhões de reais pelo Pronaf, para financiar a safra 2003/2004 da agricultura familiar. Nós estamos realizando o maior e mais completo plano de safra para a agricultura familiar feito na história do Brasil. Nosso Governo vai desburocratizar o Pronaf para facilitar o acesso do agricultor familiar ao crédito, desconcentrando a sua utilização. Vai, também, estimular ao máximo a criação de cooperativas de crédito e, ainda, vai criar linhas especiais de financiamentos para mulheres e jovens agricultores.

Você, Manoel, não perde por esperar, porque agora, no mês de junho, nós vamos realizar, no Palácio do Planalto, uma grande reunião para discutir cooperativas de crédito neste país. Nós achamos que é uma forma de baratear o dinheiro ao pequeno agricultor e fazer com que a agricultura familiar possa ter acesso a financiamentos fora do sistema financeiro, que não está muito preocupado com a agricultura familiar.

A segunda coisa importante: as dívidas dos agricultores. Primeiro, é importante lembrar – porque a gente costuma ter memória curta e esquece das coisas que a gente ganhou ontem, e só lembra das coisas que a gente pede para amanhã – que, em março, foi aprovada a medida provisória número 77, e essa medida provisória garantiu, praticamente, a negociação da dívida de 100 mil famílias de assentados e 230 mil famílias de trabalhadores ligados à agricultura familiar. Isso



foi feito em março, porque nós achamos que muitos casos têm que ser renegociados e para aqueles mais miseráveis nós temos que encontrar uma solução, porque, se não podem pagar, nós vamos ter que resolver os problemas desses companheiros.

Mas estamos propondo mais, companheiro Manoel, e acho que a Contag tem que estar atenta, fiscalizando tanto a ação do Governo, quanto a ação do Congresso Nacional, porque é lá que está a medida provisória 114.

Quanto às dívidas dos agricultores familiares, nosso Governo está negociando o aperfeiçoamento da medida provisória 114, para permitir a ampliação dos prazos de pagamento e um tratamento diferenciado para os trabalhadores do semi-árido nordestino, e a extensão do Proger Rural para todo o país, entre outras reivindicações dos companheiros da Contag.

Então, vocês precisam acompanhar o João Grandão, meu companheiro, que tem tratado isso lá na bancada, porque temos que melhorar a medida provisória e atender. E, sobretudo, toda vez que a gente pensar na agricultura familiar, temos que pensar naquela parte mais sofrida do Brasil, daí por que estamos aqui privilegiando o semi-árido nordestino, porque não é possível que a gente não consiga tirar os companheiros do sofrimento que eles enfrentam há séculos, por conta da desculpa da seca. E nós pretendemos provar que é possível a gente resolver esse problema.

Eu tenho dito sempre e disse na Contag, na campanha: a seca é um fenômeno da Natureza. A gente não pode combater. A gente tem que estabelecer políticas de convivência. A fome, resultante da seca, já é falta de capacidade dos governantes de atender a uma necessidade básica do povo, que é a de trabalhar e a de comer.

A terceira coisa importante, Maneco, que estamos aqui anunciando...

Desculpe chamar de Maneco, porque, nesse negócio da Presidência, existe uma certa formalidade dele para comigo. Ele teria que me chamar de Presidente e eu teria que chamá-lo de Presidente da Contag. Mas, vejam, o mandato é de só quatro anos. A nossa relação de amizade já tem 30 anos e vai continuar por mais 30



anos. Então, prefiro continuar tratando-o por Maneco, como sempre tratei. É mais fácil para mim e para ele. Afinal de contas, hoje, estou Presidente do Brasil e ele, da Contag. Amanhã, estaremos companheiros, como sempre estivemos.

A terceira coisa: nosso Governo vai assentar as famílias acampadas e definirá, com os movimentos sociais, um cronograma viável para isso. Vamos qualificar os assentamentos existentes, com investimentos em infra-estrutura, educação e saúde, além de garantir a indispensável assistência técnica e instrumentos de comercialização para assegurar renda aos assentados.

Vejam, assentar, vocês têm na pele a experiência. Não basta ter a terra. É preciso ter a terra, mas é preciso ter assistência técnica, é preciso ter água, ter seguro agrícola, é preciso ter, depois que plantar e colher, a garantia de que vão poder vender os produtos de vocês. É por isso que fomos a Buíque, em Pernambuco, lançar o programa de que o Governo iria comprar, no semi-árido nordestino, a produção, se, por acaso, os companheiros não conseguissem comercializar a sua produção nas cidades e nos mercados tradicionais. Ou seja, é muito azar para o pequeno agricultor, não é? Quando ele tem dinheiro para financiar, não chove; quando chove, não tem preço; quando tem preço, ele não plantou, porque não teve semente. Isso vai ter que acabar, companheiros. Isso vai ter que acabar, eu garanto a vocês.

A quarta coisa: assumimos o compromisso de integrar a Contag e os demais movimentos de trabalhadores rurais na construção de um programa de habitação rural. E, aí, eu queria pedir à Contag que estudasse o assunto com carinho, porque, no campo, mesmo num assentamento, com as pessoas morando muito distantes umas das outras, ficam muito difíceis os outros benefícios que têm que se levar para a casa do trabalhador. A eletrificação rural fica mais cara e mais distante. A educação para as crianças fica muito mais distante, a possibilidade de comercializar o seu produto é muito mais difícil.

Então, Manoel, eu queria que a Contag ajudasse a gente a pensar num sistema de construção de casas para a agricultura, em que a gente pudesse fazer



um conjunto de agrovilas em que ali houvesse casas, posto médico, água encanada, padaria, salão de festas, Igreja, agroindústria, enfim, as condições para que a produção dos companheiros pudesse circular ali mesmo ou para que a sua família tivesse mais comodidade ao levar um filho ao médico sem precisar andar 50 quilômetros; que houvesse ali, na agrovila, um posto médico que pudesse atender à família. Eu acho que a Contag tem acúmulo de experiências para ajudar o Governo a estabelecer um novo projeto habitacional para o campo brasileiro.

A quinta coisa, Manoel: nosso Governo vai criar um programa educacional voltado para o campo, atendendo às reivindicações da Contag nesta área. Você sabe que o ministro da Educação, o Cristovam Buarque, já está comprometido com a Contag e nós vamos começar a fazer os projetos-pilotos para que a gente possa fazer com que a educação no campo se dê de forma diferenciada. Eu fui ao assentamento na Fazenda Itamarati e há crianças que têm que levantar às quatro e meia da manhã para ir à escola. Isso é um crime contra a criança. E, às vezes, se houver “perua” para levar, tudo bem, se houver caminhão para levar, tudo bem. E se não houver? Como é que essa criança vai para a escola? Então, nós precisamos dar um tratamento diferenciado. E eu gostaria, Manoel, que vocês ajudassem, não apenas reivindicando, mas nos ajudassem a construir, conjuntamente, esta nova proposta de educação para o campo.

A sexta coisa, Manoel. Estou determinando providências urgentes para se atender, emergencialmente, as famílias atingidas pela seca no semi-árido nordestino, direcionando os programas Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação, Programas de Cisternas e até os famosos carros-pipa, entre outras coisas que nós vamos colocar em caráter de emergência nas regiões do semi-árido nordestino que estão sendo, hoje, vitimadas pela falta de chuvas.

A sétima coisa é uma reivindicação antiga de vocês e é uma reivindicação que o Jaques Wagner, nosso ministro do Trabalho, está fazendo com muita competência. Vai ser preciso aprimorar junto com outros ministros. É a intensificação da fiscalização e do combate ao trabalho informal e ao trabalho escravo no meio



rural. Ou seja, é preciso lembrar sempre que a escravidão acabou neste país no dia 13 de maio de 1888. Portanto, ela não pode persistir em um metro quadrado sequer do território nacional. E, se existe, é da responsabilidade do Governo fiscalizar e da responsabilidade dos trabalhadores denunciarem os casos que conhecem, para que a fiscalização seja mais eficaz.

E, por último, quero reafirmar que o nosso Governo vai garantir a condição de segurado especial do trabalhador rural e que vamos construir, em conjunto com os movimentos dos trabalhadores rurais, propostas que assegurem os seus direitos previdenciários. E aqui, Manoel, cabe uma explicação: você bem me disse que nós vamos ter que mexer na Constituição, porque ela assegura a aposentadoria no regime geral até 2006 e nós não queremos tratar a aposentadoria do trabalhador rural como uma coisa de assistência social. É aposentadoria.

E eu sei e não posso esquecer, porque andei neste país muitos anos e cansei de encontrar mulheres e homens com o rosto todo enrugado, com a mão toda calejada, que estavam, há 10, há 12 anos, perambulando atrás do direito de uma aposentadoria. E se exigia tantos documentos que as pessoas não tinham mais como provar. Enquanto os trabalhadores rurais são obrigados a ficar procurando documentos e mais documentos, seria mais fácil olhar para a cara de uma mulher, olhar para a cara de um homem, pegar na mão dessa mulher ou desse homem do que, muitas vezes, aposentar pessoas que nunca trabalharam e que conheceram Dona Jorgina, lá no Rio de Janeiro, e conseguiram se aposentar através de falcatruas.

Nessa reforma da Previdência Social, nós vamos ter que tocar nesses assuntos, porque acho que é o momento de se fazer justiça social no nosso país. E a justiça social, Manoel, passa pela reforma tributária, passa pela reforma previdenciária, passa pela reforma agrária, passa pela reforma da estrutura sindical, passa pela reforma trabalhista e passa pela conquista da cidadania por homens e mulheres deste país.

E vocês podem ter certeza de que a única coisa que peço a Deus, todo santo



dia, é não permitir que eu faça qualquer coisa que amanhã não me permita andar de cabeça erguida junto a vocês.

Quero dizer a você, Maneco, que a única razão pela qual eu queria ser Presidente da República era a de poder provar que vamos fazer mais por este país do que foi feito até agora e que os trabalhadores brasileiros podem viver muito mais dignamente do que estão vivendo agora. E isso passa por uma coisa nobre, que é, todo dia, quando encostar a cabeça no travesseiro, eu não esquecer nunca de onde vim e não esquecer para onde quero ir, porque, se esquecer, eu serei apenas mais um Presidente. E tenho orgulho da minha história e orgulho da minha relação com os trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado, meus companheiros. Vamos continuar trabalhando, porque vamos mudar o Brasil.

/lrj/vpm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de sanção da Lei de Modernização do Futebol e do Estatuto de Defesa do Torcedor**

**Palácio do Planalto, 15 de maio de 2003**

Meu caro companheiro João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados,

Meu caro companheiro Agnelo Queiroz, ministro de Estado do Esporte,

Meu caro companheiro Luiz Dulci, ministro de Estado chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Meu companheiro Aldo Rebelo, líder do Governo na Câmara dos Deputados,

Senhores senadores e deputados, interessados em futebol e em esportes,

Na verdade, o que aconteceu quando a Câmara dos Deputados aprovou essa lei, instituiu a cidadania para os torcedores de futebol neste país, porque, embora a nossa Constituição seja muito clara e garanta que todos são iguais perante a lei, a verdade é que, em se tratando de campo de futebol, uns são tratados melhor do que outros, apesar da Constituição.

Eu acho, meu companheiro Agnelo, que o trabalho que você fez para tentar aperfeiçoar o que já existia em termos de propostas na Câmara dos Deputados demonstra que, aos poucos, vamos nos transformando, não apenas em uma sociedade mais democrática, mas em uma sociedade com instrumentos jurídicos mais civilizados.

Vamos ter o prazer, daqui para a frente, de nunca mais ouvir o Juca Kfourri falar que não há uma lei neste país que defenda o torcedor.

Obviamente, a idéia é também dar responsabilidade para o torcedor. É verdade que o time tem obrigação de garantir que, quando o torcedor se dirige a um campo de futebol, ele tenha todos os direitos, porque vai assistir a um espetáculo. É



como se, na Áustria, alguém fosse a um concerto. Apenas o público é um pouco maior. É como se fôssemos a um teatro, na Itália, ver um show do Pavarotti. É como se fôssemos a um teatro, em São Paulo, ver um show dos nossos grandes artistas. Você paga e tem que ter direitos. Os artistas, que são os atletas, têm que ter os seus direitos, porque, sem eles, poderíamos colocar todos os Presidentes dos clubes de futebol em campo que ninguém compraria um ingresso.

Portanto, os atletas são parte importante e a razão principal do espetáculo. E o segundo espetáculo é a torcida. Você tem, dentro das quatro linhas, a razão de ser do espetáculo e, na arquibancada, aqueles que são a razão de ser da existência do futebol no nosso país. Portanto, respeitar essas duas vertentes, que são fundamentais no esporte, no Brasil e no mundo, é o que foi feito com a aprovação dessas duas leis. E também se passa um pouco de responsabilidade para o torcedor. O Brasil será o país dos nossos sonhos, no dia em que todos nós tivermos consciência de que, para cada direito, haja a consciência de que tenho um dever. Ninguém, em sã consciência, vai ao estádio de futebol para brigar, a começar pelos jogadores, muito menos os torcedores, afinal de contas, todos terão que trabalhar no dia seguinte, então, não há por que haver briga.

Como nós estamos ficando uma sociedade, eu diria, meio nervosa, e cada vez mais individualizada, e isso é um problema que a sociedade vai ter que resolver. Eu acho que essas leis podem começar um processo de moralização, com o qual muitos que estão presentes aqui sonharam a vida inteira. Um cidadão que vai a um estádio tem o direito de ter sanitários limpos, de ter acesso a um bebedouro, de ter acesso a um posto de atendimento médico, com médico e ambulância para levá-lo, em caso emergencial. Porque é isso que se garante a um pai, a uma mãe, colocar os seus filhos pequenos nos braços e ir para o estádio de futebol.

Palmeirense não vai, hoje em dia, a um estádio de futebol, mesmo que ele ofereça um jogo melhor... Mas, de qualquer forma, Aldo, eu acho que a vida é assim, a vida é dura, e nós precisamos nos conformar porque o meu Corinthians, também, ontem, deu um vexame.



Agnelo, meu caro João Paulo, Dulci, eu acho que nós estamos vivendo um novo tempo no nosso país. Acho que, inclusive, o fato de fazer com que o clube de futebol que forma um jogador tenha uma indenização é uma coisa importante, porque nós, torcedores, quando assistimos o nosso time lançar um jogador novo e, no dia seguinte, por causa de uma bela jogada que ele fez, ele já vai embora e nos deixa, saudosos, imaginando se ele seria uma das figuras legendárias do país, um Nilton Santos, um Pelé, um Garrincha. Mas a gente não tem chance de ver.

Eu acho que é importante, porque o futebol é para nós, brasileiros, parte da nossa vida. Ontem, por exemplo, nós fomos assistir a um filme, lá no cinema do Alvorada, com Osmar Prado, chamado “Desmundo”. E na mesa, depois do filme ninguém se olhava; todo mundo olhava a televisão, para ver o jogo. Lamentavelmente, aqui, em Brasília, só passa jogo do Flamengo, não passa do Corinthians.

Mas eu quero dar os parabéns, especialmente àqueles que, não sendo deputados, jogadores de futebol, ou torcedores, brigaram tanto. Eu acho, meu companheiro Juca Kfourri, que você e outros homens de televisão, pessoas ligadas ao esporte — que brigaram tanto tempo, e arrumaram tantas inimizades, umas gratuitas, outras nem tanto, mas de qualquer forma arrumaram, falando muitas vezes aquilo que pouca gente tem coragem de falar —, na verdade, são os maiores merecedores da aprovação dessa lei.

Agora, é importante ter em conta que no Brasil há lei que “pega” e lei que “não pega”. Para ela “pegar”, é preciso que as pessoas responsáveis deste país comecem a falar e a alertar, sempre que possível, sobre essa lei. Que os homens que falam de futebol, que transmitem futebol, não deixem nunca de, ao mesmo tempo em que estão exercendo a sua função, trabalhando e cobrindo o futebol, ajudar para que o povo seja respeitado na sua plenitude de cidadania.

Meus parabéns ao João Paulo, ao Agnelo e a todos vocês, que trabalharam tanto para que essas leis fossem aprovadas.

/lrj/vpm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, através de videoconferência, na Conferência Anual do Banco Mundial sobre Economia do Desenvolvimento – ABCDE, realizada em Paris, França**

**Palácio do Planalto, 16 de maio de 2003**

Quero aproveitar esta oportunidade para sugerir uma breve reflexão sobre o futuro da ordem econômica internacional. Uma reflexão, em particular, no que diz respeito à integração econômica mundial e sua importância para a superação da pobreza no mundo. Uma reflexão que seja guiada por três princípios básicos: igualdade de oportunidades, coerência e definição de responsabilidades.

Acredito que estamos diante de decisões cruciais das quais dependerá a trajetória da economia mundial nos próximos anos.

Um daqueles momentos em que passos nas direções certas ou erradas trairão conseqüências profundas sobre nossos destinos. Especialmente no que se refere à grande maioria da população mundial que ainda não teve a chance de escapar do flagelo da pobreza e, muito menos, de usufruir os frutos do progresso econômico da humanidade.

As últimas décadas não têm sido fáceis para grande parte das economias em desenvolvimento. A América Latina como um todo, por exemplo, depois de amargar uma estagnação em sua renda por habitante nos anos 80, atravessou outra década também muito difícil em termos de crescimento. No conjunto das economias em desenvolvimento, com algumas exceções, o desempenho ficou muito aquém do esperado e desejável.

Não que tenham sido décadas sem avanços significativos. Na América Latina, a consolidação da democracia foi talvez o êxito mais visível. Na área econômica, enorme energia foi dedicada a deter a inflação, uma doença crônica em boa parte de nossa região, cujos efeitos negativos se abatem tanto sobre as parcelas mais pobres da população, quanto sobre a eficiência da economia.



Os países latino-americanos vêm realizando tremendo esforço para colocar as contas públicas sob controle.

Políticas de abertura comercial e financeira foram implementadas, mas os ganhos obtidos não beneficiaram todo o tecido sócio-econômico de nossos países. Além disso, não foram construídas redes eficazes de proteção social, que poderiam atenuar o ônus imposto aos segmentos mais vulneráveis da população. A ausência de tais redes acentuou os resultados perversos nos níveis de emprego e na distribuição da renda.

Apesar disso, alguns indicadores sociais melhoraram lentamente. A expectativa de vida ao nascer, na média da região, elevou-se de pouco mais de 56 anos, em 1960, para um patamar ainda abaixo de 71 anos em 2001. A mortalidade infantil até 5 anos de idade caiu de 154 crianças em cada 1000 para 34 no mesmo período. A taxa de alfabetização passou de 74% a 89% da população.

Esses números, contudo, além de distantes dos níveis almejados, escondem uma brutal disparidade nas condições de vida da população da região, com a opulência de alguns, contrastando com a pobreza e a miséria de muitos.

É necessário aumentar e distribuir melhor a renda de nossos países. Necessitamos superar a situação de penúria em que vivem amplos segmentos de nossas sociedades – muitos, inclusive, passando fome – e, para tanto, é fundamental um ambiente de crescimento econômico.

É preciso que os esforços domésticos possam se traduzir em maior progresso econômico e, diferentemente do passado, com inclusão social. Só assim se solidificarão e se ampliarão os avanços inadiáveis na melhoria das condições de vida de nossos povos.

Para a vitória nesse bom combate, contamos com o comércio e os investimentos internacionais, com as oportunidades que estes podem oferecer.

Como bem aprenderam as economias desenvolvidas ao longo de sua história, os canais do comércio e dos investimentos através das fronteiras nacionais podem constituir-se em avenidas de progresso econômico, desde que operem como vias de



mão dupla, através das quais se materialize a reciprocidade no acesso a mercados, a tecnologias e a fontes de recursos para a formação de capital produtivo.

O que me leva ao primeiro princípio básico que propus no início de minha fala: igualdade de oportunidades. As economias em desenvolvimento precisam ter a chance de exercer com plenitude sua competitividade nas atividades econômicas onde conquistaram ou vierem a adquirir capacidade de concorrer.

No entanto, a realidade é que enfrentam a imposição de pesadas barreiras tarifárias e não-tarifárias, além de outros mecanismos que distorcem o comércio, justamente em muitos bens e serviços nos quais se mostram aptas a contribuir para a prosperidade global. O comércio de bens agrícolas é um bom exemplo.

Convenhamos que não soa bem dizer que há igualdade de oportunidades em um mundo no qual as economias em desenvolvimento, após conquistarem sua competitividade com perseverança e sacrifício, deparam-se com guerras de subsídios e outros meios artificiais de defesa comercial contra seus produtos.

Não dá para competir com os orçamentos públicos dos países avançados, até porque nossas próprias prioridades fiscais não podem e nem devem hoje ser dirigidas para tal fim.

Durante os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, os países ricos souberam reduzir as barreiras ao comércio e aos investimentos nos setores a partir dos quais construíram o seu crescimento econômico.

É chegada a hora de estenderem a isonomia de oportunidades, ao invés de retirarem a escada depois de terem alcançado o patamar superior do desenvolvimento econômico.

É necessário superar a falta de coerência entre o discurso do livre comércio, pregado por países avançados, e sua prática muitas vezes protecionista justamente em relação aos produtos de interesse dos países em desenvolvimento.

Nas condições de relativa abundância que lograram alcançar, têm todos os meios para adequar suas economias a um comércio internacional mais justo, encontrando maneiras de contornar ou acomodar suas resistências internas à



abertura de espaços para a expansão das exportações de países em desenvolvimento.

Creio existir clareza na definição de responsabilidades quanto ao que fazer. As economias em desenvolvimento devem assumir sua parte, principalmente no que diz respeito ao enfrentamento das desigualdades e das injustiças sociais, além do aprimoramento das instituições necessárias ao bom funcionamento de suas economias.

Foi com essa consciência que, no Brasil, nosso Governo estabeleceu um programa econômico que combina responsabilidade macroeconômica com responsabilidade social.

Mais do que isso, desde o início vem praticando uma ação coerente com aquele programa, cujo fim último é o crescimento econômico com equidade social.

A redução da dívida pública, expressa como proporção do PIB, assim como a pronta resposta à ameaça de retorno da inflação que se seguiu ao choque externo sofrido no ano passado, foram consideradas essenciais para o sucesso de nosso programa.

As propostas de reformas tributária e previdenciária foram encaminhadas ao Congresso brasileiro no mês passado, depois de um amplo esforço de obtenção de consensos.

Elas foram elaboradas com a preocupação de conciliar a garantia da solidez fiscal nos anos futuros, a eficiência econômica e um perfil menos desigual na distribuição da renda e da riqueza.

Tenho cuidado com carinho e atenção de diversos programas voltados para o reforço de micro e pequenas empresas, cooperativas de crédito, microcrédito e outros segmentos marginalizados no acesso ao crédito.

Buscamos ser coerentes com nossa intenção de assegurar a igualdade de oportunidades.

Neste momento, quando dúvidas pairam sobre a capacidade da economia mundial reencontrar a trilha do crescimento, as lideranças não poderão hesitar no



exercício de suas responsabilidades.

Caberá ao mundo desenvolvido assumir a tarefa de impedir o fracasso das negociações na Rodada de Doha, não se deixando enredar em questões e interesses, por vezes, provincianos.

Há muita esperança em jogo e, na verdade, nada poderia ser mais salutar para a própria economia internacional do que a revisão das práticas econômicas que hoje distorcem o comércio e prejudicam o crescimento dos países em desenvolvimento.

Poderia ter incluído a esperança entre os princípios que sugeri para nossa reflexão. No Brasil, há um extraordinário clima de esperança e unidade. Há enorme disposição de fazer, de realizar, de mudar as condições de vida do nosso povo.

O Brasil assumirá todas as suas responsabilidades internas e externas. Mas no campo internacional é fundamental que cada um faça sua parte.

Muito obrigado.

## SEGUNDA PARTE

**Presidente:** Eu queria fazer um pequeno comentário. Primeiro, em relação ao que estamos fazendo no Brasil.

Nós assumimos três desafios que são difíceis de superar, mas eu acredito que são os grandes desafios que fazem com que os homens públicos tenham coragem, competência e vontade política de vencê-los. Que vão permitir que nós consigamos avançar no Brasil.

Nós assumimos o compromisso de acabar com a fome no nosso país, não é uma tarefa fácil, nós sabemos das dificuldades que vamos ter, mas vamos trabalhar 24 horas por dia para que a gente possa conseguir isso.

Nós estamos assumindo o compromisso de fazermos a maior campanha de



alfabetização já realizada na história do nosso país, envolvendo a sociedade brasileira, porque há um clima de solidariedade e participação da sociedade – eu tenho 57 anos de idade e nunca vi isso antes, na minha vida. Portanto, há uma vontade da sociedade que a gente cumpra essas coisas, que são elementares e direitos, eu diria, de todo e qualquer cidadão.

E vamos lançar, nos próximos dias, um programa de geração de empregos, porque nós estamos muito preocupados com o futuro da nossa juventude, principalmente, nas periferias das grandes cidades brasileiras, onde o narcotráfico e o crime organizado, muitas vezes, conseguem cooptar o jovem, por falta de oportunidade de estudar e de trabalhar. Nós lançaremos o Programa, acho que dentro dos próximos 30 dias, porque não quero lançá-lo de forma precipitada. Quero ouvir todos os segmentos da sociedade para lançar mais esse programa chamado “O Primeiro Emprego”.

Com relação à questão da proposta de um fundo de combate à fome, eu estou trabalhando, junto com personalidades do Fórum Social Mundial, e com o Fórum de Davos, para a construção de uma proposta para apresentar, tanto em Evian, quanto em outros fóruns internacionais.

E por que nós estamos tentando trabalhar coletivamente uma proposta? É porque, certamente, o dinheiro do mundo, hoje, dedicado a ajudar populações pobres, seja um montante praticamente incontrolável, porque há milhares de entidades, cada uma fazendo uma pequena coisa. Cada país destina um pouco de dinheiro para uma outra finalidade, num outro país. A idéia é tentar criar um único fundo e que a gente possa, a partir daí, direcioná-lo, tanto para o desenvolvimento quanto para a educação, para ver se nós conseguimos ter uma política coordenada por um organismo multilateral, para que a gente faça acontecer aquilo que é o propósito da criação do Fundo.

Não é admissível que um ser humano possa dormir tranqüilo, sabendo que o mundo tem tecnologia, a genética está muito avançada; nós temos condições de produzir alimentos para cada um comer quatro vezes por dia, e não estamos



permitindo que uma boa parcela da população coma, pelo menos, uma vez por dia.

Então, eu pretendo levar a Evian essa proposta, que eu pretendo discutir com muitos países, porque eu acho que uma proposta desta magnitude não tem que ter pai. Nós não queremos fazer exame de DNA para ver quem é o autor da proposta. Ela deve ser analisada como uma proposta de todos os homens e mulheres de bem do mundo, que adquiriram as condições de viver dignamente, para dar sua contribuição àqueles que não tiveram a oportunidade que nós tivemos.

Portanto, eu acho que a idéia do fundo é, talvez, a constituição do maior movimento de solidariedade já feito na história da Humanidade. Ou nós assumimos essa responsabilidade, ou, certamente, os bens materiais que cada um de nós conquistou não compensaram a nossa passagem pela Terra.

Muito obrigado.

/rss



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da Agrobalsas 2003**

**Balsas – MA, 21 de maio de 2003**

Meus amigos e minhas amigas do estado do Maranhão e da região de Balsas,

Meu caro companheiro governador José Reinaldo Tavares,

Minha querida companheira Roseana Sarney, que não vacilou, em nenhum momento, em me ajudar na campanha eleitoral, no ano passado,

Meu caro senador Edson Lobão, que, junto com a Roseana, me ajudou,

Meu caro senador João Alberto,

Meu caro prefeito de Balsas,

Companheiros deputados e companheiras deputadas aqui presentes,

Nós temos, aqui, o nosso companheiro governador do estado de Tocantins, Marcelo Miranda, que está ao meu lado. O nosso companheiro governador do Piauí teve que ir embora, porque o governador de Alagoas acaba de chegar ao Piauí e ele foi para lá.

Tenho pouco tempo para conversar com vocês, por conta do sol. Um dia, a Infraero vai ter dinheiro e, junto com o governador do Maranhão, a gente vai iluminar, quem sabe, o aeroporto de Balsas. E, aí, a gente não vai precisar mais levantar vôo com a claridade do sol. E o sol, aqui, se esconde muito cedo. Dizem que a lua aqui é tão bonita que o sol se esconde mais cedo para ela aparecer.

Mas a minha vinda a Balsas é o reconhecimento, em primeiro lugar, da capacidade produtiva demonstrada por esta cidade e pela região do Nordeste brasileiro. Todo mundo sabe que sou pernambucano e que fui embora para São Paulo com sete anos de idade, fugindo de acontecimentos que, ainda hoje, são



motivos pelos quais outros fogem, que são a pobreza e a miséria.

Eu nunca me conformei com a idéia de que o Nordeste nasceu para ser pobre. Nunca. Acho que mesmo a região mais seca deste país não deveria ser responsável pelo alto grau de empobrecimento dessa área que chamamos de semi-árido nordestino, porque, se a seca é um fenômeno da Natureza e não temos como enfrentá-la, podemos estabelecer políticas de convivência com ela. A verdade é que a fome causada pela seca, muitas vezes, é por falta de vergonha dos governantes do nosso país.

Alguém que passasse por esta região, há 30 anos, talvez dissesse: “Isto aqui não é terra para agricultura. Isto aqui é uma terra que tem muito salitre. Não vou plantar aqui.” Graças a Deus, a Humanidade é feita de homens e mulheres covardes e corajosos, ousados e não ousados. E, por causa da ousadia de alguns brasileiros que residem aqui ou que vieram para cá, Balsas está se transformando em um grande centro produtor de grãos neste país.

Fico imaginando, meu caro governador José Reinaldo, minha querida senadora Roseana e demais senadores, prefeito, o dia em que nós fizemos para esta região os corredores de transporte necessários para escoar a nossa produção. Fico imaginando o dia em que a gente fizer uma ferrovia ligando Barreiras, na Bahia, a Balsas, chegando a Estreito e ao porto de Itaqui. Fico imaginando o dia em que a gente melhorar as estradas brasileiras, financiar corretamente a agricultura familiar. Durante muito tempo vendeu-se a idéia de que era incompatível a convivência da agricultura familiar com a agricultura empresarial. Uma completa a outra e o Brasil precisa das duas.

Da mesma forma, não é possível imaginar um país deste tamanho, com a quantidade de terra que tem, precisar ser ocupado com violência contra quem quer que seja. Nós precisamos fazer uma reforma agrária tranqüila e pacífica, para fazer justiça social neste país. E não precisa haver nenhuma briga. Reforma agrária não é confinar o pequeno no campo para pegar carrapicho e carrapato. Reforma agrária significa terra, crédito, assistência técnica e, muitas vezes, garantia de preços. Mas,



também, é preciso levar em conta a importância da agricultura empresarial para o nosso país, porque hoje é a agricultura a atividade que mais dá superávit para o Brasil na sua política de comércio exterior. E nós precisamos produzir mais porque o Brasil é imbatível na agricultura e não há país no mundo que possa competir com o nosso país.

Como disse bem o companheiro ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, esta é a sexta-feira agrícola à qual eu vou este ano. E em cada uma eu vou – durante muito tempo muitos agricultores tiveram medo de mim, nem me conheciam e tinha medo de mim – para provar muitas coisas. Eu estou aqui para provar que acabar com o analfabetismo neste país não é coisa de professor universitário, mas, quem sabe, seja coisa de um torneiro mecânico que estava faltando para este país. Eu estou aqui para dizer para vocês que acredito na agricultura assim como acredito na indústria nacional, porque acho que não há país no mundo que tenha um povo com a competência do povo brasileiro. O que o nosso povo precisa, Governador, e nós vamos dar, se Deus quiser, é que a educação deste país seja melhorada. O que o nosso povo precisa é de escola técnica. O que o nosso povo precisa é de investimentos em pesquisas, e eu sei da situação em que peguei a Embrapa, mas não tem nada, não. O que o nosso povo precisa é apenas de uma oportunidade, e nós vamos garantir essa oportunidade ao povo brasileiro, para que nunca mais nós sejamos tratados como se fôssemos a parte pobre do mundo, como se nós fôssemos cidadãos de segunda classe.

Todo mundo aqui sabe: eu devo muita coisa ao querido estado de São Paulo. Foi lá que minha família me criou, foi lá que eu estudei, foi lá que me formei, foi lá que virei dirigente sindical. Mas eu não me esqueci que o sangue que corre nas minhas veias é do Nordeste brasileiro. E eu disse, companheiro José Reinaldo, durante a campanha: eu quero provar que nunca neste país se fez tanto pelo Nordeste brasileiro como eu pretendo fazer em quatro anos de mandato neste país.

Eu vivi durante muitos anos o preconceito contra o nordestino, na escola, jogando bola, na minha adolescência, no SENAI. E, se Deus quiser, nós,



nordestinos, seremos motivo de orgulho para o nosso querido país, para o nosso querido Brasil. E Balsas é uma região que me inspira dizer isso, porque se há trinta anos alguém não acreditava no sucesso desta região, hoje nós temos que agradecer a Deus por aqueles que aqui chegaram, que acreditaram, que plantaram, que colheram e que nos ensinaram o “caminho da roça” para que o Maranhão deixasse de ser um estado subdesenvolvido para se tornar um estado desenvolvido.

Nós só temos quatro anos de mandato, mas esse tempo é suficiente, não para a gente fazer tudo que precisa ser feito, mas para a gente mostrar o caminho que este país tem que trilhar. Este país é extraordinariamente grande; este país foi abençoado por Deus, tem um povo maravilhoso e não pode continuar tendo 43 milhões de pessoas passando fome. E eu sei o que é a fome bater duro no estômago de uma criança ou de uma mulher. Por isso, meu caro José Reinaldo, eu quero que você saiba, que os deputados saibam, que os senadores saibam: este país vai mudar.

Eu cheguei atrasado, aqui, hoje, porque fiz uma reunião muito importante com parte dos maiores empresários brasileiros, para discutir o desenvolvimento brasileiro e, sobretudo, o desenvolvimento regional. Nenhum governante deste país pode andar pelo mundo mendigando ajuda. Nós temos que ter projetos, para que a gente possa exigir parceria com o empresariado brasileiro, com os trabalhadores, com empresários estrangeiros, mas sem subserviência. E é assim que este país aprendeu e vai aprender a andar cada vez mais de cabeça erguida.

Quero terminar agradecendo a vocês, ao José Reinaldo, pelo convite para vir aqui. O José Reinaldo me visitou duas vezes. Atendeu ao meu pedido e participou das duas reuniões que fiz com os governadores. E, toda vez, ele dizia: “Presidente, você tem que ir a Balsas. Você tem que ir a Balsas. Você tem que ir a Balsas.” Pronto, eu estou em Balsas e agradeço a você a oportunidade de conhecer uma região do país que, se dependesse de governos, não estaria desenvolvida. Eu sei que o meu ministro da Agricultura é empresário agrícola aqui. Ele me falou das estradas que você, José Reinaldo, abriu aqui. E é importante saber que uma região, para se



desenvolver, tem que ter estrada, tem que ter ferrovia, tem que ter energia, senão, não vai para a frente. Tem que ter escola fundamental, escola técnica, universidade, tem que ter Embrapa, centros de pesquisa. Eu quero dizer isto para vocês: eu não tenho um diploma universitário, mas este país vai ficar orgulhoso de ver como é que um torneiro mecânico, formado no SENAI, pode cuidar deste país melhor do que alguns doutores que governaram o Brasil durante tantos anos.

Muito obrigado, José Reinaldo. Muito obrigado, Roseana. Muito obrigado, Lobão. Muito obrigado, João Alberto. Muito obrigado, Prefeito. Muito obrigado, Marcelo, governador de Tocantins. E muito obrigado ao povo de Balsas.

Até outro dia, se Deus quiser.

/lrj/vpm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do XVIII Encontro de Chefes de Estado e Governo do Grupo do Rio**

**Cusco – Peru, 24 de maio de 2003**

Excelentíssimos senhores Presidentes dos países que compõem o Grupo do Rio,

Meu caro amigo Alejandro Toledo, presidente do Peru,

Senhoras primeiras-damas,

Senhores chanceleres, diplomatas, funcionários dos governos aqui representados,

Meu querido povo trabalhador do Peru,

Minhas primeiras palavras serão de agradecimento ao presidente Alejandro Toledo e ao *pueblo* peruano, pela acolhida paterna que nos reservaram nessa cidade de esplendor e mistério.

Em Cusco convivem, em perfeita harmonia, as múltiplas heranças que formam a extraordinária riqueza e diversidade da moderna civilização peruana.

É grande a minha satisfação em participar, pela primeira vez, de uma reunião do Grupo do Rio, pois os resultados de nossa reunião sublinham aquilo que já sabemos: nosso Grupo oferece um canal privilegiado e ágil de diálogo sobre os grandes desafios da atualidade e sobre nossa visão de futuro.

As conclusões a que chegamos e os compromissos que assumimos aqui testemunham a nossa determinação de avançarmos juntos em nossos projetos de desenvolvimento nacionais e regionais.

Deliberamos sobre os enormes desafios à consolidação da governabilidade democrática e da justiça social em nossa região. E, acordamos medidas para melhor empregar os limitados recursos de que dispomos nessa luta.



Acima de tudo reafirmamos a vocação do Grupo do Rio como mecanismo inovador da América Latina e Caribe, para tomar o destino em suas próprias mãos. Mais do que nunca, aceitamos plenamente nossas responsabilidades, certos de que as soluções mais adequadas para os nossos problemas dependem – antes de mais nada – de nós mesmos.

Estamos aprendendo a dialogar com mais informalidade, a trocar experiências e a ouvir melhor uns aos outros. Queremos ir além da retórica, tanto na consolidação da solidariedade regional, como na defesa de interesses comuns e na promoção de causas com as quais nos identificamos: o aperfeiçoamento da convivência democrática, a retomada do crescimento econômico com justiça social, a preocupação com o meio ambiente e a promoção dos direitos humanos.

Trago do Brasil uma mensagem de renovado engajamento e aproximação com cada membro do nosso Grupo, e de compromisso com nossa ação coletiva. Em nossa atuação diplomática, estamos empenhados em aprofundar e ampliar o Mercosul e levar adiante a integração efetiva na América do Sul. É dentro deste espírito que venho mantendo encontros com todos os países vizinhos da região. Estes esforços não excluem a cooperação com a América Central, – o México, o Caribe, – que compõem a família latino-americana e caribenha, em sentido amplo, e convergem para o Grupo do Rio. Pelo contrário. Estamos convencidos de que, ao voltarmos nossa atenção para o progresso e a estabilidade em nosso entorno imediato, nos posicionaremos melhor para o estreitamento da cooperação das demais sub-regiões da América Latina e Caribe. Estaremos contribuindo assim, penso eu, para que nossa ação conjunta adquira substância e maturidade em termos hemisféricos e nos fóruns políticos e econômicos, onde são debatidas as grandes questões da atualidade.

O espírito de conciliação e a cultura de tolerância são traços marcantes da ação de nosso grupo. Não podemos, no entanto, compactuar com as trágicas conseqüências das graves carências sociais – em matéria de alimentação, saúde, educação – que ainda afligem grande parte de nossas populações. É inadmissível



que continue havendo fome, ainda mais em meio a tanta abundância.

Os países desenvolvidos têm uma parcela fundamental de responsabilidade na promoção de uma globalização mais equilibrada, que afaste de vez este flagelo. Vamos lutar para que o comércio e os fluxos de investimentos internacionais transformem-se em verdadeira avenida de desenvolvimento. Para isso é necessário que seja uma via de mão dupla. Na Organização Mundial do Comércio e demais fóruns negociadores defenderemos, com firmeza e convicção, melhor acesso para as nossas exportações e condições para uma competição mais justa. Não podemos aceitar os subsídios agrícolas bilionários, as medidas de defesa comercial arbitrárias e o protecionismo disfarçado, que nos roubam mercados e nos impedem de colher os frutos do nosso trabalho.

Esperamos que o G-8 ampliado, convocado pelo presidente Chirac, seja um sinal de que nossa voz venha a ser ouvida, de que os países ricos estejam, finalmente, dispostos a mudar o seu comportamento, de modo que o livre comércio seja uma via de duas mãos. É, portanto, com confiança – e creio poder falar em nome do presidente Fox – que levaremos a forte mensagem, por maior justiça e equilíbrio, que emanou desta Cúpula de Cusco.

O compromisso com o debate democrático e soluções negociadas deve valer em todos os campos. Por isso, nos preocupam a proliferação de armas de destruição em massa, o terrorismo, a violência sob todas as suas formas. O Grupo do Rio é expressão de nosso apego às soluções negociadas e fundamentadas no Direito Internacional. Essa vocação pode, e deve, ser posta a serviço da reconstrução, da cooperação multilateral no plano da paz e segurança internacionais. Estamos determinados a preservar os avanços conquistados nas relações internacionais – em particular as Nações Unidas e suas instâncias decisórias. Queremos um Conselho de Segurança representativo, com países em desenvolvimento em seu núcleo de membros permanentes.

Sinto-me profundamente estimulado pela calorosa acolhida, dentro e fora do Brasil, à minha campanha pela ação prioritária e solidária em favor dos menos



afortunados em nossas sociedades. É, portanto, com imensa esperança e confiança que dedicarei a agenda do Brasil, na Presidência do Grupo do Rio, à articulação em torno dos valores comuns da democracia, da reforma social, da cultura de paz e da integração.

O Grupo do Rio nasceu em um momento de crise regional, como gesto de solidariedade coletiva para a construção da paz. No atual contexto de instabilidade mundial em que vivemos, o Grupo ganha, portanto, crescente relevância. Estou convencido de que vivemos um momento de decisões que definirão os rumos da ordem internacional por várias décadas. De minha parte, tenciono intensificar meus contatos com os países da região e levar nossas reivindicações e mensagens a todos os fóruns dos quais participamos.

Muito obrigado e boa sorte.

/rsm/vpm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em reunião com representantes do setor sucroalcooleiro**

**Palácio do Planalto, 26 de maio de 2003**

Esta reunião de hoje simboliza, para mim, mais do que anúncio, por vocês, do cumprimento da meta que nós assumimos em fevereiro, de que nós vamos aumentar, de 20% para 25%, o álcool na gasolina. Eu acho que ela representa uma coisa nova que precisa acontecer no Brasil. E sei que não acontecerá com a pressa com que nós gostaríamos que acontecesse. Mas é preciso acontecer o que estamos assistindo, hoje, aqui, para que a gente possa dar o salto de qualidade que o Brasil precisa para voltar a crescer, gerar empregos, gerar renda e ter este país ocupando o espaço que teve a oportunidade de ocupar a vida inteira e que, muitas vezes, não ocupou.

Vocês devem estar lembrados que, no meu discurso de posse, eu dizia que íamos começar fazendo o necessário, depois, a gente iria fazer o possível, e, quando a gente menos esperasse, nós estaríamos fazendo o impossível.

Acho que sobre esta reunião de hoje, pensada no dia 1º de janeiro, que é o Dia da Fraternidade Universal, era inimaginável que nós pudéssemos estar anunciando, hoje, o cumprimento dessas metas e a harmonia que existe hoje entre o setor e o Governo, sobretudo, entre o setor e o nosso ministro da Agricultura, que é um companheiro que goza do mais profundo respeito junto ao agronegócio, junto à agroindústria brasileira.

Durante a vida inteira acreditei que grande parte das coisas só podem dar certo se forem acordadas, se as pessoas que participarem do acordo agirem e estiverem comprometidas com algum projeto de futuro. Obviamente, todos vocês sabem da pretensão dos Estados Unidos de produzir álcool a partir do milho. Eles podem produzir quantos milhões de litros quiserem, mas é humanamente impossível eles chegarem ao grau de competitividade que tem o nosso álcool. Se é verdade o



que o companheiro Roberto Rodrigues me disse, que, para cada litro de álcool, eles terão que moer 3 quilos de milho, eu acho que eles não vão poder competir nunca com o Brasil.

Nós, brasileiros, precisamos ter consciência de que no chamado “mundo moderno”, com uma sociedade cada vez mais exigente do ponto de vista da qualidade do ar que respiramos, da qualidade da comida que comemos, onde o meio ambiente passa a ter uma força infinitamente maior nas decisões governamentais no Brasil e no mundo, vocês precisam trabalhar com a firme convicção de que no dia em que o mundo inteiro estiver utilizando 10% apenas de álcool na gasolina, o Brasil vai ter que produzir infinitamente muito mais álcool e vamos gerar parte dos milhões de empregos que nós precisamos gerar neste país e em outros países do mundo que também precisam crescer.

É preciso trabalhar com essa perspectiva. Não temos que sonhar pequeno. Temos que sonhar grande, para que a gente possa realizar nosso sonho num futuro muito breve.

E volto a repetir, Eduardo: somos nós que temos que fazer propaganda das coisas boas que temos. Não vamos ficar esperando que eles, um dia, descubram que temos álcool. Vamos lá, dizer: “Nós temos. Vocês exigem tanto que o Terceiro Mundo cuide do meio ambiente que não se pode fazer uma hidroelétrica, que não se pode fazer uma fábrica, que não se pode fazer nada! Pois bem, nós queremos dar a contribuição para que o mundo industrializado polua menos o planeta Terra, vendendo álcool produzido no nosso país”.

Agora, é importante ter em conta o seguinte: no dia 30 de abril, nós anunciamos a redução da gasolina em 10%. Foi anunciada pelo Presidente da Petrobrás. A decisão acordada é uma coisa mais séria, porque moralmente as pessoas têm que cumprir. Quando você faz um acordo político, quando você faz um acordo ético, um acordo moral, nenhum empresário vai à Justiça recorrer de uma decisão que foi acordada; mas todo e qualquer empresário pode recorrer de uma decisão decorrente de uma lei. Ele pode contratar um advogado e dizer: “Eu não



concordo com a lei”. Mas, se for um acordo e o advogado disser que ele não deve concordar, ele pode até se dar ao luxo de dispensar o advogado, porque foi ele quem fez o acordo.

O Presidente da Petrobrás, no dia 30 de abril, anunciou a redução do preço da gasolina em 10%. Qualquer pessoa imaginava que houvesse redução em cadeia, e que pudesse chegar ao consumidor a pelo menos 5% ou 6%. Vejam o que aconteceu: na região Sul, a gasolina baixou 5%, no posto; na região Centro-Oeste, baixou 4,2%; na região Sudeste – não tem nenhuma explicação para que um estado como São Paulo tenha reduzido menos do que o Sul do país, até porque em São Paulo estão as grandes refinarias – reduziu apenas 3,8%; no Norte do país, reduziu 2,9%; e, no meu querido Nordeste, reduziu apenas 1,9%.

Vocês percebem que muitas vezes não adianta o Governo ter boa vontade, fazer as coisas, se dentro da sociedade ainda tem gente que acha que é mais esperto do que os outros e que pode enganar todo mundo e, ao mesmo tempo, ganhar dinheiro, porque quando a gente anuncia a redução do álcool na gasolina, o preço da gasolina aumenta imediatamente, o preço aumenta logo na bomba, no dia seguinte. Pode estar com o tanque cheio de gasolina velha, que aumenta na hora. Agora, quando a gente anuncia a redução de preço, demora meses e, mesmo assim, muita gente não baixa, como vocês viram nessa tabela que eu apresentei a vocês.

Agora, se vamos aumentar de 20% para 25% a proporção de álcool na gasolina, meu caro secretário-executivo do Ministério das Minas e Energia, vai ter que haver rastreabilidade e o CADE vai ter que saber por que essa redução não chega ao bolso do consumidor, porque, no final, termina o pobre enganando ao pobre. No final, termina o pobre explorando um miserável, ou seja, o dono do posto, que não tem nenhuma fortuna, explorando o dono de um carro, que também não tem nenhuma fortuna.

Isso não pode acontecer no Brasil e isso demonstra que ainda há setores que não querem agir com a seriedade que o Brasil precisa, para que este país tenha



credibilidade internacional.

Eu digo sempre, e tenho dito nas reuniões de Presidentes dos quais tenho participado: o que faz um país ser respeitado não é outra coisa senão o cumprimento de cada palavra que ele pronunciar. O comportamento do ser humano é que dá credibilidade às coisas que devem acontecer no país.

Não adianta os produtores serem sérios e reduzirem o preço, não adianta o Governo ser sério e propor a redução de preço, se você tem, na cadeia, pessoas que acham que são malandras e que, portanto, podem enganar os outros, porque ninguém vai perceber.

Acho que o Ministério de Minas e Energia precisa fazer rastreabilidade, saber porque a redução do preço não chegou ao consumidor. Se for necessário, vamos colocar o CADE para funcionar, para fazer a fiscalização, porque não é possível que, num país onde as coisas aumentam e todo mundo sabe antes de aumentar, quando você reduz, as pessoas não vêm chegar ao seu bolso. Isso significa que precisamos ser mais duros na cobrança daquilo que é acordado, porque senão a sociedade vai perdendo a esperança de que tem gente de boa vontade querendo fazer coisas boas para elas neste país.

Algumas razões nos levam a acreditar que somente a relação humana é capaz de permitir que a gente avance, como estamos avançando aqui, agora. Se o Roberto propusesse para mim: “Presidente, vamos fazer um decreto impondo aquilo?”, no dia seguinte, eu teria 80 ações na Justiça contra o decreto ou, pelo menos, teria que ficar, por muito tempo, tentando convencer muita gente.

Na medida em que criamos uma Câmara Setorial, em que vocês têm um coordenador como Roberto Rodrigues, que os conhece sobejamente, com quem vocês se sentam à mesa e podem brigar, podem até, quem sabe, em algum momento, usar palavras ásperas uns com os outros, mas, se todos estiverem tentando chegar a um mesmo objetivo, certamente, ao final da reunião, por mais áspera que seja, haverá um acordo entre homens e mulheres de bem neste país, que é o que o Brasil está precisando neste momento.



Por isso, quero agradecer a vocês o cumprimento das metas. Vocês cumprem a palavra de vocês, nós cumprimos a nossa e quem ganha é a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

E muito obrigado pelo cheque. Agora, na verdade, agradeço o cheque, mas quero que vocês gerem mais empregos, porque é isso que vai acabar com a fome no Brasil, definitivamente.

/lrj/vpm



**Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,  
durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Equador, Lucio Gutiérrez  
Palácio Itamaraty, 27 de maio de 2003**

Excelentíssimo Senhor Lucio Gutiérrez, presidente da República do Equador,  
Ministros e ministras do Equador,  
Ministros e ministras brasileiros,

Quero manifestar minha grande satisfação em receber o presidente Lucio Gutiérrez, em Brasília, para darmos continuidade ao diálogo produtivo que iniciamos em Quito, em janeiro passado, quando de sua posse na Presidência do Equador.

A América do Sul constitui nossa prioridade política e diplomática. Queremos passar de uma relação sentimental para uma interação capaz de gerar progresso em todos os campos. Queremos passar das palavras à ação e transformar nossa cooperação em integração.

Hoje, demos passos importantes para tornar mais concreta a parceria entre o Brasil e o Equador. A amizade fraterna, que já nos une, é o pano de fundo para a ampliação de iniciativas nas áreas do comércio, da cultura, dos investimentos, da educação, da ciência e tecnologia, entre outras.

Durante esta visita do presidente Gutiérrez, tratamos de pavimentar mais um trecho do caminho da integração. Estamos convencidos de que a futura hidrelétrica de São Francisco terá grande importância para o desenvolvimento econômico e social do Equador. O BNDES, agora, vai aprofundar o exame de outros dois projetos prioritários para milhões de equatorianos: o de um grande sistema de canais de irrigação e o de estações de tratamento de água potável.

Instruímos os órgãos encarregados do comércio nos nossos dois Governos a estudar mecanismos capazes de estimular o comércio bilateral e promover o equilíbrio da balança comercial. O Governo brasileiro está lançando o programa de



estímulo à participação dos produtos dos países sul-americanos no mercado brasileiro e o Equador pode perfeitamente beneficiar-se dele.

Decidimos, também, apressar o restabelecimento do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, como mecanismo de liquidação das operações comerciais. Estamos convencidos de que essa medida vai permitir que nosso comércio bilateral torne-se muito mais amplo e diversificado.

Na área da integração física, o fato de não termos uma fronteira comum não impede nossa ação. Vamos explorar, plenamente, as oportunidades que se abrem com a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), em particular com a execução de projetos ao longo do Eixo Multimodal do Amazonas. Nesse eixo de desenvolvimento e integração estão previstos projetos de transporte fluvial e terrestre, que permitirão acelerar a integração das regiões amazônica e andina e tornar realidade a ligação do Oceano Pacífico ao Atlântico.

O Equador e o Brasil procurarão acelerar as reuniões das instâncias ministeriais e técnicas da IIRSA e, em conjunto, promoveremos os projetos relacionados ao Eixo Multimodal do Amazonas.

Estamos de acordo quanto à necessidade de tornar a recém-instalada Organização do Tratado de Cooperação Amazônica em um mecanismo eficaz de coordenação política sobre a base de uma visão estratégica do desenvolvimento sustentável da região amazônica, inclusive por intermédio de recursos captados fora da região.

Estamos examinando a possibilidade de se restabelecer a conexão aérea direta entre o Brasil e o Equador, no que diz respeito ao transporte de passageiros. Na área de cargas, esta ligação está sendo assegurada por acordo concluído recentemente.

É grande a expectativa de que, em breve, a Petrobrás possa colaborar mais intensamente na prospecção e na exploração do petróleo equatoriano.

Não menos importante é o apoio que decidimos nos conceder mutuamente na área do desenvolvimento social. Identificamos na cooperação bilateral importante



instrumento para alcançar esse objetivo. O presidente Gutiérrez está interessado em implantar em seu país um programa inspirado no "Fome Zero". Nossas experiências com a Bolsa-Escola, o programa de livros didáticos, os agentes de saúde estarão à disposição do Equador.

Quero informar também que o presidente Gutiérrez e eu estamos plenamente de acordo quanto à urgência de avançar no processo de negociação de uma zona de livre comércio entre a Comunidade Andina e o Mercosul, com o fim de estabelecer um espaço econômico integrado sul-americano ainda em 2003. Enquanto não se conclui a negociação entre os dois blocos, proporemos que o Mercosul negocie em separado com o Equador, conforme já procedemos com outros países. Vamos, também, buscar coordenar posições com os demais países da região na Organização Mundial do Comércio e no processo da Área de Livre Comércio das Américas.

Examinamos os principais temas da presente conjuntura internacional e coincidimos na necessidade de reformar a ONU, em particular o Conselho de Segurança. Com relação à reforma do Conselho, quero reiterar, neste momento, o agradecimento do meu Governo ao apoio do Equador para que o Brasil integre o Conselho de Segurança na qualidade de membro permanente. Teremos sempre presente esta manifestação de confiança.

Reafirmamos a necessidade de lidar com as ameaças à paz e à segurança internacional, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os instrumentos jurídicos de que são partes o Brasil e o Equador. Nossos países já vêm trabalhando, de forma permanente, para a consolidação da Zona de Paz e Cooperação da América do Sul, estabelecida em Guayaquil, em 2002.

O diálogo transparente e constante entre chefes de Estado e de Governo é, nos nossos dias, de importância fundamental. Foi nesse espírito que dei início a uma série de contatos diretos com praticamente todos os Presidentes da América do Sul e com outros mandatários. Não é por acaso, portanto, que o presidente Gutiérrez é o sétimo Presidente sul-americano a vir ao Brasil em menos de cinco meses do meu



mandato.

Daqui a dias estarei em Evian, na França, para participar na reunião do G-8 ampliado. Nos meus encontros, presidente Gutiérrez, terei presentes os interesses e as aspirações de todos os países da América do Sul, na linha do que temos defendido e reiterado, como fizemos hoje durante a sua visita de trabalho.

Por isso, meu caro presidente Lucio Gutiérrez, eu quero lhe afirmar que estou agradecido e feliz com a sua presença. E muito mais feliz por saber que nós dois poderemos fazer pela integração Brasil-Ecuador aquilo que precisava ser feito há muitos anos e que não foi feito.

Tenha no Brasil um verdadeiro parceiro, não apenas para o processo de integração, mas para as discussões econômicas, para as discussões políticas e, sobretudo, para a troca de experiências nas políticas públicas bem-sucedidas que estamos implantando no Brasil e que, certamente, Vossa Excelência está implantando no Ecuador. O que for bom para o Ecuador será bom para o Brasil e o que for bom para o Brasil certamente poderá ser bom para o Ecuador.

Muito obrigado.

/lrj/vpm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do 1º Seminário Internacional de Fundos de Pensão**

**Hotel Sofitel, Rio de Janeiro-RJ, 28 de maio de 2003**

Excelentíssima senhora Rosinha Garotinho, governadora do estado do Rio de Janeiro,

Meus companheiros Presidentes dos Fundos de Pensão, da Previ, da Petrus e da Funcef,

Meus companheiros ministros Gushiken, Luiz Dulci,

Meu caro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal,

Secretários,

Dirigentes sindicais,

Representantes da Vale do Rio Doce, da Embraer, da Perdigão, da Petrobrás,

Companheiros sindicalistas,

Meus amigos e minhas amigas representantes de fundos de pensão de outros países, que vieram participar deste Seminário,

Faz algum tempo, eu tenho discutido com o movimento sindical brasileiro a necessidade, não de o sindicato abrir mão da razão de ser da sua existência, enquanto órgão de representação dos interesses dos trabalhadores; não de o sindicato abrir mão das lutas corporativas tão necessárias em países onde as relações de capital e trabalho, muitas vezes, são tão injustas.

Eu tenho ponderado ao movimento sindical que, em função da globalização, em função da reestruturação produtiva acontecida na maioria das empresas no mundo inteiro, em função dos avanços da tecnologia, o movimento sindical não pode mais agir, ou não deveria mais agir, como a minha turma agiu na década de 80. Afinal de contas, são passados vinte e poucos anos desde então, e acho que houve uma revolução comportamental tanto de trabalhadores quanto de empresários e de



governos.

Tenho feito apelos ou, pelo menos, fazia, antes de ser Presidente da República, no sentido de que os sindicatos deveriam ter um papel mais cidadão, que o sindicato deveria lembrar-se de que, quando estamos na porta de uma fábrica, na porta de um banco, na porta de uma loja ou, porque não dizer, de uma repartição pública, nós estamos falando com o trabalhador daquela categoria específica. Mas esse cidadão tem outros interesses, além do corporativo. Essas pessoas têm interesse em cultura, em transporte, em habitação, em saneamento básico e, também, em melhorar a sua qualidade de vida e ter um pouco mais de certeza, no futuro, para elas e para suas famílias.

E, portanto, o movimento sindical teria alguns instrumentos para acionar e para se preparar para esse novo milênio que estamos vivendo. O primeiro é que o movimento sindical precisa fazer mais política do que fez até os dias de hoje. E, quando falo em fazer mais política, não é se filiar a partidos políticos. É exercer o seu papel de agente representante do conjunto dos trabalhadores para, junto às diferentes instâncias do poder público, reivindicar outras coisas que, até então, não era habitual que nós reivindicássemos.

Eu sempre dou como exemplo as reformas que o Brasil precisa que sejam feitas. Quando nós discutimos tributos, muitas vezes um representante de uma categoria acha que aquilo não interessa, que aquilo é uma coisa do Congresso Nacional, quando, na verdade, a discussão da política tributária pode resultar num aumento para ele maior do que aquele que receberia com uma greve, pode melhorar substancialmente uma fatia importante do seu salário. Quando discutimos uma lei, a reforma da Previdência ou qualquer outro assunto no Congresso Nacional ou no âmbito do Poder Executivo, isso tem a ver com os interesses dos trabalhadores que, muitas vezes, no anonimato, nem sabem que aquilo está sendo votado ou está sendo discutido. E o movimento sindical, como instrumento de representação dos trabalhadores, precisaria se ater a essa nova lógica de atuação do movimento sindical. Não existe uma única decisão que se toma no Congresso Nacional ou que



se toma no Poder Executivo que, direta ou indiretamente, não repercuta no bolso do trabalhador brasileiro, ou para mais para menos. E no Brasil, historicamente, sempre é para menos.

O movimento sindical brasileiro, nessa nova fase que eu acredito que deva entrar, precisa compreender o papel que têm os fundos de pensão. Eu me lembro que, no começo da minha vida sindical, a grande tese discutida era se nós, trabalhadores, iríamos ou não criar um banco de trabalhadores. Nós éramos tão prudentes que achávamos que este banco só podia ter dinheiro dos trabalhadores. Eu acho que a inteligência da maioria não permitiu que este banco, tão classista e tão ideologizado, pudesse funcionar. Mas a verdade é que, mais do que nunca, neste mundo, mercados invisíveis que nós nem conhecemos, às vezes, determinam a subida ou a queda de um país, o crescimento ou falência de uma empresa, a taxa de juros, a taxa de câmbio, o crescimento ou o subdesenvolvimento de um país. É preciso que os trabalhadores tenham um instrumento de pressão maior do que os instrumentos que, historicamente, nós tivemos: que era o direito da nossa organização, o direito à greve.

Eu acredito que o movimento sindical e, sobretudo, os trabalhadores de todas as entidades deveriam começar a adquirir consciência de que ter dinheiro é ter parte do poder no mundo globalizado e no mundo capitalista. Nós sabemos que qualquer instituição tem mais importância ou é levada mais a sério em qualquer discussão sobre o modelo de desenvolvimento, sobre crescimento econômico ou quando se definem prioridades para um país, na medida em que tem dinheiro.

Tenho consciência de que os fundos de pensão têm como premissa básica a sustentabilidade da pensão, da aposentadoria, para os seus filiados. Portanto, os fundos de pensão não podem investir para perder. Precisam investir para ganhar, de preferência razoavelmente bem, porque quanto mais forte for o fundo de pensão, mais regalias ele poderá oferecer aos seus filiados e mais influência ele poderá ter em algumas decisões no nosso país.

Foi o caso das privatizações brasileiras. Obviamente que, se eu tivesse sido



indagado na época, eu não teria dúvida em dizer que era contra os fundos entrarem para comprar ativos públicos brasileiros, ativos públicos que, muitas vezes, no momento, contribuíam muito mais para despedir trabalhadores do que para contratar. Entretanto, muitas das intervenções dos fundos e empresas deram resultados. E nós assistimos, hoje, algumas empresas bem-sucedidas com a participação dos fundos de pensão importantes no Brasil.

Acontece que o montante dos fundos no Brasil, se olharmos a diferença com outros países mais desenvolvidos, é praticamente nada. O montante que estes fundos detêm, apesar da quantia, em reais, de 180 bilhões parecer muito, isso convertido para o dólar daria 60 bilhões de dólares, o que, perto de fundos nos Estados Unidos ou em outros países é quase nada, até pela quantidade de trabalhadores organizados em entidades que nós temos no Brasil. É uma discussão nova, mas que começa a ser feita com uma certa grandeza, quando vocês resolveram convocar o primeiro Seminário Internacional de Fundos de Pensão.

É importante lembrar que, logo depois da posse, eu tive uma conversa com Luiz Gushiken que, dentre os companheiros que trabalham comigo, é o mais entusiasta dos fundos de pensão, junto com o companheiro Sérgio Rosa. E nós começamos a discutir a necessidade de aprofundar a discussão sobre fundos de pensão, inclusive em outras categorias profissionais. Chegamos a ficar sonhando que a Ordem dos Advogados do Brasil, com quase 800 mil advogados, poderia ser um grande fundo de pensão neste país, com bilhões de reais para investimento, assim como outras tantas categorias de funcionários públicos, de trabalhadores da iniciativa privada.

O que é importante é que estamos no momento de começar a discutir com um pouco mais de profundidade – e, por isso, um encontro internacional como este é importante – o que fazer, para que os investimentos dos fundos possam se transformar em políticas sociais que possam ser utilizadas pelo conjunto da sociedade. Acho que esse é um desafio que precisa ser feito e é um desafio que precisa ser colocado na Mesa, porque vamos começar a fazer esse debate aqui, no



Brasil. E vamos começar a fazer esse debate com companheiros que participam de fundos importantes em outros países do mundo, para que a gente comece a discutir as possibilidades para investimento em países em vias de desenvolvimento, desde que, obviamente, os companheiros tenham a garantia do retorno do seu dinheiro aplicado, uma vantagem que lhes é preciso oferecer, porque nem a iniciativa privada e muito menos os fundos de pensão vão querer investir numa coisa que não dê resultados.

E nós entendemos que este é o momento em que precisamos repensar primeiro o papel do movimento sindical no mundo, se vamos continuar a fazer sindicalismo como fazíamos no século passado; se as mudanças que houve no mundo não significam nada nas mudanças do nosso comportamento. Em função de um mercado financeiro cada vez mais voraz, precisamos recuperar se os fundos de pensão terão ou não um papel, embora de aplicadores, onde haja aplicação com uma visão social, o que não poderemos cobrar, obviamente, de um banco particular ou de um fundo particular, mas que poderemos discutir, politicamente, com os fundos de pensão.

No caso do Brasil, um país que tem apenas 17% do seu PIB de poupança interna, mais do que nunca essa discussão será feita. E vai ser feita da forma mais aberta, mais plural, mais democrática possível, porque, se não tivermos poupança, não teremos investimento. E, se não tivermos investimento, o país não cresce. E, se o país não cresce, não gera empregos. E, se não cresce e não gera empregos, não gera riquezas. E, se não gera empregos, não cresce e não se desenvolve, nós continuaremos a ser um país em vias de desenvolvimento, um país emergente, um país do futuro. E nós precisamos nos transformar no país do presente, até porque acho que tudo que é pensado a longo prazo demora muito. Nós temos que começar a pensar, pelo menos, a médio prazo, porque no curto prazo também não conseguimos fazer muita coisa.

Mas é preciso, por exemplo, que se discuta, no mundo inteiro, como resolver o problema habitacional e o déficit na maioria dos países do mundo; como resolver o



problema do saneamento básico; como garantir que se possa compartilhar esses fundos, nacional e internacionalmente, que podem ter uma outra destinação, respeitando sempre a lógica da garantia, porque os trabalhadores não podem perder os seus investimentos. Mas, de qualquer forma, nós temos que garantir a utilização social de uma parte desse dinheiro. Não pode ser apenas uma coisa eminentemente de mercado, uma coisa eminentemente de investimento em empresas.

Eu estou convencido de que este Seminário, sem saber o que vocês já discutiram, tem uma motivação nobre. Primeiro, porque é o primeiro seminário internacional que é feito. Segundo, eu acho que é a primeira troca de experiência viva entre os mais diferentes fundos, as mais diferentes experiências econômicas e, quem sabe, as mais diferentes formas de investimento, que existem em todos os países do mundo.

Terceiro, porque é possível que se estabeleça, em cada país, a partir de uma discussão como esta, um papel com uma visão social para os fundos. Eu, por exemplo, acho que os fundos de pensão, no mundo inteiro, deveriam ter uma visão de solidariedade maior que a do Citibank, por exemplo, maior que a de um banco privado. Porque, além do fundo ser dos trabalhadores, eu acredito que o pensamento dos trabalhadores têm mais espírito de solidariedade do que o espírito de um agente financeiro. E nós queremos trabalhar isso, interna e externamente. Os representantes dos fundos podem ficar certos de que, a partir deste Seminário, muita gente do meu Governo vai visitar países e conversar com os fundos de pensão, para saber o que pode ser feito num país como o Brasil, um país que tem todas as possibilidades de dar um salto de qualidade, que tem uma economia importante, que tem uma base industrial respeitável, que tem uma base tecnológica mais do que respeitável e num país que, agora, está se dando uma chance. O Brasil, na verdade, está dando uma chance a si mesmo, tentando envolver todos os segmentos da sociedade para discutir o seu futuro.

Pela primeira vez, na história do Brasil, nós estamos fazendo com que a discussão de um Plano Plurianual que é a meta estabelecida para os próximos



quatro anos, não seja uma peça de ficção de um Governo. Estamos fazendo com que ele seja debatido com os governadores, com os empresários, com os sindicalistas, com os intelectuais, com os cientistas. Por quê? Porque, afinal de contas, o plano de desenvolvimento para um país não pode ser de um partido ou de um governo, tem que ser da sociedade, como regra básica para que seja cumprido na sua totalidade, independentemente de quem seja o candidato eleito. Lamentavelmente, não é assim que funcionam as coisas no nosso país.

Vocês sabem que nós temos compromissos históricos. Eu tenho dito todo santo dia, quando me deito e quando me levanto: nós não temos o direito de errar e muito menos o direito de fracassar. A simbologia da vitória de um torneio mecânico, de um sindicalista, para governar um país da dimensão do Brasil, não pode deixar de dar os resultados que foram a esperança contida na consciência de milhões de pessoas e, porque não dizer, milhões de pessoas espalhadas por vários continentes.

Nós precisamos transformar essa novidade em políticas concretas. Nós precisamos transformar essa vontade em gestos diferenciados do que foi feito, até então, na relação do Brasil com o chamado mundo desenvolvido, na relação do Brasil com investidores estrangeiros, na relação do Brasil com os fundos de pensão. Nós não temos o direito de continuar com a mesma relação e, muito menos, ninguém tem o direito de achar que, pelo fato de eu ter sido eleito Presidente da República, sou apenas mais um candidato que está passando por aí, como tantos já passaram, em mais de cem anos de República. Não é. Nós não elegemos um homem, nós elegemos uma parte da história do nosso continente e do nosso país.

Um homem pode até fracassar, a história não pode. Portanto, a nossa obrigação e a nossa responsabilidade são muito maiores. E muito maiores do que em qualquer outro momento histórico. Por isso eu quero aproveitar para citar o nome de três companheiros que estão na Mesa: do companheiro Sérgio Rosa, do companheiro Guilherme Lacerda e do companheiro Wagner Pinheiro, da Petros, da Funcef e da Previ. Em nome de todos os representantes de fundos que estão aqui, do meu país, mesmo os menores, que vocês estejam certos de que nunca, na



história deste país, se discutirão tanto fundos de pensão e o seu papel como vamos discutir nesses próximos anos. Primeiro, tentando incentivar as mais diferentes categorias de trabalhadores do nosso país a criarem o seu próprio fundo. E isso é um trabalho, eu diria, de uma grandeza incomensurável. Segundo, discutindo mais seriamente com os nossos parceiros de outros países que também participam de fundos de pensão, para que a gente possa fazer parcerias e muitos investimentos no Brasil. Terceiro, para que a gente discuta, de uma vez por todas, como os fundos podem contribuir para resolvermos parte dos problemas que parecem insolúveis no nosso país, como, por exemplo, um modelo econômico construído há 10 ou 15 anos, que não permite que a economia saia do modelo de uma bicicleta, daquelas de apartamento, em que você faz ginástica, pedala, pedala, e ela continua no mesmo lugar.

Nós precisamos colocar essa bicicleta para andar para vermos outras paisagens – a paisagem do crescimento, a paisagem sem criança na rua, sem prostituição infantil, sem trabalho escravo, sem trabalho infantil, sem favela, sem esgoto a céu aberto. Isso só será visto se essa bicicleta começar a andar em direção a coisas melhores.

E os fundos de pensão podem começar a pensar que o papel de vocês, daqui para a frente, deverá ser muito mais nobre, do ponto de vista social, do que foi até os dias de hoje.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que o Governo, junto com vocês, não só será competente para convencer aqueles que ainda não estão convencidos, como será capaz de convencer os fundos de pensão do exterior a estabelecer parcerias com os fundos de pensão do Brasil, para que a gente comece a fazer os investimentos corretos, com uma visão social mais plena. Para que a gente possa sonhar em acabar com a pobreza absoluta que, hoje, permeia e perpassa a cabeça de quase um terço da Humanidade.

É com essa esperança, com essa expectativa que participo deste Seminário. Espero que outros sejam feitos, e não deixem de me convidar para os próximos.



Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de Lançamento da Política Nacional de Saúde Mental**

**Palácio do Planalto, 28 de maio de 2003**

Nós temos que mudar o tratamento da doença mental no nosso país.

Eu, se soubesse que a Maria Fernanda tinha trabalhado no CAPES, teria me internado lá. Mas só vim a saber depois. E, ainda, se o Santoro fosse o ajudante dela, a Marisa teria ido junto.

Meu querido companheiro ministro da Saúde, Humberto Costa,  
Minha querida companheira Marisa,  
Meu querido companheiro Geraldo,  
Meu caro ministro Miro Teixeira, das Comunicações,  
Meu caro companheiro Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,  
Companheiro Nilmário Miranda, secretário dos Direitos Humanos,  
Companheiro Álvaro, advogado-geral da União,  
Meu companheiro Paulo Delgado, autor do projeto de lei,  
Meus companheiros deputados,  
Médicos, prefeitos,  
Meus amigos preocupados com a saúde brasileira,

Eu acredito que falar de doença mental não deve ser difícil para ninguém, porque nós estamos elaborando um projeto de lei e sabemos que o problema não atinge apenas aqueles que já foram identificados como portadores de algum tipo de deficiência; a dura realidade é que todos nós temos um pouco de louco dentro de nós. Todos nós. Quem não acreditar, é só fazer uma retrospectiva do seu comportamento pessoal nos últimos dez anos, que vai ver como já viveu esse momento.



Eu tive, o primeiro contato com a fábrica de loucos neste país, em 1973. Eu era o primeiro-secretário do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Tinha recentemente me afastado da Indústria Villares, para exercer a Direção do Sindicato. E um amigo me procurou dizendo que não estava bem. Ou melhor, a mulher dele me procurou dizendo que o marido não estava bem, que tinha sido internado. E eu fui me inteirar da história, e visitei esse amigo meu num hospital psiquiátrico.

Só para se ter uma idéia, companheiro Humberto, da gravidade do problema no Brasil: esse rapaz, metalúrgico da Villares, aliás, porteiro da empresa, devia muito no comércio de São Bernardo. E devia muito para companheiros dentro da fábrica. Ele começou, então, a receber ameaças de companheiros, que iriam bater nele, que iriam receber à força o que ele devia para muita gente. O que ele fez? Ele tinha uma namorada que era enfermeira, num hospital psiquiátrico. Eles combinaram e, num sábado de manhã, ele entrou numa loja, onde teve um comportamento de quem estava muito, mas muito nervoso, para dizer a palavra correta, muito louco. Ele começou a quebrar os vidros da loja, começou a agredir os funcionários, e essa enfermeira, então, começou a gritar que ele estava louco. Conclusão: veio a polícia, ou melhor, chamaram uma ambulância, que levou o cidadão para um hospital, onde essa moça trabalhava. Deram-lhe um “sossega, leão” e essa pessoa ficou simplesmente três anos internada.

Eu fui vê-lo depois de muito tempo, já fora, trabalhando normalmente, e fui visitá-lo algumas vezes. Toda vez que queriam fazer alguma coisa com ele, por conta das suas dívidas, ele tinha um ataque, quebrava alguma coisa, batia em alguém e mais “sossega leão”, e mais tempo lá.

Isso demonstra que não é possível que o ser humano não seja tratado com respeito, a partir da família. É importante ter em conta que um programa desses, além da força da lei, precisa ter uma grande disposição em reeducar a sociedade brasileira para conviver com situações que, muitas vezes, as pessoas da família têm vergonha. É importante um processo combinado para que a gente tenha um processo de reeducação da sociedade brasileira, para que a gente volte a acreditar



naquilo que o Santoro disse: “nada é mais importante para a cura de uma doença mental do que o carinho, o amor dedicado por aqueles que estão próximos da pessoa afetada”.

E um segundo momento foi na nossa Clínica Anchieta, em Santos, quando a Telma era prefeita e o Davi Capistrano era secretário da Saúde, em que eu vi sob meus olhos acontecer uma revolução na cabeça do ser humano.

A primeira vez que eu visitei a Clínica Anchieta, a convite da Telma, eu me deparei com mulheres, homens e jovens, totalmente deformados, pessoas que defecavam no chão, que urinavam, que faziam sexo como se fossem verdadeiros animais irracionais. Poucos meses depois, eu pude voltar a Santos e conviver com parte daquelas pessoas trabalhando em creches, ajudando a cuidar de crianças e que, antes, estavam segregadas a um mundo animal.

Essa revolução pode ser feita a partir de uma lei como esta, ela pode ser feita na medida em que se tenha a dimensão de necessidade, na medida em que o Governo consiga envolver a sociedade, e na medida em que se consiga formar uma nova consciência no Brasil, porque, lamentavelmente, nós ainda somos um país onde há “lei que pega” e “lei que não pega”. E eu quero dizer para vocês que todas as leis que nós fizemos vão pegar, porque elas têm que ser consubstanciadas num debate que envolva a sociedade brasileira.

Acabo de assinar uma mensagem que deverá acompanhar o projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional. Faço isso porque a Política de Saúde de nosso Governo tem o compromisso de fortalecer ações que garantam o atendimento gratuito de qualidade a todos os brasileiros e brasileiras; tem o compromisso, também, de ser um fator de inclusão social. E, nesse sentido, a Política de Saúde Mental tem um papel importante a cumprir. Esse projeto de lei quer instituir o auxílio de reabilitação psicossocial, com o qual beneficiaremos quase 20 mil brasileiros que hoje vivem em hospitais psiquiátricos. São pessoas que, muitas vezes, não precisariam do tratamento em regime de internação. Mas que, por causa da perda de vínculos com a família, ou por questões econômicas, encontram dificuldades para



retornar ao convívio social. Para essas pessoas, o auxílio representará um incentivo para sua reintegração à sociedade e ao resgate de sua cidadania.

O programa “De Volta para Casa” convoca a sociedade para uma mudança de comportamento, para a construção de um espaço de tolerância e acolhimento desses pacientes. E, principalmente, para o combate ao preconceito.

O esforço brasileiro pela inclusão social dos pacientes mentais tem sido reconhecido em todo o mundo, inclusive pela OMC e pelas entidades de direitos humanos. Por isso, deve ser motivo de orgulho para todos nós. Há muitas décadas existe um forte movimento social que busca a humanização da psiquiatria, organizado por trabalhadores da saúde, familiares e usuários de serviços de saúde mental. E maio é o mês da luta pela reforma psiquiátrica, que busca, além do que o próprio nome diz, a criação de formas mais humanas e generosas para lidar com a doença mental.

Comprometida com essa luta, a Política de Saúde Mental do nosso Governo vai criar um novo modelo de atendimento mais eficaz e mais humanizado e aumentar a oferta dos centros de atenção psicossocial dedicados a crianças, adultos e adolescentes, que sofrem com transtornos mentais severos e persistentes.

Nossa rede, como disse o companheiro Humberto Costa, tem hoje 424 centros, e criaremos, imediatamente, mais 178. Vamos aumentar a oferta das residências terapêuticas, com a criação de mais 150 pensões, lares ou repúblicas destinadas às pessoas com longa história de internação psiquiátrica e que perderam os vínculos familiares e laborais; implementar uma política de atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas, priorizando o tratamento na rede pública; avaliar, sistematicamente, os hospitais psiquiátricos existentes, buscando melhorar a qualidade da assistência hospitalar, também nos hospitais de pequeno porte; incluir a temática da saúde mental na capacitação da rede básica, em especial no programa de Saúde da Família.

Quero, ainda, aproveitar a oportunidade para lembrar que hoje, dia 28 de maio, é o Dia Internacional da Saúde da Mulher, e também o Dia Nacional de



Redução da Mortalidade Materna. É importante lembrar dos temas deste dia porque a mortalidade materna é uma das graves violações dos direitos humanos das mulheres. E dizemos isso, por quê? Além de ser uma tragédia que pode ser evitada, 92% dos casos ocorrem, principalmente, nos países em desenvolvimento. Em geral, os óbitos maternos estão relacionados às péssimas condições sociais e econômicas e também às dificuldades de acesso aos serviços médicos, principalmente nas zonas rurais.

Nossa meta é reduzir 25% das causas da mortalidade materna, nos próximos quatro anos, inclusive, nas capitais. Para isso, ampliaremos o programa Saúde da Família e de agentes comunitários de saúde, além da formação e capacitação de profissionais de saúde, enfermeiras obstetras e parteiras.

Também apoiaremos as secretarias estaduais e municipais de Saúde que executarem planos de ação nesse sentido. Quero concluir fazendo uma homenagem especial. Já parabenizamos, aqui, pacientes e familiares envolvidos na luta pela reforma psiquiátrica e representantes de municípios empenhados em criar programas de saúde mental. Quero homenagear o nosso querido companheiro, o saudoso Davi Capistrano, que implantou, na cidade de Santos, um exemplo de administração em saúde pública, especialmente saúde mental.

A memória de Davi, e de pessoas como ele, nos lembra sempre que nosso dever é a promoção, cada vez maior, dos direitos de cidadania para todo o nosso povo.

Obrigado.

/rss/cms



**Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para os integrantes dos “Fóruns de Participação Social”, realizados nos 27 Estados, entre 30/05 e 04/08/2003. Gravada em vídeo.**

**Palácio do Planalto, 29 de maio de 2003**

É com muito orgulho e muita confiança que dirijo esta saudação aos amigos e amigas presentes a este Fórum de Participação Social.

Orgulho, por ser o primeiro Presidente da República, em toda a nossa história, que decidiu compartilhar com a sociedade brasileira a responsabilidade pelo planejamento e pela construção do país que nós queremos.

Estou orgulhoso, também, porque sei que vocês, representantes das organizações sociais mais diversas, compreendem a importância desse desafio e a grandeza da tarefa que temos daqui para a frente.

A resposta ao nosso chamado vem de todo o país. Mais de duas mil entidades de todos os estados se apresentaram para debater os rumos do desenvolvimento do Brasil. Isso renova a nossa fé e nossa confiança de que caminhamos na direção certa; na direção das mudanças que a grande maioria da população brasileira escolheu nas eleições de outubro do ano passado.

Quando decidi convocar a sociedade para debater o Plano Plurianual, foi por acreditar com muita convicção que o povo brasileiro quer construir um futuro melhor.

E quer começar já a construção desse novo país.

Um país que ofereça novas e muitas oportunidades, de maneira mais justa e com a segurança de que o desenvolvimento se dará em benefício de todos.

O debate democrático que estamos propondo, na elaboração desse PPA, gira em torno de assuntos muito concretos, que vão decidir o nosso dia-a-



dia, o nosso futuro e o futuro dos nossos filhos.

Nesses primeiros meses de governo nós fomos recuperar as condições econômicas para fazer o Brasil voltar a crescer. Tivemos de fazer muitos sacrifícios, mas estou certo de que eles estão nos garantindo, neste momento, um chão firme para construir a política de crescimento.

A pergunta que temos de fazer agora é: que tipo de crescimento nós queremos?

Crescimento só para alguns setores, que já foram privilegiados ao longo dos tempos, ou crescimento para a grande maioria da população brasileira?

Queremos crescer concentrando os frutos do nosso esforço nas mãos de uns poucos, ou crescer com geração de empregos, com distribuição de renda, com justiça social?

E se queremos crescer com mais emprego, melhor distribuição de renda e mais justiça, quais são os melhores caminhos?

Quais são as políticas industriais, científicas e tecnológicas que devemos incentivar para esse modelo de desenvolvimento?

Quais são as obras de infra-estrutura, as estradas, usinas e portos prioritários, mas também quais são as metas sociais, de combate ao analfabetismo e à mortalidade infantil, que vamos perseguir nesse projeto?

Além disso, como vamos crescer, de maneira que todas as regiões do país se beneficiem? Como vamos reduzir as desigualdades entre os estados e mesmo entre regiões diferentes do mesmo estado?

Como aumentar nossa produção industrial e agrícola, nossas exportações, nossa presença no comércio externo e, ao mesmo tempo, aumentar o consumo dentro do nosso próprio país, nosso próprio território?

Como vamos incorporar ao mercado de consumo a grande parte da população que hoje não tem acesso ao mínimo necessário para manter a família em condições dignas de sobrevivência?

Quais são as políticas de saneamento, de saúde, de educação, de



capacitação profissional, de acesso ao emprego e à renda, de segurança pública que devemos perseguir, para melhorar a vida e o futuro da grande maioria dos brasileiros?

Como vocês podem ver, meus amigos e minhas amigas deste Fórum, os desafios são enormes, mas a nossa confiança também é.

Principalmente porque sei que a sociedade brasileira, por meio de suas mais diversas organizações representativas – da cidade e do campo, de trabalhadores e de empresários, dos movimentos sociais, do meio ambiente, representantes, enfim, de toda a riqueza humana que é o nosso Brasil –, a sociedade está assumindo, neste momento, junto com o governo, a co-responsabilidade pela construção de um Brasil de todos.

Muito obrigado,

Tenham um bom dia de trabalho e aproveitem bem o debate.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade da entrega simbólica de 225 toneladas de alimentos para o Programa Fome Zero**

**Fábrica da Ford, São Bernardo do Campo-SP, 29 de maio de 2003**

Meu caro Geraldo Alckmin, governador do estado de São Paulo,  
Meu caro Richard, presidente da Ford na América do Sul,  
Meu companheiro Maciel, presidente da Ford do Brasil,  
Meus companheiros deputados estaduais,  
Meu caro Meneghelli, que agora é presidente do SESI,  
Companheiro Vicentinho,  
Companheiro Marinho,  
Companheiro Feijó,  
Companheiro Daniel,  
Companheiro Armando,  
Meus companheiros ministros,  
Minha companheira Marisa,  
Prefeitos da região de Diadema,

Estou vendo o Ramon, estou vendo o Felipe, quem mais está aqui? Estou vendo o Jeová Mileno; estou vendo o Oswaldo, de Mauá; estou vendo o Dib, de São Bernardo; estou vendo os companheiros da comissão de fábrica; estou vendo o nosso Vice, companheiro de Ribeirão Pires.

Cadê Jandira, que eu não vi ainda? Cada vez que eu vejo a Jandira, eu dou um beijo nela.

Em primeiro lugar, eu quero dizer ao senhor Richard e ao Maciel, na frente dos trabalhadores e de vocês que, se para lançar um novo produto aqui, for preciso convidar o Presidente mundial da Ford para vir ao Brasil, ele já estará convidado. Eu



e o Alckmin o receberemos muito bem. Se for preciso que alguém do Governo vá aos Estados Unidos, nós também mandaremos gente do Governo até lá. O que interessa, na verdade, é que a gente garanta a oportunidade de as pessoas trabalharem aqui, no Brasil.

Até porque eu acho que nada dignifica mais um ser humano do que viver às suas próprias custas, não precisar de ninguém para alimentar sua família e comprar tudo o que precisa para sua casa. Nós precisamos de amizade, de carinho, mas eu acho que nós nos sentimos bem trabalhando e recebendo, no final do mês, aquilo que merecemos pelo nosso trabalho.

Eu não sei — Meneghelli, Marinho, o companheiro Vicentinho, Feijó, Betão, Janjão, falta o nosso Bagaço, que está em Juazeiro, na Bahia, companheiros da comissão de fábrica —, eu não sei se todo mundo tem a exata noção do que significa um ato desses dentro da Ford. Quero dizer para os mais jovens, e a maioria aqui é muito jovem, que eu frequento a porta da Ford desde 1967. Portanto, há 36 anos eu venho à porta desta Ford, e quando eu vinha à sua porta, Maciel, havia muito conflito.

Eu me esqueci de falar do meu companheiro João Felício, que é o atual presidente da CUT, e está aqui presente; do Oded Grajew, que é um dos coordenadores do Programa Fome Zero; do nosso Graziano, que é o ministro e o coordenador do Programa Fome Zero; do Celso Amorim, que é o homem responsável pela nossa política internacional.

Mas, viu, Maciel, quando a gente vinha aqui havia muito conflito. Hoje, eu vejo você chamar os funcionários companheiros de companheiros e eles aplaudem você. Somente quem viveu outros tempos, aqui mesmo, é que pode notar essa diferença. Nem tudo foi maravilha na relação do sindicato com a Ford, na relação dos trabalhadores com os empregadores. Houve muita guerra para que a gente tivesse paz. O que é importante é que nós conquistamos um padrão de relacionamento que, em poucos lugares do mundo, a gente tem.



Falam que os Estados Unidos são mais democráticos, que a Alemanha é mais avançada; eu duvido que exista em algum lugar do mundo o relacionamento que existe entre os trabalhadores da indústria automobilística brasileira e os seus empregadores.

Eu duvido que haja uma capacidade produtiva maior, em qualquer país do mundo, do que a dos trabalhadores brasileiros, além da criatividade e dedicação. Porque se há uma coisa que nós temos diferente dos outros, primeiro, é a nossa mistura com a África; segundo, é a alegria estampada na alma de cada brasileiro.

A gente costuma fazer as coisas com prazer, mesmo quando está zangado, mesmo quando a gente não gosta.

Por exemplo, quando você falou do Corinthians, vi até santista, palmeirense, bater palmas. Isso é uma demonstração de que não é através do futebol que a gente vai fazer nossa guerra. A nossa guerra a gente vai fazendo contra as injustiças sociais que existem neste país, e precisamos acabar com elas.

Mas a minha alegria de estar aqui é porque eu vivi aqui, talvez, a primeira ou a segunda assembléia mais importante da minha vida. Na ex-linha de montagem, o pessoal usava naquela época, um macacão azul, igual ao que eu estou vendo aqui. O Ratinho trabalhava lá. Foi na época da famosa greve de 1978. A Ford estava parada há 15 dias, e o Meneghelli e o Guiba eram da comissão de fábrica. Nós fizemos um acordo, um acordo até interessante, o Lima também estava aqui, o Armando estava na Villares, ainda. Nós fizemos um acordo de 11%, considerado bom para a época, mas a gente estava tão radicalizado, que não havia argumento que convencesse a peãozada a aceitar o acordo.

Vimos eu e o dr. Maurício, depois de uma reunião, e havia gente em cima das máquinas, todos nós estávamos muito nervosos — não sei se vocês conheceram o nosso querido Ratinho, o finado Ratinho, os mais velhos certamente o conheceram — e foi uma assembléia muito tensa, nós tivemos uma votação. O Betão estava, era um dos radicais. Cadê o Betão? Está por aqui. O Betão, o Bagaço... e o pessoal aprovou. O Janjão tem uma história, Maciel: o sindicato estava



sob intervenção, o Murilo Macedo era ministro do Trabalho, e eu fiquei sabendo, por meio do Joaquinção, em São Paulo, e por meio do dr. Maurício, que o Murilo Macedo estava procurando alguém que quisesse assumir a Direção do sindicato, porque eles não queriam confrontação.

O dr. Maurício me contou, e eu falei: “vamos dar um golpe no Murilo Macedo”. Eu escolhi uma turma de peões aqui em São Bernardo, dentre os quais o Janjão, que era filiado ao PT; mandei que ele se livrasse da ficha do PT. Ele já era meu compadre, e mandamos o dr. Maurício levar uma lista de interventores para o Murilo Macedo, dizendo que eram pessoas com as quais eu não iria criar nenhum problema, porque eu as respeitava; mal sabia o Murilo Macedo que estava colocando um compadre meu para participar de uma Junta de Intervenção no sindicato. Com isso nós mudamos e recuperamos o sindicato. Um ano depois elegemos o companheiro Meneghelli presidente do sindicato.

Naquela assembléia, a gente votou favoravelmente pelo fim da greve depois de muita tensão. Quando eu cheguei em casa, recebi um telefonema: “Lula, tem gente que não voltou a trabalhar, tem gente que não aceitou”. Eu sempre achei que, quando um homem dá a palavra, ela vale tanto quanto qualquer documento assinado, em qualquer lugar do mundo. Eu me lembro que fui ao sindicato e falei para a Diretoria: “Olhem, nós fizemos um acordo, esse acordo tem a minha assinatura, a maioria do pessoal aprovou; se a maioria aprovou, significa que a regra democrática foi cumprida. Vocês vão para dentro da Ford e vão fazer os companheiros voltarem a trabalhar”. E vieram aqui o Janjão e outros companheiros, que aceitaram voltar a trabalhar, numa demonstração de que há muito tempo a gente pratica a democracia nessa categoria de trabalhadores. Essa foi a greve, eu diria, dentro de fábrica, mais importante, mais tensa, mais nervosa, mas fizemos um bom acordo.

De lá para cá, eu acho que só houve evolução nessa relação. As comissões de fábrica começaram muito problemáticas, havia muita tensão, muita disputa entre membros da comissão e a chefia. Eu acho que hoje, quando a gente vê essa



relação entre a Direção da empresa, entre as comissões de fábrica e os trabalhadores, quando a gente vê uma empresa se preocupando com o social – e não é de hoje, porque desde 93 esses companheiros fazem ação social para ajudar outras pessoas que não tiveram a mesma sorte –, a gente é obrigado a dizer que tem poucos países do mundo em que a relação capital e trabalho e alguns setores da economia estejam tão avançados como está a indústria automobilística. Eu quero dar parabéns a vocês, à comissão de fábrica e à Direção da Ford por esse comportamento.

A segunda coisa que eu queria dizer é o seguinte: quando vocês me elegeram, vocês estavam plantando, no nosso roçado, uma nova árvore. Na verdade, vocês me elegeram para que a gente mude a política econômica do Brasil, para que a gente faça o Brasil voltar a crescer, gerar empregos e distribuir renda. Se tem uma coisa que me faz bem quando olho na cara de cada um de vocês, é lembrar a grande maioria das palavras que eu falei na porta dessas fábricas desde 1967, e durante todo o tempo em que eu fui candidato, desde 82.

Eu tenho gravado, na minha cabeça, não posso esquecer um minuto sequer, cada compromisso que eu tenho e a minha responsabilidade de fazer as coisas neste país. E tenho consciência de que vamos fazer, porque, muitas vezes, governar é como plantar uma árvore. Você pode estar com fome, mas se você plantar feijão, você vai ter que esperar 90 dias; se você plantar um pé de soja, vai esperar 100, 110 dias; se você plantar um pé de milho, vai esperar 18 meses; se você plantar um pé de café, vai esperar 3 anos; com um pé de laranja é a mesma coisa. A verdade é que nós plantamos alguma coisa neste país, e quando a gente planta a gente tem que adubar, a gente tem que jogar água, tem que regar sempre, para que esse pé de árvore nasça forte e frondoso, e não morra com a primeira ventania e com a primeira seca.

Nós estamos há cinco meses no Governo. Cada ministro meu sabe exatamente o que nós temos que fazer. Primeiro temos que preparar a casa, temos que fazer os arranjos necessários. Nós ganhamos as eleições, tomamos posse,



montamos o Governo – poucas vezes, na história, alguém montou um Governo com a qualidade do que eu montei – e começamos a trabalhar. Primeiro, era preciso que a gente tomasse medidas para evitar que a inflação voltasse neste país. Nós, que fizemos parte da vida política na porta de fábricas, brigando contra a inflação, não poderíamos permitir que a inflação voltasse. Hoje, passados cinco meses, há vários indícios de que a inflação está sob controle e a tendência é cair, para se reduzir a taxa juros. E aí, contamos com a diversidade, como disse o Maciel aqui.

Não é justo que algumas coisas na economia aconteçam como no caso da indústria automobilística, em que o aço sobe infinitamente mais que a inflação, e o argumento para aumentar é o fato de o aço estar dolarizado. Se o aço está dolarizado, tudo bem, mas quando o dólar desce, então que desça o preço do aço. O que não pode é o dólar cair, e o preço do produto não cair. Que dolarização é essa?

Vamos pegar o caso da Petrobrás. O Presidente da Petrobrás anunciou, na televisão, a redução de 10% no preço da gasolina, 30 e poucos por cento no preço da nafta, 20 e poucos por cento no preço do óleo combustível e 10% no óleo diesel. O que nós constatamos um mês depois? Que na região Sul do país o preço caiu 5%; na região Sudeste, sem nenhuma explicação, caiu só 3,2%; na região Nordeste, que é a região mais pobre do Brasil, só caiu 1,9%. Este não pode ser um país onde algumas pessoas pensam que são mais espertas do que as outras e, portanto, podem fazer o que bem entendem. Nós criamos um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, juntamos empresários, trabalhadores, intelectuais, deputados, representantes de partidos políticos, e estamos tentando construir as coisas conjuntamente, no sentido de amadurecer a sociedade brasileira para acabar com aqueles que ainda acham que podem viver à base da trambicagem. Nós estamos, como diria o meu lado musical, afinando a orquestra. E logo o espetáculo do crescimento vai começar a acontecer no nosso querido país.

Não pensem que o Palocci ou o Meirelles não querem que os juros caiam. Tanto eles, quanto vocês, devem dormir todo santo dia imaginando o momento de



reduzir os juros. Acontece que para reduzir é preciso construir bases sólidas, para não reduzir em um mês e ter que aumentar no mês seguinte, porque aí perde-se a credibilidade. Vocês sabem que, em política, quem perdeu a credibilidade não a recupera mais. E nós não vamos perder. É por isso que eu quero dizer à Direção da Ford, à comissão de fábrica e aos trabalhadores: eu, todo dia vou dormir e todo dia me levanto com uma certeza absoluta: a de que nós vamos cumprir cada compromisso assumido durante a campanha de 2002. E vamos cumprir com tranquilidade.

Quero aproveitar para dar os parabéns ao governador Alckmin. Todas as vezes em que eu o chamei a Brasília para que a gente pudesse estabelecer políticas harmônicas para trabalhar em conjunto, ele não só compareceu, como tem dado uma contribuição extraordinária, inclusive orientando os deputados do PSDB para votarem nas reformas que nós precisamos. Tenho certeza de que vamos continuar trabalhando juntos, porque muita coisa tem que ser feita de comum acordo entre governadores, Presidente da República, prefeitos, empresários e outros segmentos da sociedade.

O que me dá mais orgulho é poder vir à porta de uma fábrica, como eu vim tantas vezes, às vezes para xingar; quantas vezes eu xinguei a Direção da Ford, e quantas vezes a Direção da Ford deve ter me xingado aqui dentro, quantas vezes! E o que aconteceu? Nós ficamos adultos, amadurecemos e, hoje, eu estou aqui na frente de vocês cumprimentando o Maciel, certo de que o que eu penso para o desenvolvimento deste país, o que eu penso para a economia deste país, é o mesmo que pensa o Marinho, é o mesmo que pensa o Maciel.

Embora ele esteja do lado empresarial, eu seja Presidente da República e o Marinho, dirigente sindical, nós sabemos que se não houver a empresa, não haverá emprego; se não houver emprego, não haverá renda; se não houver renda, não haverá comida; se não houver comida, será a desgraça total neste ou em qualquer outro país.

Nós fizemos um trabalho extraordinário, meu ministro Celso Amorim deu uma



contribuição estupenda para tentar integrar a América do Sul. Os Presidentes da América do Sul são muito desconfiados com o Brasil, porque o Brasil é o maior, o Brasil tem mais indústria, o Brasil é o mais rico.

As pessoas ficam sempre com medo do maior, sempre com medo de ele engolir os outros, porque tem mais indústria, porque “não vai haver uma relação comercial igualitária, porque o Brasil vai nos sufocar.” O mesmo medo que nós temos dos americanos eles têm da gente, essa é a verdade.

A primeira coisa a fazer é estabelecer confiança. Todos vocês sabem o que é estabelecer confiança.

Política é assim. Vocês estão lembrados que quando nós chegamos ao Governo, a Venezuela estava em pé de guerra, e a imprensa brasileira dizia todo dia: “O presidente Chávez vai cair, porque a sociedade está contra ele.” O que nós fizemos? Criamos um grupo de amigos, começamos a conversar com a Venezuela e, hoje, a Venezuela voltou ao equilíbrio normal, reconhece o seu Presidente, e para fazer um referendo, vai ter que cumprir as regras da Constituição.

Argentina e Brasil sempre tiveram divergências, não apenas no futebol, mas sempre tiveram divergências muito sérias. Só para vocês terem uma idéia dessas divergências, quando o Brasil estava fazendo a Itaipu, os militares argentinos diziam que Itaipu era uma espécie de bomba atômica contra a Argentina, que, no caso de um conflito, as comportas se abririam e a afundariam. E, por conta de Itaipu, a Argentina começou a pensar em construir bomba atômica.

Nós estivemos com o Presidente da Bolívia. Ele disse: “A vida inteira me disseram que o Brasil era de um imperialismo que iria sufocar a nossa economia.” E eu, conversando, disse a ele: “Nós não vamos querer ter uma relação hegemônica com vocês, nós não vamos querer acabar com a economia de ninguém, nós queremos parceria, nós queremos viver como companheiros. Se a gente não se juntar, não teremos condição de competir com os blocos econômicos fortes como os Estados Unidos e a União Européia. Nós temos que estar juntos.”

Vocês estão lembrados de que, em 1975, eu dizia o mesmo para vocês. Eu



vinha aqui à porta da Ford e dizia: “Companheiros e companheiras, os trabalhadores desunidos – eu me lembro que até pegava feixinho de madeira para quebrar aqui –, sozinhos, cada um é uma varinha, mas se juntarmos um monte de varas elas viram um feixe forte e a gente não consegue ser quebrado”. Olhem que bonito, que feixe inquebrantável vocês estão formando aqui.

Na política também é assim. Na política, você vai costurando as coisas, não há mais ciúmeira entre o Brasil e a Argentina. A Argentina tomou consciência de que é pobre, o Brasil tomou consciência de que é pobre. Ou nós nos juntamos e brigamos juntos ou, sozinhos, não vamos encontrar saída. Essa é uma lógica.

Agora vamos para a África, com a qual nós temos identidade e com a qual jamais deveríamos ter deixado a relação ficar tão distante. Depois, Maciel, nós vamos para o Oriente Médio. Há milhares de árabes morando no Brasil. Mas a nossa política com o Oriente Médio é pequena. Agora, que os Estados Unidos brigaram com o Iraque e que o Oriente Médio está meio “ouriçado”, está na hora de o Brasil aparecer lá, de forma generosa, oferecendo negócios para eles, oferecendo oportunidades, não só para comprarem os nossos produtos, mas para que a gente compre os deles e eles possam, também, investir no Brasil. Nós temos a China, a Índia.

Estamos fazendo as coisas como precisam ser feitas, sem pressa. Com os passos necessários que têm que ser dados para não estragar a lavoura. Muita chuva mata a lavoura. Nordeste sabe bem disso, passa o ano inteiro chorando a seca, aí, quando vem chuva, vem uma trovoada e pronto, acaba com o que ele plantou. Nós queremos que vocês adubem esse Governo com o cuidado necessário de quem quer colher uma boa safra. E podem ficar certos de que nós vamos colher.

Podem ficar certos de que, no dia em que eu não puder vir à porta de uma fábrica conversar, como eu estou conversando hoje, é porque, na verdade, eu não cumpri o que eu prometi a vocês. E eu quero, como a maior conquista da minha vida, não perder um direito que eu conquistei, que é o direito de andar de cabeça erguida, de olhar o meu companheiro no olho e chamá-lo de companheiro. Isso eu



quero fazer pelos quatro cantos do Brasil, independentemente da situação, porque também, Maciel, esse povo, quando você fala a verdade para ele, mesmo que a situação não seja boa, ele compreende. As pessoas compreendem porque elas têm família. Elas sabem da dificuldade dentro da casa delas. É melhor dizer a verdade, por mais dura que ela seja, porque senão a gente perde a confiança e a credibilidade. Essa é uma relação que nós precisamos criar.

Pela primeira vez vocês vão ter um Presidente da República que não vai, na hora de um conflito, se trancar dentro de uma sala. Onde quiserem e onde eu puder ir, podem ficar certos de que eu estarei lá conversando, discutindo, falando, porque ou nós estabelecemos essa relação de confiabilidade entre nós ou a gente não leva o Brasil a lugar nenhum.

Maciel, quase todos os empresários que, publicamente, sei que trabalharam contra mim na campanha, já os chamei para conversar no Palácio do Planalto. E os tratei como eu trato o Marinho, quando vai lá. Tratei igual eu trato o Meneghelli ou o Vicentinho, quando vão lá. Porque eu não ganhei as eleições para governar para o meu umbigo, eu ganhei as eleições para governar para 175 milhões de brasileiros, independentemente do que eles pensam. As pessoas têm direitos e têm deveres.

Por isso, meu companheiro, eu estou agradecido de estar aqui. Aos companheiros da comissão de fábrica, ao companheiro Feijó, ao companheiro Marinho, presidente e futuro presidente do sindicato, ao companheiro Meneghelli, meu companheiro de muitos anos, e a todos vocês, eu quero agradecer por essa obra-prima, porque quem come, muitas vezes, não sabe o que é a fome. Da fome, só sabe mesmo quem já passou. Muitas vezes a pessoa que está em casa comendo não sabe o que é uma mãe com cinco ou seis filhos, agarrados no rabo da saia, pedindo a comida que não há. Não sabe o que é uma mãe ir dormir com cinco, seis ou sete filhos – porque quanto mais pobre, mais filhos tem – ir deitar sem ter tomado uma sopa de feijão.

O que vocês estão fazendo aqui é mais do que um gesto humanitário, o que vocês estão fazendo aqui é a demonstração de que um governo que tem o povo que



tem, como o governo brasileiro, não deve dizer que não pode fazer as coisas. Toda vez que tiver dificuldades, tenha humildade e peça ajuda ao povo, que o povo fará pelo Brasil o que vocês estão fazendo pelo programa Fome Zero.

Muito obrigado à Direção da Ford, muito obrigado aos trabalhadores e até outro dia, se Deus quiser.

/rss/cms